



Thamires Silva de Jesus

**A Pandemia e o Serviço de Proteção Social
a Adolescentes em Cumprimento de
Medida Socioeducativa em Meio Aberto de
Niterói/RJ**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social do Departamento de
Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Arianne Rego de Paiva

Rio de Janeiro
Setembro de 2023



Thamires Silva de Jesus

**A Pandemia e o Serviço de Proteção Social
a Adolescentes em Cumprimento de
Medida Socioeducativa em Meio Aberto de
Niterói/RJ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo.

Profª. Arianne Rego de Paiva

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Profª. Fabiana Schmidt

UFRRJ

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Thamires Silva de Jesus

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Especialista em Saúde da Criança e do Adolescente pelo Programa de Residência Integrada e Multiprofissional em Saúde da Criança e do adolescente (PRIMSCA) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Especialista em Atendimento à criança e adolescente vítima de violência doméstica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

Ficha Catalográfica

Jesus, Thamires Silva de

A pandemia e o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Niteroi/RJ/Thamires Silva de Jesus; orientadora: Ariane Rego de Paiva. - 2023

166 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Medida socioeducativa 3. Pandemia. 4. SUAS. I. Paiva, Ariane Rego de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

Agradeço cada incentivo, cada mensagem de afeto e o cuidado que recebi de todos ao longo dessa jornada.

Agradeço à Vânia, Nathalia e ao Vinícius, minha família, por me darem tanta força pra continuar e por me fazerem acreditar mais em mim e no meu potencial. Um agradecimento muito especial para a minha mãe que insistiu e acreditou na finalização deste trabalho.

Agradeço à minha avó (in memoriam) por ter sido um exemplo de dedicação, força e trabalho para todas/os de minha família.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, aos colegas que fiz durante a pós-graduação e a todas as amizades que me inspiraram e fortaleceram nesta jornada. Sou muito grata a todos que vibraram comigo, que me estimularam e me deram forças durante o período fúnebre, adoeedor e caótico de pandemia.

Um agradecimento enorme para a minha grandiosíssima orientadora, Ariane Paiva, pela persistência, cuidado, compromisso e paciência. Sem dúvidas, se a Ariane não fosse a minha orientadora, eu provavelmente não chegaria nesta etapa. A Ariane foi uma pessoa fundamental em todos os sentidos. Devo-lhe minha eterna consideração e afeto pelo estímulo que me deu ao longo deste processo.

Um grande agradecimento também a todos que se dispuseram a participar deste estudo mesmo com suas rotinas atribuladas.

Devo aqui também registrar a minha gratidão ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, agradeço ao corpo docente pela acolhida, pelo cuidado que tiveram com nós estudantes e pelo comprometimento com o rigor acadêmico-científico mesmo diante dos desafios do contexto de pandemia. Eu não consigo sintetizar em belas palavras a admiração que tenho dos docentes que conheci ao longo dessa jornada, que sorte a minha aprender com profissionais tão qualificados e com pessoas tão maravilhosas.

Um enorme agradecimento à minha banca, pela atenção, cuidado e contribuições desde a qualificação.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Por fim, agradeço às crianças, adolescentes e jovens que atendi no IPPMG/UFRJ,

no CREAS e no CIEP Federico Fellini. Dedico a essas experiências o esforço que fiz para construir um trabalho de qualidade e fiel à realidade dos filhos/as da classe trabalhadora, foram essas experiências fonte de inspiração e que reanimaram o meu compromisso em qualificar a minha intervenção através da formação continuada. Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes vítimas do genocídio e da violência do Estado.

Resumo

Jesus, Thamires Silva de; Paiva, Ariane Rego de. **A Pandemia e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Niterói/RJ**. Rio de Janeiro, 2023. 166p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as consequências do contexto de pandemia da COVID-19 para o acompanhamento realizado no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no SUAS do município de Niterói/RJ. O estudo contextualiza o percurso histórico das ações voltadas às crianças e adolescentes para compreensão das tendências presentes na atualidade tendo como foco o contexto em se encontram adolescentes autores de ato infracional, problematizando as violações de direitos que aflige este grupo e as contradições diante dos direitos assegurados desde a promulgação do ECA. A análise se centra sobretudo no trabalho desenvolvido nas medidas socioeducativas considerando os desafios para a execução da socioeducação em tempos de pandemia e a consequente intensificação da precarização do trabalho no âmbito do SUAS. A análise conta com a entrevista estruturada com os profissionais que estiveram na linha de frente no acompanhamento de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) apontando importantes reflexões acerca da execução da socioeducação, da violência na sociedade capitalista e das limitações impostas pela conjuntura pandêmica, considerando também a dinâmica estrutural das violações de direitos de adolescentes autores de ato infracional.

Palavras-chave

Medida Socioeducativa, Pandemia, SUAS.

Abstract

Jesus, Thamires Silva de; Paiva, Ariane Rego de (Advisor). **The Pandemic and the Social Protection Service for Teenagers in Compliance with Socio-Educational Measure in an Open Environment in Niterói/RJ.** Rio de Janeiro, 2023. 166p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to analyze the consequences of the context of the COVID-19 pandemic for the follow-up carried out at the Social Protection Service for Adolescents in compliance with a socio-educational measure in an open environment at SUAS in the municipality of Niterói/RJ. The study contextualizes the historical course of actions aimed at children and adolescents in order to understand current trends, focusing on the context in which adolescents who commit offenses are found, problematizing the violations of rights that afflict this group and the contradictions in the face of rights guaranteed since the enactment of the ECA. The analysis focuses mainly on the work carried out in socio-educational measures, considering the challenges for implementing socio-education in times of a pandemic and the consequent intensification of precarious work within the scope of SUAS. The analysis relies on a structured interview with professionals who were at the forefront of monitoring Assisted Freedom (LA) and Community Service Provision (PSC), pointing out important reflections on the implementation of socio-education, violence in capitalist society and the limitations imposed by the pandemic situation, also considering the structural dynamics of violations of rights of adolescent perpetrators of infractions.

Keywords

Socio-Educational Measure, Pandemic, SUAS.

Sumário

Introdução	11
1. A trajetória das ações voltadas às crianças e adolescentes e a desproteção social	16
1.1. Ponto de partida: Introdução a dinâmica sutil e perversa da relação entre ordem social e infância/juventude da classe trabalhadora.	16
1.2. Formação social, capitalismo e a infância e adolescência brasileira.	18
1.3. As alterações político-econômicas e as perspectivas de proteção social à infância e adolescência.	26
1.4. A proteção da infância e adolescência em tempos de crise.	41
2. O Sistema de Justiça, O SINASE e a Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	52
2.1. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).	53
2.2. A violência na estrutura das relações sociais.	63
2.3. Neoliberalização da vida, (SUB)Cidadania e Racismo: O contexto dos sujeitos atendidos no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).	71
3. Pandemia e as medidas socioeducativas em meio aberto em Niterói/RJ	88
3.1. A Pandemia da COVID-19 no Brasil.	89
3.2. Pandemia e o SUAS na Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES) de Niterói/RJ.	97
3.3. Entrevistas e Participantes da Pesquisa.	106
3.3.1. Alguns Apontamentos sobre as condições de vida dos adolescentes acompanhados no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) durante a pandemia.	111
3.3.2. A Política de Assistência Social no Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto em Niterói.	118
3.4. O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) dos CREAS de Niterói na Pandemia.	126
4. Considerações Finais	141
5. Referências Bibliográficas	148
6. Apêndices	156
Apêndice I - Roteiro de Entrevista	156
Apêndice II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	157
Apêndice III - Formulário para autorização de pesquisa em equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária de Niterói	161
Apêndice IV - Declaração de Anuência	165
Apêndice V - Parecer da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio	166

Lista de siglas

BPC - Benefício de Prestação Continuada

Centro Pop - Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializado de Assistência Social

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

COVID-19 - Coronavirus Disease 2019

DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EPI - Equipamento de Proteção Individual

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LA - Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MNPCT - Mecanismo Nacional de Proteção e Combate a Tortura

MSE/MA - Medida Socioeducativa em Meio Aberto

NOIS - Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OMS - Organização Mundial da Saúde

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PCCS - Plano de Cargo, Carreira e Salários

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIA - Planos Individuais de Atendimento

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PSC - Prestação de Serviço à Comunidade

PNBEM - Política Nacional de Bem-Estar do Menor

PT - Partido dos Trabalhadores

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SIMASE - Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SMASES - Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária

STF - Supremo Tribunal Federal

SUAS - Sistema Único Assistência Social

Introdução

A presente pesquisa de mestrado está inserida na Linha de Pesquisa: Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersectoriais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). A pesquisa visa analisar as consequências da pandemia no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no SUAS do município de Niterói/RJ entre os anos de 2020-2022.

Durante a pandemia, a conjuntura encontrada nos equipamentos responsáveis por operar a política de assistência social evidenciava as consequências bárbaras das reformas neoliberais implementadas nos últimos anos, expondo a perversidade gerada pela reforma trabalhista aprovada em 2017 no governo golpista de Michel Temer, que ampliou a massa de trabalhadores informais que estiveram desprotegidos em um cenário de desemprego e precarização do trabalho (MARLOVA, 2020, p. 66). As situações vivenciadas nos serviços públicos durante a pandemia expressavam os efeitos do teto de gastos, evidenciando o processo de desmonte ocorrido através do desfinanciamento contínuo das políticas públicas gerando impacto na qualidade e abrangência dos serviços prestados. É neste panorama, no fervor de um contexto político desfavorável aos direitos sociais, que os trabalhadores do SUAS inseridos no serviço de acompanhamento de medida socioeducativa em meio aberto são requisitados a adequar o planejamento e a intervenção diante do cenário de pandemia visando contemplar as demandas dos adolescentes aos quais se atribui autoria de ato infracional, sob parâmetros ético-políticos na perspectiva da ampliação dos direitos sociais, da defesa dos direitos humanos, em prol da preservação da vida e da saúde em tempos de COVID-19.

Diante da conjuntura macroestrutural da política de assistência social e das questões impostas pelo período de pandemia, a presente pesquisa busca analisar as respostas profissionais construídas diante da complexidade do período histórico, investigar quais foram as possíveis limitações e as estratégias forjadas pelos profissionais que estiveram na linha de frente no acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município de Niterói/RJ. Sendo assim, a pesquisa visa agregar com a intervenção profissional, com as instituições que compõem o sistema de atendimento socioeducativo, mas principalmente, inspirada pelo compromisso ético-político assumido com os interesses da infância e juventude que sofrem intensos processos de criminalização e genocídio no Brasil, fortalecer a construção de novos saberes e práticas através

da reflexão crítica e da divulgação do conhecimento científico e contribuir com o público-alvo das medidas socioeducativas: a juventude preta e pobre da classe trabalhadora.

Cabe destacar que a relevância deste estudo também se relaciona à necessidade de pesquisar as altas taxas de violência contra a juventude no país, uma vez que, esta é a principal causa de morte nessa faixa etária. Em 2019, foram registrados 45.503 homicídios no Brasil, 23.327 (51,3%) das vítimas eram jovens entre 15 e 29 anos. De acordo com o Atlas da Violência de 2021, uma média de 64 jovens assassinados por dia. O estado do Rio de Janeiro possui uma das maiores taxas de homicídio e de mortes violentas por causa indeterminada do país. E segundo o estudo “Vidas adolescentes interrompidas – um estudo sobre 25 mortes violentas no Rio de Janeiro” (2020), no estado foram 28,8 mortes violentas de adolescentes por 100 mil em 2018. Outra estimativa trágica sobre a juventude fluminense se expressa na taxa de encarceramento, no sistema socioeducativo aponta-se que em 2018, o Degase atendia 1.423 adolescentes cumprindo medidas de privação de liberdade, aproximadamente 8% dos adolescentes internados em todo o país, operando com uma taxa de ocupação de 160% — acima da média nacional de 112% (CENPE/MPRJ, 2020). Além disso, o desemprego, empobrecimento das famílias, a inflação do preço dos alimentos, as altas taxas de evasão escolar durante o ensino remoto, o crescimento dos casos de violência doméstica, o aumento da população em situação de rua, entre outras situações, expressa a hipertrofia da questão social durante a pandemia e corresponde a realidade vivida pelo público atendido na política de assistência social, entre eles, os adolescentes dos serviços de medida socioeducativa.

Diante deste contexto de barbárie vivenciada pela juventude fluminense, torna-se fundamental que as ciências humanas aprofundem o sentido crítico e contestador do conhecimento produzido no meio acadêmico. Explicitando o potencial da universidade enquanto espaço privilegiado de produção de conhecimento crítico, capaz de formular alternativas e subsidiar a construção de políticas públicas. É fundamental aprofundar o debate acadêmico acerca dos conflitos presentes em nossa sociedade, entre eles, a lógica contraditória das políticas sociais e as expressões atuais das práticas de controle e coerção,

desvelando a ideologia punitiva e encarceradora que acomete a juventude pobre e negra no Brasil.

Neste sentido, a pesquisa visou problematizar as questões emblemáticas presentes no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto em tempos de pandemia avaliando as especificidades locais e os desafios nacionais da política de assistência social em uma conjuntura de crise sanitária, política e econômica aliada à intensificação do processo de precarização e desfinanciamento. Deste modo, o percurso metodológico da pesquisa se articulou ao referencial teórico de análise que visa reconstruir teoricamente e problematizar os desafios presentes do cotidiano interventivo dos trabalhadores do SUAS durante a pandemia, buscando compreender para além do objeto em sua aparência fenomênica e articulá-lo às categorias que permitem apreender o real em sua dinâmica e totalidade.

Para alcance destes objetivos foram realizadas entrevista estruturada (Questionário no Apêndice I), visando compreender as percepções, estratégias e desafios enfrentados pelos profissionais que durante a pandemia estiveram na linha de frente da política de assistência social, incumbidos do desafio de acompanhar adolescentes do sistema socioeducativo durante um período sanitário e político-econômico excepcional na história mundial. As entrevistas tiveram tempo aproximado de 40 minutos e o público entrevistado foi composto por trabalhadores do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) da cidade de Niterói/RJ, atualmente a cidade conta com dois equipamentos CREAS, divididos entre Centro e Largo da Batalha, os sujeitos da pesquisa serão os profissionais que compõem as equipes de referência do acompanhamento socioeducativo em meio aberto, são eles profissionais do Serviço Social e da Psicologia. Cabe mencionar que o critério de escolha dos entrevistados foi norteado pelo objetivo de obter informações dos profissionais que estiveram em contato direto com os adolescentes e famílias acompanhados durante a pandemia. A partir da coleta de entrevista com os trabalhadores foi possível realizar análise de conteúdo qualitativo e sistematizar as questões presentes na dinâmica

institucional e os seus rebatimentos conjunturais no acompanhamento de medidas socioeducativas realizadas no município.

Portanto, este trabalho compreende três capítulos. O primeiro realiza uma abordagem histórica das ações voltadas à infância, fixando a análise nas ações do Estado por um viés de classe e raça, as reflexões perpassam a problematização das ações voltadas à infância e juventude da classe trabalhadora, que alternam entre proteção e repressão, uma vez que, a trajetória histórica da assistência voltada a este segmento geracional reproduz a dinâmica contraditória de poder encontrada na produção social e material que afeta diferentes aspectos da vida social.

O segundo capítulo se deterá a compreender como se estrutura as medidas socioeducativas, ao longo da problematização será discutido o contexto de violência ao qual se encontra submetida a juventude pobre, preta e criminalizada. Busca-se neste capítulo articular o avanço do neoliberalismo e a degradação da condição de vida dos trabalhadores ao processo de alastramento punitivo, demonstrando a seletividade do sistema repressivo para assim compreender os contextos de vida dos adolescentes aos quais se atribui autoria de ato infracional.

Por fim, o terceiro e último capítulo abordará o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Niterói, os desafios diante das modificações dos processos de trabalho e as limitações encontradas no contexto de COVID-19. Dessa forma, o estudo irá refletir sobre as questões que perpassam a juventude atendida nas medidas socioeducativas e o trabalho socioeducativo em tempos de pandemia, buscando compreender os rebatimentos da precarização do trabalho e do sucateamento dos serviços públicos para a qualidade do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto a partir da análise das entrevistas.

Em conclusão, a pesquisa propõe analisar os processos macroeconômicos, ideológicos, institucionais e políticos que envolvem o processo de acompanhamento socioeducativo em meio aberto, considerando os aspectos conjunturais da pandemia e os desafios históricos. A reflexão também abordará a relação entre a Política de Assistência Social e o Sistema de Justiça, problematizando a estreita relação destes órgãos com as práticas de controle social. A sistematização final contribuirá com o debate acadêmico a respeito do tema e também irá colaborar com subsídios para

a reflexão sobre a intervenção profissional nos serviços de medida socioeducativa. Além disso, visa-se provocar reflexões na perspectiva da defesa dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa apontando a relevância do fortalecimento das políticas de proteção social para efetiva viabilização dos direitos sociais dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo.

Capítulo 1 - A trajetória das ações voltadas às crianças e adolescentes e a desproteção social

1.1.

Ponto de partida: Introdução a dinâmica sutil e perversa da relação entre ordem social e infância/juventude da classe trabalhadora.

Neste primeiro capítulo propõe-se refletir sobre a trajetória histórica da assistência voltada à infância brasileira considerando o movimento da realidade concreta e as influências da formação social brasileira sobre ações voltadas a este grupo etário. Por se tratar de uma questão complexa e dinamizada por marcos históricos, há aqui o grande desafio de dialogar com algumas referências teóricas que no desenvolver da análise da pesquisa trouxeram pistas importantes para a compreensão da relevância deste capítulo para o desdobrar do texto, pois, serão apresentados como em determinados períodos históricos o tratamento direcionado à crianças e adolescentes foram caracterizados por mudanças ocorridas na conjuntura político-econômica e pelas transformações culturais, trazendo importantes apontamentos para a reflexão da atual situação da infância e adolescência no país.

Nos estudos sobre a história da infância brasileira, é possível localizar que diversas alterações presentes ao longo da história estão intimamente conectadas com a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira, essa articulação vai desde o período colonial à sociedade capitalista atual, relaciona-se de forma dinâmica com aspectos da formação social, histórica, cultural e econômica do país. Sabe-se que em dado momento da história, quando a infância passa a ser compreendida como precursora de um modo de ser e estar no mundo, passa a demandar a constituição de um modelo de intervenção atrelada à construção do futuro na perspectiva de determinado modo de produção material e de reprodução da vida social.

Sendo assim, a primeira parte deste trabalho se propõe a dialogar com o histórico da assistência voltada ao segmento infanto-juvenil, problematizando o percurso das ações propostas em articulação com os interesses políticos e econômicos em voga, traçando o desenvolvimento das legislações de proteção até chegar nas problemáticas atuais em torno dos direitos de crianças e adolescentes diante de uma conjuntura ultraneoliberal, punitiva e conservadora, extremamente corrosiva na perspectiva dos direitos de cidadania conquistados nas últimas

décadas.

Debater a dialética do modo de compreender e intervir junto à crianças e adolescentes é de fundamental relevância para um estudo que busca se debruçar sobre o trabalho desenvolvido em um serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, ainda mais dentro de um recorte temporal de crise pandêmica da COVID-19, uma vez que, esta escolha permite analisar como as modificações na realidade social são acompanhadas por novos desafios e alterações no campo interventivo onde estão inseridas as políticas públicas voltadas à crianças e adolescentes.

A análise do percurso histórico das ações direcionadas para a infância e juventude brasileira permitirão compreender o atual desenho da execução das políticas públicas, reconhecer suas tendências ligadas às práticas de controle e coerção, assim como, auxiliar a refletir sobre as cicatrizes que marcam o modo como a sociedade, o Estado e suas instituições lidam com o adolescente autor de ato infracional. Tais reflexões serão fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e articulação com as problematizações que seguirão nos próximos capítulos.

Este ponto de partida busca situar os rebatimentos conjunturais, políticos, econômicos, ideo-culturais e históricos relativos ao tema, cientes de sua limitação em razão do curto espaço para elencar a passagem de diversos acontecimentos importantes para a discussão e a insuficiência de profundidade em alguns debates que não serão esgotados no capítulo, mas que irão aguçar o percurso analítico para a compreensão da articulação entre esses temas.

Por fim, para chegarmos a análise das consequências da pandemia no atendimento socioeducativo em meio aberto de adolescentes aos quais se atribuem autoria de ato infracional antes iremos refletir sobre as concepções de adolescência, sobre a lógica que historicamente permeou as instituições de assistência/atendimento às demandas de crianças e adolescentes, as legislações, as violações e os impactos da atual conjuntura sobre os direitos sociais.

Buscar-se-á a constante articulação entre as esferas micro e macro de análise, pois, a compreensão da totalidade informa as partes como um componente de um todo que não pode ser pensado isoladamente. Dessa forma, as ações sobre a infância, sobre as famílias pobres e sobre os homens e mulheres pertencentes à classe trabalhadora se articulam, uma vez que, enquanto classe compõem um todo

que é dinamizado pelos projetos societários em disputa.

1.2.

Formação social, capitalismo e a infância e adolescência brasileira

A concepção de infância e as intervenções voltadas a este segmento é fruto das relações sociais históricas e objeto de diversos debates sobre sua origem. Entre os clássicos voltados ao estudo do tema, uma das obras mais referenciadas é de Philippe Ariès (1960), em seu livro “História social da criança e da família”, que debate o descobrimento e a construção do “sentimento de infância” na Europa. Em sua tese, a infância tal como a conhecemos é produto da sociedade moderna, pois as crianças não recebiam tratamento diferenciado, fato que se modificou somente no século XVI com as transformações das relações sociais e acirramento das contradições sociais da época, sendo o valor dado à infância variado conforme época e classe social.

Na atualidade há estudos que demonstram a diferenciação entre adultos e crianças já existentes em sociedades anteriores à idade moderna, mas que não invalidam a relevância das reflexões de Ariès para pensar os diferentes tratamentos dados à infância ao longo da história, assim como, as modificações das concepções e tratamento de acordo com mudanças que ocorrem numa sociedade, compreendendo as intervenções voltadas à infância vinculadas aos fatores políticos, econômicos e culturais de uma época.

[...] A história sinaliza que a percepção das crianças como pessoas diferentes dos adultos e o surgimento da infância como categoria social datam do século XVII, remetendo-nos à pesquisa de Phillippe Ariès, considerada um marco da história da criança. As investigações desse historiador concentram-se na tese de que o surgimento da infância seria fruto da modernidade. Ainda que Ariès tenha sido um dos mais lidos e tenha lançado bases para esta discussão, atualmente outras pesquisas discordam de sua premissa, localizando a infância e apreocupação com a criança como um conceito que se forma em períodos anteriores ao moderno. Tais pesquisas apontam que desde a antiguidade havia uma preocupação com as crianças que extrapola o ato de cuidado, e que elas passam a figurar no cenário das famílias, sendo as mesmas extensas ou não, e na vida cotidiana dos adultos em diversos relacionamentos. Pesquisadores como Gélis (1991), Heywood (2004), Riché & Bidon (1994) e D’haucourt (1994) investigam a história do homem medieval e apontam que a idéia de infância esteve presente em períodos anteriores, sendo registrada em indícios de escavações arqueológicas, quando foram encontrados materiais, resquícios de brinquedos, objetos, miniaturas de bonecas, a indicar a presença da criança e um espaço próprio dela no seu meio social. Além disso, registram-se fontes documentais, como retratos e

pinturas, que revelam a presença da infância e a importância dada a ela pelas pessoas antes do século XVII (SARAT, 2005, p.02).

Na perspectiva de ilustrar como a preocupação com a infância esteve atrelada a um objetivo mais amplo de sociedade, cabe mencionar o processo de colonização brasileira, cuja dinâmica aponta fatos históricos que demonstram a presença do projeto de dominação, exploração da mão de obra e extração das riquezas do país nas ações direcionadas a crianças e adolescentes pretos/pretas e indígenas.

No início do período colonial, a infância indígena recebia atenção especial dos jesuítas que tinham como missão garantir que os povos originários deste país fossem docilizados, pois, uma vez que, estivessem submissos estaria aberto o caminho para a conversão ao cristianismo e a exploração pelo trabalho escravo, que permaneceu formalmente até 1888, pouco antes da Proclamação da República (ARANTES, 2011, p. 160). A assistência à infância indígena seguia determinações de Portugal aplicadas através da Corte da Igreja Católica.

Igreja e Estado andavam juntos. (...) Ao cuidar das criançasíndias, os jesuítas visavam tirá-las do paganismo e discipliná-las, inculcando-lhes normas e costumes cristãos, como o casamento monogâmico, a confissão dos pecados e do medo do inferno (...). Convertiam as crianças ameríndias em futuros súditos dóceis do Estado português e, através delas, exerciam influência decisiva na conversão dos adultos à estruturas sociais e culturais recém importadas. (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 18).

Além do genocídio¹ e demais violências infligidas aos indígenas brasileiros, o massacre cultural foi extremamente bárbaro, com o objetivo de converter os indígenas às estruturas culturais coloniais portuguesas, as reduções jesuíticas desempenharam a função de difundir o padrão cultural dos colonizadores através de um sistema educacional que tinha como missão submeter e moldar a infância ameríndia. A sujeição não foi pacífica, porém a resistência à catequese era prevista em lei como justificativa para o uso de violência brutal, em razão da declaração de “guerra justa” (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 18).

¹ “Os índios brasileiros foram rapidamente dizimados. Calcula-se que havia na época da descoberta cerca de 4 milhões de índios. Em 1823 restava menos de 1 milhão.” (CARVALHO, 2013, p. 20).

No que diz respeito à infância preta, estima-se que 775 mil crianças africanas tenham sido traficadas para o Brasil², a escravidão modelou as relações econômicas e sociais brasileiras, bem como as políticas relativas à infância e adolescência ao longo da história. Segundo Lopes (2016)

Os navios negreiros despejavam no Brasil 9 mil africanos por ano até 1808 (GÓES e FLORENTINO, 1999, p.178). Em média, as crianças representavam um quinto da população cativa, (...). Os que escapavam da morte prematura iam perdendo os pais. Para a elite branca, a figura materna era bipartida: a mãe biológica, inacessível corporalmente mas socialmente reconhecida, e a mãe preta, à qual se tinha acesso mas que não era socialmente reconhecida. Os filhos das mães pretas acabavam prejudicados pelo pouco leite e pela pouca assistência que lhes eram destinados. (LOPES, 2016, p. 02).

Diante da violência imposta à mãe preta, às amas de leite, babás e aos seus bebês, cabe refletir sobre o que aconteceu com essas crianças que tiveram o leite furtado em favor do desfrute da criança branca. De acordo Batista (2014), às crianças pretas eram consideradas estorvos no período escravocrata e seguem sendo tratadas assim na sociedade do trabalho assalariado.

Povoaram a roda dos expostos³, vagam pela cidade realizando pequenos ganhos, trabalhando em “soldadas”, nas Varas de Órfãos, nas bocas de fumo, Sam’s e Funabens da vida. Vão cumprindo assim sua profecia de alimento ao filicídio oligárquico. (BATISTA, 2014, p. 63)

Além do trabalho braçal exaustivo, as crianças escravizadas também eram usadas como brinquedos dos filhos dos senhores, por vezes eram dadas como presentes e usadas para entretenimento da casa grande, tidas como animais de estimação. Não bastando o tratamento degradante e os maus-tratos aos quais eram submetidas, a exploração sexual infantil era promovida por senhores e senhoras. (FALEIROS, 2011, p. 206)

Em 1871, a lei do Ventre Livre declarava os filhos de mulheres escravizadas que nasceram após a data da lei, proibia a separação dos filhos menores de 12 anos e o recolhimento dos que fossem abandonados. Tal liberdade

² ver: David Eltis, Um breve resumo do tráfico de escravos transatlântico, In Viagens: Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos, Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/assessment/essay>. Acessado em 08/01/23.

³ A primeira roda dos expostos foi criada na Bahia em 1726, após foi também construída no Rio de Janeiro em 1738 e se expandiu para outras localidades. As rodas dos expostos administradas pelas Santa Casa de Misericórdia, tinham uma taxa de mortalidade bastante elevada em razão das condições de higiene, alimentação e cuidados. Não raro as crianças eram encaminhadas para o trabalho desde pequenas. Foram abolidas em 1927. (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 19)

era condicionada a vontade do senhor de escravos, uma vez que, após criá-los, adquiriria o direito de usufruir do trabalho como “indenização”. (RIZZINI, 2011, p. 104)

No último país de tradição cristã e ocidental a libertar a população escravizada, a exploração do trabalho escravo se consolidou nas áreas voltadas à mineração, à pecuária e ao latifúndio. A riqueza apropriada pelos colonizadores foi construída tendo por base o sequestro de humanos, a escravização, o açoite, o genocídio e o estupro de africanas/africanos afro-brasileiros e indígenas.

A escravidão da população negra configura-se como uma estratégia adotada pelo sistema colonial para explorar as terras ocupadas no continente americano. E, ao longo dos três séculos que se sucederam, tal regime foi utilizado com maior ou menor intensidade, na maior parte da expansão colonial. Portanto, qualquer análise acerca do antagonismo entre trabalho escravo e trabalho livre, em terras brasileiras no século XIX, precisa esmiuçar as vinculações entre o colonialismo e o regime escravocrata e partir do “pressuposto de que a escravidão foi uma instituição integrante do sistema colonial característico da fase de acumulação primitiva e mercantil do capital e da formação do Estado moderno na Europa ocidental (séculos XV e XIX)” (COSTA apud EURICO, 2017, p. 419).

A exploração colonial funda-se a partir do assalto às terras indígenas, do sequestro de povos africanos e do genocídio, assim nasce sociedade brasileira em meio a atrocidades, a partir da negação da condição humana do povo preto e da população indígena escravizada durante a fase da acumulação primitiva dos países da Europa. O alto custo humano, social e cultural impactará até os dias atuais na consolidação dos direitos civis e na construção da cidadania brasileira (CARVALHO, 2013, p. 21).

Após muitas resistências de negras e negros como descreve os estudos de Clóvis Moura na obra “Rebeliões da Senzala” (2014), também, após os esforços empenhados da luta abolicionista e das novas exigências do mercado econômico, a abolição da escravidão é assinada em 1888, a medida tardia é adotada quando a população escravizada representava apenas 5% da população.

A Lei Áurea visava reorganizar a economia nacional dentro das configurações da produção capitalista, da apropriação privada da mais-valia e da construção da classe assalariada. No entanto, o progresso dentro da ordem, criou políticas de incentivo a imigração da força de trabalho branca com intuito de embranquecer a nação, a substituição da escravidão pelo trabalho assalariado se

deu sem a adoção de políticas sociais que garantissem as demandas da população negra livre após séculos de escravidão. (EURICO, 2018, p. 41)

A formação do proletariado no Brasil não incorporou a população negra de forma automática e linear, “o racismo passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado”, a população negra e outras camadas não brancas excluídas do mercado de trabalho formal “foram compor a franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo.” (MOURA, 2019, p. 94)

Na ordem do dia floresce a necessidade de criação de um novo modo de produção, livre das marcas e dos prejuízos, que o uso da mão de obra da população negra escravizada acarretou aos grandes proprietários de homens e mulheres negras, de todas as faixas etárias. Há que se ressaltar que a elite da época não se ocupa demasiadamente das fraturas sociais provocadas pela escravidão; tampouco se convence de que é necessário reparar os danos provocados àquelas pessoas. O que impulsiona a defesa do abolicionismo é a necessidade de reorganizar os lucros obtidos com o regime de exploração de um grupo sobre o outro, ao mesmo tempo que a luta por direitos travada pela própria população negra deve ser contida. O negro escravizado é substituído, então, pelo imigrante, na condição de trabalhador assalariado, principalmente nos grandes centros urbanos (NABUCO, 2011). Entretanto, nas regiões onde permanece o modo de produção agrícola, parcelas da população negra são incorporadas ao trabalho assalariado, sem a devida proteção social (EURICO, 2018, p. 43)

Segundo Carvalho (2013), aos libertos não foram garantidos os meios de subsistência necessários, não lhes foi garantido o acesso à educação, à terra e nem trabalho digno, . Muitos regressaram às suas antigas fazendas para retomar o trabalho por salários muito baixos, ou seja, o fato da suposta “libertação” não garantia concretamente os seus direitos civis.

A estereotipação, a animalização e a criminalização da população negra irão permear o processo de formação da sociedade brasileira e consolidar o racismo na estrutura das relações sociais do país. Após séculos de escravidão, a população negra é colocada à margem do desenvolvimento econômico. De acordo com Gonçalves e Âmbar (2015):

Dentro do projeto de branqueamento do Brasil, as elites passaram a criminalizar o negro brasileiro através da efetivação do Código Penal de 1890 que proibia as manifestações da cultura negra, como a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo ... foram consideradas práticas criminais. (...) O Código cuidou de regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo o forçado, como é caso de negro(a)s desempregado(a)s e sem qualquer possibilidade de uma vida digna (Flauzina, 2008). A população negra, portanto, foi apartada de qualquer projeto de nação e permaneceu igualmente à margem dos direitos os mais básicos. Analfabeta, foi impedida de votar; sem trabalho, foi impelida ao delito de vadiagem e ficou à mercê da

violência policial; suas expressões culturais foram julgadas criminosas; suas religiões de matriz africana foram reprimidas (Nascimento, 1982). A classe dominante não mediu esforços para se proteger daqueles que, uma vez libertos, engrossariam as fileiras de desocupado(a)s. Para a ordem vigente, era necessário fazer uso de uma polícia forte e de uma justiça severa para conter o que denominava os maus instintos dos negros. Egresso(a)s das senzalas, foram encurralado(a)s nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituindo as primeiras aglomerações de favelas (GONÇALVES, AMBAR. 2015, p 204)

A sociedade escravocrata brasileira precisava difundir o medo para manter violentas políticas repressivas e de controle sobre “aqueles setores que estavam potencialmente a ponto de rebelar-se e implantar a ‘desordem e o caos’, tamanha escala da opressão em que se encontravam.” (BATISTA, 2014, p. 30)

O racismo permeia a estrutura e as instituições do país, impactando por gerações nas famílias brasileiras como um todo. A formação social brasileira e a herança colonial irão configurar a estrutura das relações sociais no país, incidindo na política do Estado, nas estruturas sociais e institucionais.

Segundo Ianni (2004), a questão racial faz parte da experiência humana, na medida em que, apesar de ter se modificado com o tempo, sempre esteve presente em todas as formas de organização social. Mas, apesar de marcar a história da sociedade, essa questão não é natural. O termo “raça” foi construído socialmente, a partir das relações sociais de poder para exercer a dominação e exploração de um grupo sobre o outro. A raça não é uma condição biológica, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida nas relações sociais, envolvendo correlação de forças, bem como processos de dominação e apropriação (IANNI, 2004).

A raça é aqui entendida como um conceito construído no campo das ideias, que distorce a realidade, uma vez que afirma uma noção de supremacia do homem branco, sem nenhuma fundamentação teórica, com o objetivo de garantir a hegemonia de um grupo/classe. Racializar como sinônimo de classificar e hierarquizar, utilizada como uma técnica política para garantir as estruturas de poder.

Neste sentido, cabe mencionar a obrigatoriedade dos estudos sobre infância localizarem as implicações do racismo e da colonização na condição social das famílias negras, indígenas e mestiças, que são também majoritariamente a parcela mais empobrecida da classe trabalhadora, uma vez que, a questão racial

atravessa a estrutura das relações no país sem poupar a infância e juventude. As ações voltadas às classes tidas como ‘perigosas’, estiveram permeadas pelo racismo que forjou as estruturas sociais do país determinando quais populações teriam ou não acesso às melhores condições de trabalho e quais estariam à margem do desenvolvimento do país sob intensa repressão, criminalização e violência.

Dessa forma, ao longo da história, localiza-se que diferentes concepções de assistência, cuidado e de “proteção” estiveram em debate, tais concepções eram permeadas pelas questões que se abatiam na sociedade, mas não de forma homogênea, eram dinamizadas pela classe social, nacionalidade, raça, etnia e gênero.

De acordo com Rizzini e Pilotti (2011), o histórico da assistência voltada a crianças e adolescentes no Brasil demonstra-se contraditório - desde o período colonial com o rapto e evangelização das crianças indígenas; escravismo, abandono, violência e exploração de crianças negras apartadas de sua família; das Santas Casas de Misericórdia e a roda dos expostos; até os antigos orfanatos, casas de correção e reformatórios; o trabalho infantil empregado nos campos, nos domicílios, nos comércios, nas fábricas, etc. - uma vez que, o discurso de “salvar a infância” (RIZZINI, 2008) esteve vinculado estrategicamente com iniciativas de controle, vigilância, docilização para o trabalho e punição.

As primeiras ações de assistência voltadas para este segmento foram realizadas pela filantropia e instituições religiosas. O discurso da benevolência garantia a certos grupos legitimidade social para intervenção no âmbito das famílias pobres. Os autores Rizzini e Pilotti (2011) debatem que ao longo da história foi criado em torno das famílias pobres o mito da “família negligente” com forte apelo moralizante, sob uma ótica liberal-burguesa que individualiza e criminaliza os sujeitos por sua condição de miserabilidade, servindo de justificativa para intervenções violentas. Sendo assim, o estigma social que associa a miserabilidade a perigo ao ordenamento social é histórico e estrutural no tratamento das famílias da classe trabalhadora. Denota-se que a intervenção voltada a crianças e adolescentes pressupõe aspectos políticos, econômicos e ideológicos. Os autores compreendem que historicamente as políticas sociais, as legislações e a assistência (pública e privada) voltadas à infância e juventude

pobre foram instrumentos de manutenção das desigualdades sociais e ferramentas de controle social (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 16).

De acordo com Rizzini (2011), o olhar profissional voltado a criança no Brasil surgiu com a puericultura, isso ocorre com dimensão política vinculado a um projeto civilizatório e com a construção de projeto de nação que tinha a infância como uma preocupação ligada ao futuro do país, tornando-se necessário mecanismos de controle que pudessem garantir o caminho do trabalho e da ordem para a infância brasileira (RIZZINI, 2011, p. 83,). No entanto, a autora também sinaliza que para moldar a infância sob o propósito civilizatório adotado pelo país era necessário antes concebê-la como risco social, o que na época era algo simples, uma vez que, as representações sobre a pobreza possuíam forte caráter declasse e moral. Dessa forma, o discurso de proteção à infância esteve historicamente marcado por elitismo, racismo, criminalização e por valores de uma sociedade liberal burguesa conservadora.

As intervenções institucionais nas questões relacionadas às crianças e adolescentes pobres proporcionaram canal estratégico de acesso e controle aos bastidores das famílias da classe trabalhadora para conferir-lhe padronização e regulação. Estão associadas a outros mecanismos contraditórios de controle e assistência à classe trabalhadora.

As políticas de controle social criaram um aparato jurídico especial para minoridade, composta por: tribunais, juízes, curadores, delegacias, abrigos, reformatórios e código de menores. Desta forma, “o problema da Infância e da adolescência pobre transformou-se numa questão de justiça e assistência social, dando origem a dicotomia entre criança/adolescente, de um lado, e o Menor, do outro, escamoteando-se a dimensão política das desigualdades sociais” (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 328).

A identidade social infanto-juvenil esteve historicamente apartada de crianças e adolescentes pobres, principalmente indígenas, negras e negros, que vivenciaram no decorrer da história “um processo de coisificação, que justifica um consequente processo de triagem (classificação), apartação e institucionalização, de inclusão-exclusão - formas diversas de desumanização” (NETO, 2005, p. 25).

Segundo Arantes (2011), as inspirações vão desde o “discurso ‘piedoso’ da caridade ao discurso de ‘denúncia’ do militante, passando pelo discurso

‘competente’ a quem se atribui responsabilidade pela gestão” (ARANTES, 2011, p. 153). Denota-se que ao longo da história da formação social do Brasil, a preocupação maior com a infância fugia a preocupações genuínas quanto a necessidade de garantir proteção tendo por consideração o desenvolvimento biopsicossocial e as vulnerabilidades da fase infantil, mas se realiza enquanto estratégia política e mecanismo de dominação definidos a partir das necessidades de diferentes períodos históricos.

Apesar do contexto de extremas vulnerabilidades e violações, a primeira legislação voltada exclusivamente a crianças e adolescentes só vai vigorar no final da década de 1920. Antes disso, o atendimento realizado se fazia reproduzindo formas de assujeitamento e opressão, sem quaisquer mecanismos de proteção que aliviasse a população de crianças e adolescentes das barbaridades aos quais estiveram vulneráveis ao longo dos séculos. No entanto, é importante destacar que os estudos no campo da infância revelam que as legislações construídas na perspectiva de assegurar direitos para crianças e adolescentes ainda não foram capazes de romper profundamente com as influências arcaicas do período colonial, uma vez que, crianças e adolescentes pretos/pretas e indígenas ainda são assassinados, torturados e violentados, no campo e na cidade, alvos da polícia ou do garimpo ilegal.

Por fim, denota-se que o exame profundo das ações voltadas à infância possibilitam interlocução com a formação econômica, política e social do país, pois, dizem respeito à ótica de classe e raça presentes nas práticas sociais desde o período colonial e sobre a gênese das barbaridades contemporâneas.

1.3.

As alterações político-econômicas e as perspectivas de proteção social à infância e adolescência.

Na passagem do século XIX para o XX, juristas passaram a defender a ideia do “novo direito” principalmente na Europa, Estados Unidos e América Latina, passou-se a discutir uma justiça mais humanizada, a reeducação ao invés da punição e a atenção voltada a criança busca formar o adulto do amanhã(RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 22).

Na década de 1920, consolidou-se a fórmula justiça e assistência para os menores viciosos e delinquentes. Estes eram objetos de vigilância por parte do Juízo de menores e da Polícia, classificados de acordo com sua origem e história familiar e normalmente encaminhados para casas de correção ou as colônias correcionais, onde deveriam permanecer em sessão separada dos adultos, resolução nem sempre obedecida. Tal fato causava indignação entre os defensores da reeducação dos menores, que propunham a criação de instituições especiais para esta população, visando educá-la através da formação profissional - as chamadas escolas de reforma, que começaram a ser criadas neste período, por determinação do Código de Menores (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 22).

Cabe mencionar que na década de 1920 estava em voga a discussão a respeito da idade para responsabilização penal, em 1923, o Decreto nº. 16.272/93, passa a regulamentar a assistência e proteção tidos aos “menores abandonados e delinquentes”. O artigo 24 do decreto, determinava que menores de 14 anos, que fossem autor ou cúmplice de infração qualificada como crime ou contravenção, não seriam submetidos a processo penal. Em 1926, a discussão retorna com o caso do menino Bernardino, de 12 anos, pobre, negro e engraxate, que é preso após jogar tinta em cliente que não pagou e na cadeia é violentado de diversas formas. A criança é levada para um hospital e o caso repercute e reacende o debate após ganhar ser divulgado em jornal.

No cenário internacional, a Liga das Nações em 1924 adota a Declaração Universal dos Direitos da Criança, também reconhecida por Declaração de Genebra, que consiste num documento internacional que reconhece os direitos e recomenda proteção especial à infância.

No Brasil, a primeira legislação especificamente dirigida a crianças e adolescentes foi o Código de Menores de 1927, conhecido também como Código Mello Mattos⁴, o texto legal trouxe avanços no que tange ao reconhecimento infanto-juvenil, a maioria penal aos 18 anos, ao mesmo tempo que instaurou leis que estigmatizava os assim considerados “menores”, as crianças e adolescentes pertencentes a classe trabalhadora pauperizada.

Em 1921, Mello Mattos apresentou seu projeto de Código de Menores, sendo aprovado em 1927 pelo decreto nº. 5.083, trazendo uma concepção moderna de pátrio-poder, onde considerava como bivalente a tutela do menor, passando o poder do pai sobre o filho a ser regulado pelo Estado, prevendo a obrigação dos pais prestarem assistência aos

⁴ O Código de 1927 (Decreto nº. 17.943, de 12/10/1927) foi elaborado pelo juiz Mello Mattos, por essa razão o código também é reconhecido pelo nome de seu idealizador.

filhos, educando-os, mas também os castigando moderadamente, cabendo ao juiz intervir quando o controle dos pais fosse extrapolado ficando definitivamente o Estado formalmente responsabilizado pelo menor (MARQUES, 2011, P. 19).

O referido código fazia distinção classificatória entre os “menores”, dividindo-os em abandonados e delinquentes. A intervenção do Estado se mostrava baseada em critérios elitistas por criminalizar as famílias das camadas empobrecidas, sendo garantido por lei a suspensão do poder familiar em situações consideradas por abandono, tais como: “não ter habitação certa; não contar com meios de subsistência; estar empregado em ocupações proibidas ou contrárias à moral e aos bons costumes; vagar pelas ruas ou mendigar etc., só se aplicavam aos pobres” (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 25).

No início do século XX, o Estado criou um complexo tutelar a partir da instalação de órgão de assistência social, da justiça e do direito menorista. De acordo com Silva (2011):

Esse complexo estava respaldado no novo ideal republicano de educar e corrigindo a conduta antissocial, cujo objetivo era que “os menores” pudessem servir à sociedade e transformar-se em cidadãos úteis e produtivo (SILVA, 2011, p. 80)

Desta forma, o Código de Menores de 1927 atacava as consequências da miserabilidade na vida de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias de modo a moralizá-la sem tocar no cerne da desigualdade social, assim, estes sujeitos eram culpabilizados pela condição de abandono estatal que padeciam.

Na obra “Cidadania no Brasil” (2013), José Murilo de Carvalho aponta o que a história da democracia brasileira é recente, segundo o autor, na história do Brasil e da América Latina têm como regra o afastamento de presidentes indesejados e golpes de Estado. O autor também sinaliza que na tradição nacional observa-se forte apego a figuras messiânicas como fonte de resolução dos problemas nacionais. O governo ditatorial de Getúlio Vargas condensa esses aspectos da política brasileira. Durante a Era Vargas os direitos sociais e trabalhistas se ampliam sob lógica paternalista e clientelista, embora as concessões estivessem atrelados às fortes lutas sindicais da época, a antecipação estratégica dos direitos fazia com que a cidadania fosse interpretada como favor da qual o povo retribuía com sentimento de gratidão e assim alimentava ainda mais o fenômeno do populismo. Disso resultava uma cidadania passiva e receptora, despida da lógica do direito.

Getúlio Vargas, presidente populista considerado “pai dos pobres”, cujo projeto político de mudanças políticas assemelha-se ao fascismo italiano, fez disseminar a ideia de ameaça comunista e na medida em que seu regime se consolidava ampliaram-se as perseguições e prisões de supostos inimigos da pátria. Segundo Cancelli (2014), a justiça criminal atrelada à Escola Positivista se fortaleceu durante o período de controle político, a definição da figura do criminoso era formada por elementos anatômicos, raciais⁵, psicológicos e sociais que indicavam “anomalias”. A autora aponta a expansão do encarceramento no país, que ocorria muitas vezes sem condenação formal à justiça pelas autoridades policiais, as condições de habitabilidade nos presídios eram bastante precárias e as prisões eram superlotadas. Além disso, embora oficialmente abolida em 1821 da legislação brasileira, técnicas de tortura eram utilizadas como método de investigação e punição. (CANCELLI, 2014, p. 18)

A expansão carcerária ocorria sob acusação de alcoolismo (33%), desordem (21%), ócio (3%) e averiguações (34%), estima-se que em 15 anos de regime Vargas tenha havido pelo menos 10 mil presos políticos, o que é difícil precisar em razão de queima de arquivos. (CANCELLI, 2014, p. 17)

No que se refere à intervenção junto aos “menores”, destaca-se o Art. 138 da Constituição Federal de 1934, que determinava ao poder público a criação de serviços sociais especializados de assistência. Segundo Celestino (2015), este será um ponto fundamental para a estruturação da política pública de atenção à infância e adolescência no Brasil, “refere-se à criação do Conselho de Serviço Social (1938), do Departamento Nacional da Criança (1940), da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do Serviço de Assistência ao Menor (SAM).” (CELESTINO, 2015, p. 166)

O cuidado e a assistência ao menor, ao se tornar uma questão nacional, refletia a intervenção do Estado junto às diversas expressões da questão social, num esforço de regulação oficial da proteção social pública, proposta em meio a processos contraditórios permeados pela repressão, mas de outro modo,

⁵ “A medida dos cérebros brancos, segundo as aulas de Candido Motta na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, pesa 1534 gramas, dos negros 1371 e dos australianos 1228. Estas diferenças de organização física implicariam diversidade de caráter. Os negros seriam sensuais, com tendência à imitação servil, falta de iniciativa, horror à solidão, à mobilidade. Teriam o amor desordenado do canto e da dança o gosto invencível dos ornamentos e enfeites. Seriam indiscretos, imprevidentes e preguiçosos. Em compensação, suas qualidades seriam apreciáveis: sensível a bons tratos, suscetível de uma grande dedicação, sem prejuízo da capacidade para o ódio e para vinganças cruéis. Enfim, com as qualidades e defeitos do homem primitivo” (CANCELLI, 2014, p. 13)

inscrito em ações de busca pelo consenso e legitimidade ao Estado. (CELESTINO, 2015, p. 194)

Em 1941, a instalação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), também demonstrava a lógica da criminologia positivista européia com abordagem patologizante nas ações voltadas à assistência da infância pobre. O serviço tinha por base o controle por meio do confinamento de crianças e adolescentes provenientes das famílias mais empobrecidas.

Durante o Estado Novo, o SAM será responsável pelas instituições voltadas à infância e juventude abandonada, em especial, aos "delinquentes", tornando-se um marco em seu atendimento. De acordo com Celestino (2015), o SAM reafirmava a conciliação entre justiça e assistência social no atendimento ao “menor”, tinha como propósito unificar as ações e instituições. (CELESTINO, 2015, p. 170)

De acordo com Celestino (2015), a falência do SAM vincula-se à sua incapacidade de intervir de forma efetiva sob a situação de acordo com o que se propunha, eram constantes as reincidências das práticas delituosas, as fugas, as denúncias de maus-tratos e de desvio de verba.

Propagadas em meio ao governo de Getúlio Vargas, as críticas e denúncias ao SAM, se estenderam pelo governo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, este último, providenciando o enfrentamento da questão, cria uma Comissão destinada à reformulação do SAM, a qual é proposta através do Projeto nº 1.712/64, que propõe a extinção do SAM e a proposição da Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM) (CELESTINO, 2015, p. 1999)

Com o advento da ditadura civil-militar no Brasil (1964), foi instituída a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), que sob a ideologia da Segurança Nacional instituída pela Escola Superior de Guerra (CELESTINO, 2015, p. 221), fortaleceu o controle social e a cultura de institucionalização de crianças e adolescentes pobres em prol da manutenção da ordem e dos bons costumes (SCHULTZ, 2013, p 28).

O interesse da FUNABEM e PNBEM na “questão do menor” possibilitou a internação massiva através da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (FEBENS) e entidades privadas de assistência. Houve grande investimento em práticas que associavam a assistência à infância pobre à problema social a ser

controlado. Rizzini e Pilotti (2011) destacam o caráter político-ideológico da atuação do governo ditatorial-militar voltados para os chamados “menores”:

[...] A questão do menor interessava a segurança nacional, não só pela eventual canalização do potencial do "sentimento de revolta" desta Juventude "marginalizada" pelos movimentos de contestação do regime, mas, também, tendo em vista os efeitos da dilapidação do seu potencial produtivo para o processo de desenvolvimento (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 25).

Além disso, preocupava o governo ditatorial o consenso necessário à legitimidade do regime, garantindo a ordem junto aos “menores carentes” estaria também assegurando sua própria continuidade e a efetividade dos preceitos da segurança nacional. (CELESTINO, 2015, p. 224)

Na década de 1970, o Código de 1927 é reformulado, e é sancionado o Código de Menores de 1979, ainda que sob a mesmo modelo, a concepção moral mantém-se como foco das ações do Estado. A doutrina da situação irregular introduzida com a instauração do Código de 1979 fortaleceu a discriminação e a criminalização das famílias em razão de sua condição de pobreza, a intervenção Estatal era pautada por preceitos morais, pois se amparava em padrões sociais da época, tendo como norte o disciplinamento e a institucionalização de crianças e adolescentes. De acordo com o Art. 2º do Código de 1979, considera-se em situação irregular o menor:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a:
 - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI - autor de infração penal.

O novo código de menores consagrou a Doutrina da Situação Irregular que compreendia a infância das camadas mais empobrecidas como “patologia social”, a questão social era reduzida à esfera judicial, havendo a criminalização das

famílias em razão das condições de miserabilidade vivenciadas e uma forte cultura de institucionalização.

A “cultura da institucionalização” propagada a partir da construção do conceito de abandono difundido, a partir da década de 1920, quando da criação das primeiras normativas e instituições destinadas ao “menor” radicaliza-se, sob as ações prestadas pela FUNABEM, num duplo sentido: o da internação compulsória, sobretudo, daqueles recolhidos pela política e dos sentenciados como infratores, e a institucionalização voluntária realizada, a partir dos pedidos de pais, responsáveis e familiares, iludidos pela imagem de proteção e cuidado publicizada (CELESTINO, 2016, p. 02).

Conforme Celestino (2016), as FUNABEMs e FEBEMs contaram com o empenho do governo militar na atuação junto aos chamados “menores”. Na busca de legitimidade dispôs de massiva propaganda apelando para a “necessidade de manutenção da ordem e da segurança nacional”:

Em prol de um projeto modernizador, de desenvolvimento e integração nacional, o Estado brasileiro através da FUNABEM, propôs o enquadramento e a correção dos desajustes sociais dos chamados “menores” entre os quais as expressões da questão social era analisada tomando por base uma análise moral que reportava a este e as suas famílias uma culpabilização individual (CELESTINO, 2016, p. 8).

Ainda segundo a autora a intervenção sobre os “menores” (como eram reconhecidos) chegou a representar o confinamento de 80 mil crianças e adolescentes, que estavam institucionalizados sob a mitológica pretensão de “integração familiar e comunitária” (CELESTINO, 2016, p. 10).

Nos anos 1970, emerge a crise de saturação do chamado “milagre econômico” da ditadura militar, tal processo alinha-se aos impactos econômicos, sociais e culturais de grande escala da crise econômica global que se aprofundava desde a I crise do Petróleo (1974), II crise do Petróleo (1979) e a crise da desvalorização do dólar, demonstrando o esgotamento do modelo fordista-keynesiano hegemônico após o período de ascensão econômica do segundo pós-guerra.

Nessa conjuntura, seria melhor para o governo e para os militares promover a redemocratização enquanto ainda houvesse prosperidade econômica do que aguardar para fazê-lo em época de crise, quando os custos da manutenção do controle dos acontecimentos seriam muito mais altos. Um terceiro argumento diz respeito às próprias forças armadas. A ditadura tirava os militares de suas atividades profissionais, atraindo-os para a vida política, para altos cargos na administração pública e privada. (CARVALHO, 2013, p. 174)

A conjuntura internacional é marcada pela crise econômica do capital, com tentativas de desmonte do Welfare State em alguns países da Europa, a configuração política propõe contrarreformas⁶, reestruturação da produção e expande-se a mundialização do capital com ascensão do neoliberalismo como estratégia de saída da crise. Essas questões macrosociais irão impactar concretamente na economia política nacional e internacional nos próximos anos, na configuração do capitalismo contemporâneo e nas políticas sociais.

Segundo Mota (1995), o período de reação burguesa à crise foi marcado pela fusão do capital bancário e industrial e pela expansão de crédito para os países de terceiro mundo que ocasionou no endividamento dos países periféricos sob a forma de pagamento da dívida externa transformou-os em provedores de capital para os centros hegemônicos, no caso de países como o Brasil, este processo vêm expropriando o fundo público (riqueza socialmente produzida) com impacto direto no financiamento das políticas públicas.

Conforme Netto (2012), às modernizações científicas, técnicas e informacionais foram acompanhadas por desdobramentos no circuito produtivo (NETTO, 2012, p. 419). O capitalismo em sua fase mais recente tem como característica forte laço entre o capital financeiro nacional e internacional articulado em prol de interesses “oligárquicos e patrimoniais”.

A mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes dos processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos), que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com suporte dos Estados Nacionais. (IAMOMOTO, 2015, p.100)

⁶ A Reforma do Estado ou Contra-Reforma é outra estratégia e parte do suposto de que o Estado desviou-se de suas funções básicas ao ampliar sua presença no setor produtivo, colocando em cheque o modelo econômico vigente. O seu Plano Diretor considera que há o esgotamento da estratégia estatizante e a necessidade de superação de um estilo de administração pública burocrática, a favor de um modelo gerencial que tem como principais características a descentralização, a eficiência, o controle dos resultados, a redução dos custos e a produtividade. O Estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar o promotor e regulador, transferindo para o setor privado as atividades que antes eram suas. O referido Plano propôs como principal inovação a criação de uma esfera pública não estatal que, embora exercendo funções públicas, devem fazê-lo obedecendo às leis do mercado (BRAVO, 2001, p. 13).

A reestruturação da economia global foi realizada via *financeirização do processo de acumulação de capital*, os mercados financeiros aparecem nesse processo de forma fetichizada, sendo encoberto o processo de dominação imperialista do capital transnacional e dos investidores financeiros que atuam com respaldo político dos Estados. (IAMAMOTO, 2015, p.109)

O projeto neoliberal se estruturou progressivamente sob a tríplice: “flexibilização (da produção, das relações de trabalho), da desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da privatização (do patrimônio estatal).” (NETTO, 2012, p. 417).

O impacto neoliberal na soberania nacional se realiza tanto pelo comprometimento do orçamento público através da dívida externa quanto pelos ajustes norteados por mecanismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Um exemplo disso é o relatório anual do Banco Mundial de 1990 que indica estratégias de incentivo ao mercado, necessidade de serviços básicos aos mais pobres e privatização para aqueles com maior renda. Conforme Mota (1995), a indicação expressa no relatório do Banco Mundial indica a prescrição do “novo consenso”, pois afirma que os resultados das medidas de ajuste econômico estão entrelaçados às reformas estruturais. Na continuidade de sua reflexão a autora reflete sobre a contraditoriedade da ortodoxia liberal de livre mercado, pois a análise aponta para a “impossibilidade de tratar a economia longe da política, isto é, de implementar as reformas econômicas sem a obtenção de consensos de classe” (MOTA, 1995, p. 84)

No Brasil, o final dos anos de 1980 é marcado pelos impactos da crise mundial, com alta da inflação e miserabilidade. O período caracteriza-se também pelo clima de efervescência das lutas sociais e transição político-democrática, há o protagonismo do sindicalismo, movimento pela anistia e pelos direitos sociais, políticos e civis. Naquele contexto ganha destaque a pressão dos movimentos sociais em defesa dos direitos de crianças e adolescentes que pautavam a perspectiva da criança e do adolescente como prioridade absoluta e a inimizabilidade dos menores de 18 anos, o que posteriormente implicará em formulação de legislação específica e o reordenamento institucional voltados a este segmento (BEHRING, BOSCHETTI, 2006. p. 145).

O paradigma da justiça/direito menorista, iniciada com o código de menores de 1927 e finaliza formalmente com a revogação código de 1979, que perdurou durante 63 anos respaldadas pelos códigos penais de 1890 e 1940, chegava no seu limite fortemente impactada pelas determinações históricas daquele período de importantes questionamentos das estruturas sociais e da ordem ditatorial. (SILVA, 2011, p. 73)

Os códigos de menores haviam formalizado no âmbito jurídico a lógica menorista e a doutrina da situação irregular no trato à infância, essas concepções que representavam e configuravam as práticas sociais e institucionais voltadas ao segmento infanto-juvenil passava por novos questionamentos diante dos avanços ocorridos na sociedade. Essas práticas assimiladas na cultura das instituições e reproduzidas no cotidiano institucional eram agora objeto de debate de setores progressistas que visavam mobilizar a ruptura com antigos paradigmas e articular as lutas sociais à construção de uma nova cultura⁷ no atendimento de crianças e adolescentes.

O termo “menor”, usualmente utilizado nos Códigos, ele próprio passou a ser fruto de debate, uma vez que, historicamente ele foi utilizado de forma classificatória para distinguir os tipos de ‘menores’ como ‘abandonados’ ou ‘delinquentes’, expressando o modo particular como os Código de Menores lidavam com as crianças e adolescentes das camadas mais pauperizadas. Lopes (2016), ao analisar a categoria do “menor”, ressalta que embora o termo tenha sido criado num contexto de proteção jurídica, os seus significados foram alterados, seus possíveis significados sociais são: “o menor como retomada da visão da criança como um adulto em miniatura (ARIÈS, 2012); o menor como qualificativo do menor valor de sua vida e de sua morte para a sociedade” (LOPES, 2016, p 01).

Fica claro o distanciamento classificatório gradual entre a criança da elite e o menor das classes trabalhadoras. A existência de significados não explícitos no termo menor já ocupou a atenção de diversos pesquisadores envolvidos de alguma forma com esse tema, que com frequência sublinham a dimensão socialmente discriminatória de seu uso” (LOPES, 2016, p 01).

⁷ “A consideração das crianças como atores sociais de pleno direito, e não como menores ou como componentes acessórios ou meios da sociedade dos adultos, implica o reconhecimento da capacidade de reprodução simbólica por parte das crianças e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em cultura” (Sarmiento & Pinto, 1997, p. 20)

Ribeiro e Menezes (2015), consideram que embora os Códigos de Menores apresentassem diversas problemáticas, ainda assim, foram parte constitutiva da construção paulatina de legislações que se reconfiguraram a partir do amadurecimento jurídico e constituem-se como avanço sócio-histórico diante do contexto normativo vigentes, pois, até o início do século XX, ainda não havia no cenário padrões de proteção voltados para crianças e adolescentes.

No entanto, naquele período de reivindicações populares, as lutas sociais pró-democratização refletiam no campo da infância denunciando a perspectiva contraditória, discriminatória e cruel de proteção contidas nos Códigos Menores, com ampla mobilização nacional em prol dos direitos sociais. O movimento internacional em prol dos direitos de crianças e adolescentes vai impulsionar a revisão da legislação voltada à proteção da infância no Brasil. A Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1979 e da Convenção Internacional sobre os direitos da Criança aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989 vão nortear a modernização da legislação voltada para crianças e adolescentes no país.

O ano de 1985 é marcado por um movimento de suma importância neste processo de garantismo juvenil, marcado pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, que clamava pelo protagonismo juvenil, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e não mais como meros objetos de direito. O ponto alto desse movimento foi o surgimento da Comissão Nacional da Criança e Constituinte, que grava na Constituição Federal de 1988 o artigo 227, que serviu de base para a Lei 8.069/90 (PEIXOTO, 2011,p.40).

Em 13 de julho de 1990, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um avanço em termos legais nas garantias de direitos de crianças e adolescentes no país. O documento é fruto de uma conjuntura de abertura democrática e lutas sociais, com forte pressão dos movimentos populares. O ECA possui consonância com as legislações internacionais que traziam contribuições e avanços sobre o tema: a Declaração de Genebra (1924), Declaração de Direitos Humanos das Nações Unidas (1948), Declaração sobre os Direitos da Criança (1959); e Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989).

Assim, o ECA nasceu em resposta ao esgotamento histórico-jurídico e social do Código de Menores de 1979. Neste sentido, o Estatuto é processo e resultado porque é uma construção histórica de lutas sociais dos movimentos pela infância, dos setores progressistas da sociedade política e civil brasileira, da falência mundial do direito e da

justiça menorista, mas também é expressão das relações globais internacionais que se reconfiguravam frente ao novo padrão de gestão de acumulação flexível do capital. É nos marcos do neoliberalismo que o direito infanto-juvenil deixa de ser considerado um direito “menor”, “pequeno”, de criança para se tornar um direito “maior”, equiparado ao adulto (SILVA, 2005, p. 36).

O ECA inaugura um novo paradigma jurídico destinado à infância: a Doutrina da Proteção Integral, que compreende crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos em condição peculiar do desenvolvimento biopsicossocial, cabendo-lhes o direito à proteção especializada e multisetorial. O Estatuto prevê ainda que o desenvolvimento de crianças e adolescentes seja garantido em condições de liberdade e dignidade, cabendo-lhes os direitos referentes “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Estando a salvo de “qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). O avanço legal representa o processo histórico de amadurecimento da compreensão acerca da identidade social deste grupo etário, a ruptura formal com a lógica menorista e o reconhecimento de crianças e adolescentes enquanto sujeito de direitos

A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento. Já o fato de terem direitos significa que são beneficiários de obrigações por parte de terceiros: a família, a sociedade e o Estado (BRASIL, 2006, p. 25).

No estatuto a compreensão da responsabilidade do cuidado de crianças e adolescentes se descentraliza, havendo a implicação tanto da família quanto do Estado e da sociedade civil. O reconhecimento dos direitos sociais previstos no ECA atribui ao Estado função protetiva através de um conjunto articulado de políticas sociais que garantam o atendimento às necessidades deste público.

O Estatuto inova também na gestão, o texto legal prevê a municipalização do atendimento e a participação popular, estes pontos são operacionalizados através dos Conselhos Tutelares, órgãos encarregados de zelar pelas garantias previstas no ECA, e os Conselhos de Direitos, cuja atribuição é deliberar,

acompanhar, fiscalizar e controlar políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes a nível nacional, estadual e municipal.

Para o atendimento das necessidades sociais de crianças e adolescentes o estatuto prevê um conjunto integrado de ações governamentais e não-governamentais, implicando a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social para garantia de proteção social, prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências.

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD), consolidado em 2006 pela Resolução nº.113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), prevê atuação intersetorial de diferentes atores que compõem os eixos de Defesa, Promoção e Controle para a garantia e fortalecimento dos direitos previstos no ECA.

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (CONANDA, 2006)

Portanto, o Sistema de Garantia de Direitos é a sustentação do novo paradigma de atendimento à infância e adolescência no Brasil, pois se refere ao conjunto de instituições, organizações, entidades, programas e serviços de atendimento infanto-juvenil e familiar, que atuam de forma integrada de modo a zelar pela efetivação da Doutrina de Proteção Integral através dos eixos de promoção, defesa e controle.

Embora o ECA se mostre avançado em comparação às legislações anteriores, ele ainda apresenta contradições que apontam que não houve uma ruptura total com o projeto dos Código de Menores. Conforme Silva (2005), no ECA persistem continuidades e descontinuidades, pois a modernização da legislação é fruto da intenção de ruptura com as práticas sociojurídicas e com o paradigma tradicional alavancada por setores progressistas. A autora aponta que o ECA deu continuidade às características dos sistemas sócio penais sem superar a lógica do direito menorista na articulação “assistência/proteção” versus “punição/controle” (SILVA, 2005, p. 46).

Para Silva (2005), o ECA nos marcos de uma sociedade neoliberal sofre dificuldades para sua efetivação, uma vez que, as políticas garantistas de direitos

estão sob ameaça com a permanente precarização, sucateamento e redução dos serviços públicos, “criando um impasse na cidadania de crianças e adolescentes, no sentido de tê-la conquistado formalmente, sem, no entanto, existir condições reais de ser efetivada e usufruída” (SILVA, 2005, p. 36).

Por trás dessa legislação está o Estado e as determinações sócio-econômicas que o configuram em sua relação coercitiva com a sociedade. Por mais inovador, garantista e participativo que possa ser o Estatuto, não podemos esquecer que suas bases estão enraizadas no processo de reprodução e dominação social. Nesse sentido, a lei é sempre lei, portanto, passa por frequentes reformas e será sempre normativa, coercitiva e reguladora; jamais fará qualquer ruptura no plano institucional legal. Resguardará os interesses e os valores de grupos hegemônicos que compõem o Estado e inovará com reformas necessárias à manutenção da ordem social (SILVA, 2005, p. 42),

O ECA enquanto produto da luta dos setores mais avançados da sociedade, foi construído no processo de lutas e conquistas da redemocratização do país, constitui-se como um marco no avanço dos direitos das crianças e adolescentes. Porém, é importante frisar que o ECA não se encontra isento de contradições, limites estruturais e sujeito às inflexões daqueles que desejam retroceder a roda da história sob o viés liberal conservador que desresponsabiliza o Estado quanto a provisão de proteção social e atribui aos indivíduos a culpa exclusiva em relação às expressões da questão social engendradas por um sistema produtor de assimetrias sociais.

Diante de um histórico de ações voltadas à infância que alternam entre clientelismo e repressão, a conjuntura atual reatualiza os desafios para construção de uma cultura cidadã no trato da infância.

A história da Criança e do Adolescente é pontilhada por circunstâncias onde a criança é vista hora merecedora de caridade, hora de repressão. Nesse contexto, observa-se que, mesmo diante das inúmeras tentativas legislativas de amparo à infância que houve, sempre restaram espaços não preenchidos que levaram à perpetuação ou à piora da situação social em que ela se encontrava. Nesse passo é onde se situam as políticas existentes, normalmente incipientes e desarticuladas, configurando-se em programas de atendimento frágeis, que se movem de acordo com os interesses e vontades dos que estão em evidência política, em meio à completa ausência de um planejamento e investimento sérios que transcendam aos interesses pontuais e que permitam o enfrentamento dos problemas com políticas de curto médio e longo prazo que venham de encontro às necessidades da Criança, do Adolescente e de sua família (ALVES, 2011, p. 16).

A efetivação dos direitos sociais previstos no ECA expôs a dificuldade da sociedade brasileira em garantir uma rede de proteção social, uma vez que, o estatuto alinha-se a um projeto de sociedade em que os direitos sociais sejam

garantidos pelo Estado, pois aponta uma perspectiva de Estado amplo, atribuindo a ele a responsabilidade de responder às questões sociais complexas. A dialética da relação Estado e sociedade, assim como a correlação de forças políticas de cada período histórico, ditam a dinâmica dessas relações sociais, as novas vulnerabilidades e os próximos caminhos da proteção social voltadas às crianças e adolescentes.

Os mecanismos de submissão à ordem social ao longo dos tempos foram se sofisticando, mas a sua estrutura opressora e gananciosa permanece a mesma, atrelados aos interesses privados da classe burguesa detentora dos meios de produção, dos aparelhos ideológicos e do aparato repressivo. Os entraves para a garantia efetiva dos direitos e acesso à riqueza social demonstram a atualidade da luta de classes. Na atualidade, a destinação prioritária de recursos para o grande capital ao invés de investimento nas áreas sociais exemplificam as disputas em torno do fundo público e demonstra o interesse em expropriar a riqueza coletivamente produzida em prol do grande capital financeiro.

Os impactos da desproteção social são desastrosos, as políticas de proteção são importantes garantias em prol de interesses da coletividade e usufruto de bem-estar social, pois, são elas que possibilitam o acesso à educação, saúde, assistência social, proteção do trabalho, etc. A ausência de proteção social pode vir a significar maior situação de vulnerabilidade social, miséria, fome, morte por causas evitáveis, violências, etc. Inclusive, na atualidade discute-se o fato de que o avanço do neoliberal estar acompanhado de um Estado mais punitivo com o objetivo de reprimir uma grande parcela da população que sente na pele as mazelas da política econômica liberal.

Por fim, análise da trajetória das ações voltadas à infância evidencia que as práticas de coerção, violência e controle fizeram parte deste processo numa dinâmica contraditória, mesclando discurso caridoso e práticas violentadoras institucionalizadas, tais práticas estiveram alinhadas ao contexto sóciopolítico e também se reatualizaram ao longo tempo. De modo geral, a história da assistência voltada às crianças e adolescentes no Brasil é contraditória e atravessada por interesses políticos, econômicos e ideológicos do modo de produção material. Evidencia-se o forte caráter classista alinhado ao controle e dominação necessário à determinado projetos societário, uma vez que, crianças e adolescentes são os precursores do futuro e essenciais para continuidade das relações sociais, uma vez

que, serão eles os trabalhadores assalariados explorados do amanhã, que irá repor os trabalhadores do hoje, intervir sobre eles é também garantir a manutenção e reprodução das relações sociais.

1.4.

A proteção da infância e adolescência em tempos de crise.

De acordo com Mota (1995), a ideia de uma crise global ou societal corresponde ao conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais, institucionais e culturais. Elas são também responsáveis por impactar nas relações sociais e abrem possibilidade de alterações no modo como se organiza a sociedade, pois ao mesmo tempo que as crises possuem capacidade para alavancar transformações estruturais também pode incorporar o reformismo e modernizar as condições de exploração. Ou seja, as crises possibilitam metamorfoses “no processo de reprodução social, seja no sentido de incorporar potencialmente elementos ameaçadores da reprodução, seja no sentido de catalisar mudanças que permitam a reestruturação da produção” (MOTA, 1995, p 88).

Os períodos de crise econômica são expressões do descompasso entre a produção e a circulação (realização da mais-valia) e marcam o hiato entre esgotamento de velhos padrões e o surgimento de um novo. Conforme Mandel (1990):

Na História do capitalismo, cada crise combina traços gerais, que dizem respeito às contradições fundamentais do mundo de produção capitalista, contratos particulares que resultam do movimento histórico preciso no qual ela se produz no curso do desenvolvimento desse modo de produção (MANDEL, 1990, p 29).

As crises são próprias da dinâmica capitalista, pois são mecanismos que determinam a restauração das condições de acumulação, em níveis mais complexos e instáveis, garantindo a continuidade da produção capitalista (NETTOe BRAZ, 2006, p. 162).

Como afirmou Marx (1998), as crises são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, dado que a produção capitalista cria barreiras à sua própria expansão. Ao procurar superá-las, somente o faz por meio de movimentos restauradores que, ciclicamente, repõem novas barreiras ao seu desenvolvimento. Este processo é determinado pela incessante busca de lucros e mediado por iniciativas econômicas e políticas que permitem

tanto a existência de períodos em que prevalece a destruição massiva das forças produtivas quanto a emergência de ciclos de prosperidade, historicamente em alternância. (MOTA, 2012, p. 4)

Conforme Antunes (2014), Mota (1995), Behring e Boschetti (2006), a reação à crise dos anos de 1970 é caracterizada pela revolução tecnológica e organizacional na produção, tratada na literatura por reestruturação produtiva. O período foi impactado pela corrida tecnológica em busca da produtividade do trabalho - fonte do lucro - cuja consequência central foi a geração de desemprego estrutural com intenso impacto na organização política, resistência operária e popular. Inaugura-se um período regressivo para os trabalhadores, com correlação de forças desfavorável na luta de classes. O consenso quanto aos aspectos centrais da reação burguesa à crise econômica global do capital, são eles: hipertrofia do mercado financeiro; impactos na divisão social e internacional do trabalho; desregulamentação do trabalho e flexibilização; relação diferenciada entre centro e periferia do capitalismo; enfraquecimento da organização dos trabalhadores; desemprego em grande escala; hegemonia burguesa sobre modelo neoliberal, ajuste fiscal, contingenciamento dos investimentos em políticas públicas e o processo de contrarreforma do Estado.

Em 2008 o mercado sofreu novos abalos, a crise econômica foi considerada a mais grave desde a Grande Depressão de 1929, iniciou nos EUA com perdas no setor imobiliário e ficou conhecida por “crise das hipotecas subprime”, impactou grandes bancos de investimento de Wall Street, impôs fusões e falências. A crise que iniciou com a especulação imobiliária e diminuição do poder de compra da população, mas se expandiu também para a indústria tradicional estadunidense. (HARVEY, 2011, p. 10)

Estudos revelam que a bolha especulativa foi gerada a partir da emissão de um enorme volume de títulos imobiliários norte-americanos. Desde meados dos anos 1990, o mercado imobiliário dos EUA foi expandindo-se consideravelmente. A partir de 2001, essa expansão vê-se acelerada em decorrência das baixas taxas de juros. Os preços dos imóveis foram aumentando constantemente até o ano de 2006, quando começam a cair. Nesse mesmo ano, são visíveis os problemas no setor de financiamento imobiliário, dado o alto índice de inadimplência. O aumento da oferta de imóveis levou à queda dos preços, que exacerbou a inadimplência e gerou a crise. (FAERMANN, 2015, p. 130)

Diante da conjuntura de ampla globalização econômica, as influências da crise se espalharam pelas economias de todo o mundo. O Brasil, na sua condição

de país de capitalismo periférico, participa das conjunturas de crise econômica com algumas particularidades, observou-se no país o crescimento do endividamento das famílias, do desemprego e o declínio da taxa de crescimento do PIB brasileiro que antes passava por ascensão. Como eventualmente ocorre em tempos de crise, as consequências do caos econômico não afetaram apenas nas relações econômicas, mas também na dinâmica política, inclusive nas relações partidárias, uma vez que as consequências da crise estrutural do capital foram utilizadas para contribuir com o acirramento da crise política que se agudizou no governo de Dilma Rousseff.

De modo geral, a conjuntura brasileira das últimas décadas é mesclada por importantes alterações na esfera da produção material e na reprodução social, o período histórico tem como marco grandes avanços na perspectiva da construção da cidadania, dos quais podemos citar as legislações sociais decretadas no período final dos anos 1980 com o empenho dos movimentos sociais, sindicais e democráticos, e, também os avanços jurídicos-normativos no âmbito da proteção social ocorridos durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT⁸). A novidade dos governos petistas está na intervenção com foco no crescimento econômico e na redução da pobreza.

Se, no caráter estrito da recente regulamentação da Assistência Social brasileira, flagramos a sua impregnação pelo caldo político-ideológico social-liberalista, na perspectiva da inserção do país na totalidade do capital, a centralidade da Assistência Social é anunciada como uma das principais ações que comporiam o novo modelo de governo, cujo fundamento é a inédita articulação do binômio do crescimento econômico com a redução da pobreza. A adoção desse binômio é, a nosso ver, também um substrato da apropriação que esse modelo “neodesenvolvimentista” faz da matriz social-liberalista, sendo, inclusive, cunhado por alguns autores de “modelo social-desenvolvimentista” (Pochman, 2010) e que segue as recomendações das agências multilaterais (SILVA, 2013, p. 95)

O modelo neodesenvolvimentista adotado pelos governos petistas teve como estratégia o crescimento econômico vinculado aos mercados internacionais, pois privilegia a exportação de commodities, atrai grandes empresas transnacionais e o capital financeiro por meio de investimento estrangeiro. Ao

⁸ O Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu em 1980 em reunião ampla, e aberta. Em sua formação, o partido inova por não estar alinhado às elites sociais e políticas, concentrando as alas progressistas da Igreja Católica, sindicalistas renovadores e intelectuais. (CARVALHO, 2013, p. 176)

mesmo tempo que fortalece o desenvolvimento social através dos programas sociais centrados na transferência de renda (SILVA, 2013, p. 95).

O “neodesenvolvimento” brasileiro promove um crescimento econômico cujas maiores fatias são apropriadas pelas transnacionais e, em verdade, dissimula o fenômeno do novo imperialismo, remetendo às sedes das empresas transnacionalizadas as maiores fatias do crescimento interno, alcançado pela via da dilapidação dos recursos naturais e da exploração do trabalho precário, sob um dissimulado “sucesso” da justiça social, expressa em termos de aumento de postos de trabalho e redução da desigualdade de renda, também entre o próprio trabalho (SILVA, 2013, p. 96).

Embora considere importantes os avanços recentes registrados na política social brasileira durante as gestões petistas, Silva (2013) questiona a sua funcionalidade para a expansão do capital. Na tese da autora, a justiça social neodesenvolvimentista focalizou sua intervenção na extrema pobreza e contribuiu para o processo de monetarização. Nesta lógica a transferência de renda é utilizada como complemento do trabalho precário, que arca também com os custos da manutenção da superpopulação relativa, agindo de forma funcional ao capital, tanto na ideologia política quanto na economia.

O neodesenvolvimentismo garantiu ambiente propício à estruturação das hegemonias dominantes e “renovação” da sua estratégia de poder ao incorporar algumas das reivindicações e lutas populares. A melhoria da condição de vida e redução da miserabilidade se deu sem tocar na desigualdade entre ricos e pobres, escamoteou “o reduzido acesso às políticas sociais, a precarização do trabalho e a sangria de recursos para alimentar o pagamento dos juros da dívida pública” (MOTA, 2012, p. 9).

Em 2016, o segundo governo da Presidenta eleita Dilma Rousseff foi marcado pela intensificação da polarização política que culminou no golpe jurídico-parlamentar e na ascensão de Michel Temer à presidência. O período do governo golpista de Temer foi marcado pela implantação de uma agenda ultraliberal de contrarreformas. O governo foi caracterizado por retrocessos sociais e políticos, uma política econômica de ajuste, congelamento dos investimentos sociais, perda de direitos trabalhistas e ameaça aos direitos previdenciários. O tão anunciado “rombo” da previdência social e a dívida pública foram utilizados como justificativas para a barbárie anunciada sob o nome de “reformas necessárias”, são elas: a emenda constitucional nº. 95 que diz sobre o

teto de gastos públicos (tal medida congelou os investimentos com saúde, educação e assistência social por 20 anos), ampliação da terceirização com a aprovação da lei nº. 13.429/17, reforma trabalhista Lei nº. 13.467/17, etc.

Ao implementar as reformas que retiravam dos trabalhadores seus direitos mais básicos, o governo Temer tomava a decisão de poupar que os grandes empresários pagassem os tributos devidos à previdência, preferindo sacrificar os direitos e a condição de vida dos trabalhadores brasileiros, assim como fez seus antigos aliados e antecessores.

A expropriação das finanças públicas em prol da dívida externa continuou prejudicar o custeio das políticas públicas, deixando explícito o caráter de classed Estado e seu compromisso de gerir a economia conforme os interesses do grande capital.

Note-se que o Brasil sedia o maior programa de transferência de rendas da América Latina, o qual atende 26,4% das famílias da população, com um gasto de 0,47% do PIB, enquanto a dívida pública é de R\$ 1,514 trilhão, o equivalente a 35,7% do PIB; já os juros da dívida pública consumiram em 2011, 5,72% do PIB. No orçamento geral da União de 2011, foram utilizados 45% dos recursos do orçamento somente para pagamento dos juros da dívida. Por outro lado, foram destinados apenas 4,07% para a Saúde, 2,99% para a educação, 2,85% para a assistência social, conforme estudos da auditoria cidadã da dívida. (MOTA, 2012, p. 10 Apud BEHRING, 2012)

A família brasileira neste contexto de desemprego, flexibilização de jornadas de trabalho, terceirização e de diminuição do poder de compra buscava a sua sobrevivência em meio a uma conjuntura precária, não havia como prever que este cenário já bastante caótico precedia um período de caos sanitário e uma nova crise econômica. Alguns dados demonstram a dramaticidade da situação dos trabalhadores brasileiros no período:

Segundo dados da Pnad/IBGE (apud PAMPLONA, 2018), a taxa de desocupação atingia 11,2% da população economicamente ativa, num total de 11,4 milhões de pessoas, em maio de 2016; no primeiro trimestre de 2017 este índice já alcançava 13,7% de pessoas, somando 14,2 milhões de desempregados. Mas, sem dúvida, são os impactos da contrarreforma trabalhista que trazem aos primeiros meses de 2018 um quadro ainda mais alarmante. O que se denomina “taxa de subutilização da força de trabalho” – trabalhadores desempregados; que desistiram de procurar emprego; e aqueles que, devido ao trabalho intermitente e vínculos parciais, encontram-se subocupados – alcança hoje 24,7% da população, num total de 27,7 milhões de

peessoas.(SOUZA,SOARES, 2019. p. 19)

Souza e Soares (2019), ao realizarem um balanço do governo ilegítimo de Michel Temer consideram as medidas como recuo civilizatório e ataque aos direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira. Para as autoras, as ações do governo Temer trataram da usurpação dos recursos direcionados aos trabalhadores e transferência para aqueles que sempre concentraram riquezas e lucraram no país.

O impacto desse conjunto de ações – contrarreformas, renúncias fiscais e dívida pública – para o cotidiano dos trabalhadores é expressa na Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, divulgada em dezembro de 2017, a qual revela um expressivo aumento do número de pobres e miseráveis. O Brasil encerrou 2016 com 25,4% da população em situação de pobreza, o que corresponde a uma renda domiciliar per capita de aproximadamente R\$ 387/mês. Índice que em regiões como Nordeste e Norte atinge mais de 43% da população. Todavia, tal indicativo torna-se ainda mais grave quando nos referimos a segmentos específicos, como as mulheres pretas e pardas, sem cônjuge e com filhos de até 14 anos, das quais 64% estão na condição de pobreza; bem como 42,4% das crianças e adolescentes de até 14 anos de idade. Já no que tange à pobreza extrema (o correspondente a menos de R\$85/mês per capita), esta atingiu, ao fim de 2016, atingiu 4,2% da população, alcançando maior gravidade na região Nordeste (7,9% do total de habitantes). Em síntese, o resultado representa um crescimento superior a 50% da pobreza extrema em apenas dois anos, alta que manteve continuidade ao final de 2017, contabilizando 14,83 milhões de pessoas ou 7,2% do total da população (SOUZA, SOARES, 2019. p. 18)

No período também registrou-se queda de 83% nos recursos voltados às políticas de direitos da juventude, “a Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes obteve perda também de 62%; a “Promoção da Igualdade Racial” sofreu uma redução de 60% e os programas para mulheres em 53%” (SOUZA, SOARES 2019. p. 18).

O alastramento do pauperismo em um cenário de crise e barbárie atinge as famílias da classe trabalhadora impactando concretamente no acesso ao bem-estar social. A racionalidade liberal transfere a responsabilidade da promoção de bem-estar social do Estado para as famílias que são empurradas a satisfazer as suas necessidades sociais (saúde, educação, previdência, segurança, habitação, etc) via mercado.

Neste cenário, a família brasileira luta pela sobrevivência, reinventando seu modo de vida cotidianamente, na busca por contemplar as necessidades básicas de seus membros. Quando

não enfrenta o desemprego, está inserida no trabalho temporário, terceirizado, com baixos salários. É responsabilizada quase que individualmente por garantir às suas crianças e adolescentes o acesso à educação, saúde, habitação, profissionalização, cultura, esporte e lazer (SANTOS, 2011, p. 23.).

No caso de famílias pauperizadas com crianças e adolescentes, as consequências de uma conjuntura escassa de políticas públicas nos ditames de uma sociabilidade moralizadora e individualista contribui para a criminalização das famílias pobres. Pois, como já apontado anteriormente, historicamente recai sobre essas famílias as duras consequências da política econômica e das medidas políticas institucionais de controle e coerção. Para a concepção liberal burguesa, por mais que a proteção de crianças e adolescentes descrita no ECA envolva o Estado com a rede de proteção prevista no SGD, a centralidade da responsabilização se rebate na família em razão da lógica individualista, privatista e moralizante que mascara as condições de miserabilidade aos quais os sujeitos estão expostos sem a intervenção de um conjunto de políticas sociais que assegurem os direitos sociais previstos nas legislações sociais já existentes, que por omissão ou falta de interesse político não são concretizadas. Segundo Miotto, Campos e Carloto (2015), o processo de responsabilização das famílias pobres na condução da política social brasileira contemporânea se realiza na articulação desigual entre família e política social.

[...] Nas sociedades capitalistas ocidentais todos os sistemas de proteção social sustentam-se na tríade Estado, mercado e família. Desde os seus primórdios até a atualidade tem sido organizado a partir da família nuclear burguesa, a saber, pai provedor e mãe dona de casa e cuidadora. Isto nos leva ao terceiro destaque que é de constatarmos que, apesar das famílias terem se distanciado do ideal burguês na sua conformação, ainda são mantidas as mesmas expectativas sobre o seu papel e suas responsabilidades enquanto um grupo/arranjo de proteção e cuidados dos indivíduos (MIOTTO, CAMPOS e CARLOTO, 2015, p. 8).

Desta forma, em um cenário de desproteção social estatal é fundamental problematizar a noção de família “negligente”, “disfuncional” ou “desestruturada”, mentalidade que se articula à lógica da diretriz da situação irregular. A centralização da responsabilidade do cuidado e culpabilização de segmentos pauperizados e destituídos de sua cidadania é estratégia da lógica privatista que retira do Estado a função de formular, implementar e monitorar políticas públicas que se

articulem intersetorialmente visando a proteção de crianças, adolescentes e suas famílias.

Analisando as tendências e caminhos da intervenção estatal voltada à infância, Rizzini e Pilotti (2011) apontam os interesses ocultos da intervenção do Estado capitalista nas questões que envolvem as famílias da classe trabalhadora, tais interesses estariam alicerçados nas características que historicamente permearam as políticas que tinha como objetivo “transformar a família num módulo padrão da sociedade, sujeito a uma regulação normalizadora” (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 325)

Reivindicando o seu legítimo direito de incorporar esse contingente ao processo de construção da riqueza nacional, o Estado transformou as crianças e adolescentes pobres no pretexto e canal que lhe propiciava a intervenção normalizadora no seio das famílias, esgrimindo argumentos técnico-científicos e a ameaça de suspensão do poder familiar. Submete, pois, a família pobre à heteronomia, ao mesmo tempo em que lhe atribui uma pesada carga de responsabilidades. Quanta perseguição ou punição velada, não terá ocorrido sob o manto severo, benevolente e esclarecido desse segundo pai que o Estado pretendeu ser, por tanto tempo? (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 325)

Outro aspecto apontado pelos autores é a renitência da cultura administrativa correcional, uma vez que, é histórica a adoção de medidas coercitivas, estigmatizantes e punitivas na cultura das instituições voltadas à crianças e adolescentes. A reflexão suscitada por Rizzini e Pilotti (2011) sobre as tendências históricas são fundamentais para pensar a ruptura com a prevalência do arcaico e para construção de novos saberes e práticas que zelem pelos direitos de crianças e adolescentes.

As políticas voltadas a estes grupos assumem novas características diante da reconfiguração da relação Estado, mercado e sociedade próprias da fase neoliberal. O processo de enxugamento dos investimentos em proteção social junto com a lógica ultraliberal vem atribuindo aos sujeitos e famílias a resolução de suas demandas via mercado de serviços de saúde, educação, transporte, segurança, entre outros.

O atendimento às demandas das famílias é complexo e envolve a articulação intersetorial de políticas sociais que visem responder às novas expressões da questão social geradas pelas transformações econômicas e sociais recentes. No entanto, a realidade expõe a insuficiência e o sucateamento aos quais estão expostas

as políticas sociais no neoliberalismo. Neste contexto, as políticas pouco exercem sua capacidade protetiva e preventiva no que diz respeito à violação de direitos e são acionadas apenas quando a família desamparada pelo Estado supostamente “falha”. Dessa forma, o contexto atual coloca a família trabalhadora brasileira em situação de maior risco social e as crianças e adolescentes em condição ainda mais vulnerável diante do quadro de desproteção social.

Por sua vez, a ideologia predominante disfarça as contradições estruturais produtoras das iniquidades sociais e busca bodes expiatórios calcados na lógica liberal-burguesa, a culpabilização da família pelas condições de vida impostas pelas expressões das questões sociais e pelos direitos não garantidos pelo Estado irão impulsionar maior controle e punição, sobretudo para as famílias em situação de miserabilidade.

No período pandêmico crianças e adolescentes estavam entre os segmentos com maior vulnerabilidade com relação a violações de direitos diante da realidade de aumento do pauperismo e de altas taxas de desemprego que afetaram diretamente os meios de garantia de subsistência das famílias, principalmente aqueles pertencentes às camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora. As estimativas já apontadas sobre o desemprego, inflação dos preços dos alimentos, crescimento da extrema pobreza e da fome no país, versam sobre o contexto de vulnerabilidades sociais em que se encontram a infância e juventude, segmento este considerado como prioridade absoluta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo dados publicados pela Fundação Abrinq em 2021, no segundo semestre de 2020 aproximadamente 1,66 milhão de crianças e adolescentes de até 17 anos de idade informaram não estar estudando. O acesso às aulas remotas e a permanência foram um dos principais desafios enfrentados durante a vigência das medidas de isolamento social. Embora o ensino remoto fosse essencial para continuação das atividades educacionais e para a preservação da saúde das famílias, ele explicitou as disparidades sociais e teve forte impacto para a evasão escolar, principalmente entre a população mais empobrecida e sem acesso às ferramentas tecnológicas necessárias.

No Brasil, estima-se que residam 69,8 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos de idade, “aproximadamente 60,3 milhões de pessoas declaram

renda domiciliar mensal per capita de até meio salário-mínimo (R\$ 499,00), sendo que 26,3 milhões dessas pessoas informaram viver com metade deste valor (R\$ 249,50)” (ABRINQ, 2021, p. 35).

As desigualdades no acesso à renda também relacionam-se com a questão racial, pois, os estudos revelam “concentrações entre os indivíduos mais pobres (de absoluta maioria negra) e os mais ricos (de absoluta maioria branca)”. A participação proporcional de crianças e adolescentes de até 14 anos de idade em faixas de rendimentos domiciliares per capita segundo cor/raça aponta que entre os que vivem com até 1/4 de salário-mínimo 75,8% são negros e 81,1% dos que vivem com mais de 5 salários-mínimos são brancos (ABRINQ, 2021, p. 91).

Cabe destacar que, a violência racial advinda do processo de colonização escravocrata e do racismo estrutural expõe a população negra a base da pirâmide social, isso representa que este grupo tem sido particularmente atingido pela precarização da vida, pelo contexto de sucateamento das políticas sociais e pelo desemprego durante a pandemia. Como destaca Eurico (2018):

As famílias negras brasileiras lideram o ranking, quando o assunto é a incapacidade de cuidar de seus membros, de maneira adequada, com provimento de moradia, alimentação, vestimenta, educação, cultura, lazer, saúde, segurança, entre outros direitos fundamentais. Em outros termos, os dados revelam a persistência da pobreza geracional, ocasionada pelo racismo, que impacta no modo de vida destas pessoas, nos diversos ciclos de vida, com ênfase maior sobre suas crianças e adolescentes, dependentes da capacidade protetiva dos adultos para se desenvolverem de maneira saudável. (EURICO, 2018, p. 89)

Os dados apontados no documento “Cenário da Infância e Adolescência no Brasil” (2021) apresentam desigualdades no acesso à educação, saúde, condições de moradia e habitação e violência a partir dos marcadores de raça e classe demonstrando disparidades que denunciam o racismo estrutural e a violência econômica no país marcados por grandes desigualdades sociais.

A compreensão da conjuntura de crise econômica, da reestruturação da produção e das metamorfoses no mundo do trabalho são fundamentais para a análise das expressões da questão social contemporânea, de modo a possibilitar a percepção de núcleo estruturante e as formulações possíveis em prol da proteção social de grupos pauperizados sem perder de vista o seu viés histórico-dialético, os entraves próprios do modo de produção e a direção dos processos de resistência.

Diante de um contexto social e político tão peculiar quanto desafiante, são

relevantes as análises que compreendem a proteção integral de crianças e adolescentes vinculada à dinâmica Estado e sociedade no contexto neoliberal, ainda mais em um contexto de intensificação das mazelas ocasionadas pelo período de aprofundamento da questão social no cenário de crise e contrarreforma brasileira.

Por fim, cabe enfatizar que a análise crítica da proteção social destinada à infância e adolescência precisa compreender os impactos dos processos históricos, das lutas sociais, da questão racial e da gestão político-econômica para a materialização das políticas sociais existentes e os entraves para sua transformação em direitos sociais efetivos.

Capítulo 2 – O Sistema de Justiça, O SINASE e as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

O presente capítulo irá prosseguir com a discussão relativa ao ECA, SINASE e juventude com ênfase no público atendido na socioeducação, ao longo do texto visa-se relacionar esta expressão da questão social às problemáticas de uma sociedade que vem aprofundando progressivamente tensões ideológicas em torno do debate da violência. Assim, discutir a funcionalidade da ideologia é essencial para compreender como se constrói a legitimidade das ações violentas designadas aos sujeitos que infracionam, que são também bodes expiatórios diante da estrutura que determina as relações de produção e a barbárie presente nas relações sociais.

Desta forma, um dos objetivos deste capítulo é apresentar as medidas socioeducativas e refletir como o trabalho socioeducativo inserido dentro de uma política social também incorpora as tensões de classe e transformações culturais acompanhando implementadas junto com as modificações ocorridas na esfera produtiva, pois ao longo do texto são realizados diálogos com autores que discutem as articulações entre essas temáticas. A ideia não é apresentar o modo como se organiza a aplicação da medida socioeducativa no Brasil em sentido estrito, mas construir diálogo com as questões que atravessam o tema e contribuem com um olhar mais plural, assim, o percurso analítico visa também relacionar o Estado a relacionar o Estado e a sociedade capitalista à produção e gestão da barbárie num movimento contínuo de interlocução com o objeto da pesquisa ao modo de organização da sociedade, o que permite apreender o ato infracional e a dinâmica de vida dos adolescentes a partir de uma perspectiva de classe que longe de qualquer neutralidade permanece convicta eliminar suas contradições e mistificar as verdadeiras estruturas (materiais e ideológicas) que potencializam a reprodução das violências.

Dessa forma, espera-se provocar um debate que compreenda a complexidade da discussão realizada ao longo dos capítulos rompendo com visões simplórias e desarticuladas da dinâmica das tensões sociais, buscando evidenciar a ambivalência do Estado e os mecanismos de coerção e controle

Por fim, a discussão da penalidade neoliberal enquanto resposta punitiva à questão social alastrada pelas crises recentes busca retomar a problematização sobre os principais alvos do processo de criminalização possibilitando uma análise que acompanha o movimento das transformações sociais na discussão do ato infracional.

2.1.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Diante do histórico das legislações brasileiras voltadas a crianças e adolescentes, o ECA inova no reconhecimento de direitos e nas garantias previstas aos adolescentes aos quais se atribuem autoria de ato infracional. Longe de assegurar impunidade como propaga a mídia sensacionalista e os setores conservadores da política, o ECA vai estruturar as garantias legais e a responsabilização do adolescente autor de ato infracional.

Para Silva (2011), o ECA regulamenta os mecanismos legais de controle socio penal inspirados no modelo do direito penal do adulto. Assim, o Estatuto não rompe totalmente com a lógica de vigilância antes imposta pelos Códigos de Menores, o que pressupõe a existência de contradições na lei em vigência.

O ECA faz superação da tradição de uma “lei protetora tutelar” e do informal controle sociopenal para uma “lei responsabilizadora penalmente”, aderente do formal controle sociopenal. Isto é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que a legislação saiu de um extremo da “tutela do livre arbítrio do juiz”, caiu no outro extremo da “tutela jurídica penal do Estado”. Em ambos os direitos - menorista ou penal juvenil - estão contidas as concepções de punição e de prevenção social como sintoma de inadaptção social, que continua a criminalizar a pobreza e julga os adolescentes pobres como marginais em potencial. (SILVA, 2011, p. 95)

A autora problematiza que as redes de proteção previstas no ECA ampliaram o controle social, segundo ela, a partir de uma narrativa de prevenção da criminalidade; fortaleceu-se a vigilância junto às parcelas mais empobrecidas de crianças e adolescentes, garantindo acesso estatal às famílias trabalhadoras como um todo, possibilitando a intervenção direta sobre os modos de vida deste público.

Há de se considerar, assim como demonstrado nas páginas anteriores, que os discursos sobre proteção à infância carregam a influência de um passado próximo no qual racismo, criminalização e punição aos mais vulneráveis foram reproduzidas no interior de políticas sociais que operam à "assistência", políticas essas que são atravessadas por interesses antagônicos e disputas de classe, que ao

mesmo tempo que compõe estratégias de proteção contra possíveis violências e violações, também reproduzem mecanismos de controle e coerção voltados a intervir nas classes populares. Silva (2011), chama a atenção que em nome da proteção integral o ECA acaba por expandir a tutela jurídica do poder estatal prescrevendo intervenções diferenciadas aos adolescentes em “situação de risco” e aos em “conflito com a lei”, juridicamente separados por “procedimentos e processos específicos (proteção e socioeducação)” (SILVA, 2011, p. 95).

O Estatuto da Criança e do Adolescente aponta para a configuração de um novo modelo de gestão dos direitos sob padrões vinculados a regras e procedimentos convencionados internacionalmente. A legislação sintetiza continuidades e discontinuidades com os Códigos de Menores, revela-se enquanto produto histórico das novas necessidades da sociedade capitalista diante das transformações sociais de seu tempo. Historicamente as ações voltadas aos adolescentes autores de ato infracional estavam alinhadas ao Direito Penal, sob a representação do jovem problema, marcadas “pela filosofia assistencialista, emergencial, filantrópica e individualista” (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 13).

Sendo assim, na atualidade, apresentam-se novas necessidades no campo da intervenção social que se alinham às transformações macrosociais que irão atribuir novas características as políticas sociais administradas pelo Estado:

A sociedade capitalista, hoje, exige que o Estado dê respostas condizentes com essa nova formação do Estado de Direito (mínimo), assentadas em princípios universais da democracia, dos direitos humanos, da acumulação flexível do capital, da descentralização administrativa, da parceria sociedade e Estado e da participação do terceiro setor na resolutividade da questão social. Na realidade, o Estado capitalista globalizado se modernizou para responder socialmente às demandas dos direitos infantojuvenis; sua resposta foi reciclada e atualizada de acordo com as exigências do capital mundial, e continua sendo pautada no âmbito do autoritarismo, do conservadorismo, da prevenção, da repressão e do controle social. Assim, foi inevitável a reformulação do Código de Menores, tendo em vista que estava completamente obsoleto, tanto do ponto de vista histórico, social e conjuntural - por não corresponder mais aos interesses das novas forças políticas que estavam emergindo ao poder - por não assegurar o sistema garantista de direitos e deveres de crianças e de adolescentes, pilares básicos do devido processo legal (SILVA, 2011, p. 108).

A concepção de ato infracional presente no ECA, enquanto expressão da luta de segmentos da militância em prol dos direitos da juventude, busca romper

com olhar estigmatizante que atribuía a prática de ato infracional como parte da essência de crianças e adolescentes pobres, tal como antes se realizava sob a regência dos Códigos de Menores. A política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, além do regimento legal nacional, assimilou as normas internacionais ao qual o Brasil é signatário.

O ECA tem seus princípios fundados na Constituição Federal brasileira de 1988, e seus pressupostos são orientados pelas disposições da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e por normativas internacionais às quais o Brasil se encontra vinculado, como: as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio), as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes RIAD) e as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (Regras de Havana), que regulamentaram o sistema de responsabilização penal do adolescente que infringiu a lei (SILVA, 2011, 89).

Como apontado anteriormente, no Brasil, o século XX estabeleceu base do controle socio penal de crianças e adolescentes através de órgãos de assistência social e Juizados de Menores. Com a promulgação do ECA estabelece-se a adoção de um sistema penal juvenil de caráter garantista de direitos (SILVA, 2011, 89).

O sistema de direitos e deveres, nunca estabelecidos por outra legislação da infância, efetivaram à criança e ao adolescente um conjunto de direitos que já beneficiam o adulto há bastante tempo, como, por exemplo, o devido processo legal; o princípio do contraditório; a ampla defesa; a presunção da inocência; a assistência judiciária; a presença dos pais e responsáveis nos procedimentos judiciais; ser informado das acusações e não responder; a apelação para autoridades em diferentes instâncias hierárquicas; o habeas corpus e outros direitos (SILVA, 2011, p. 90).

O ECA assegura que após constatada judicialmente a prática de ato infracional, o adolescente irá cumprir medida socioeducativa conforme estipula o artigo 112, a aplicação das medidas socioeducativas tem como princípio brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento biopsicossocial⁹.

⁹ A adolescência, palavra advinda do latim *adolescere* (*ad= para + olescere= crescer : crescer para*), é o período de transição da infância e vida adulta, caracterizada por ser uma etapa peculiar do desenvolvimento biopsicossocial humano. A adolescência é compreendida cronologicamente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) entre as faixas etárias de 10 e 19 anos e pela Organização das Nações Unidas (ONU) é definida pela faixa entre 15 e 24 anos. Segundo Evelyn Eisenstein (2005): “É importante observar que ocorre uma enorme variabilidade no tempo de início, duração e progressão do desenvolvimento puberal, com marcantes diferenças entre os sexos e entre os diversos grupos étnicos e sociais de uma população, inclusive de acordo com estado nutricional e fatores familiares, ambientais e contextuais.” (EISENSTEIN, 2005).

No artigo 103 do Estatuto apresenta a definição de ato infracional como conduta descrita como “crime ou contravenção penal”. E por serem penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, os adolescentes estão sujeitos não às penas do Código Penal brasileiro, mas sim as medidas socioeducativas, decidida judicialmente após o devido processo legal. Conforme o Art. 112 da lei 8.069/90:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional

A Lei nº. 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), promulgada em 2012, normatizou-se a execução de medidas socioeducativas a fim de estabelecer um padrão de atendimento aos adolescentes que cometeram ato infracional, que antes era normatizado pela Resolução nº. 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). O SINASE representa avanços na legislação voltada à regulamentação das ações previstas no atendimento ao adolescente ao qual se atribui autoria de ato infracional, pois reúne princípios, regras, e critérios para a execução das medidas socioeducativas. Segundo os parâmetros do SINASE, as medidas socioeducativas têm por objetivo a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, a integração social realizada através da garantia de seus direitos individuais e sociais e a desaprovação da conduta infracional.

Adota-se nas orientações sobre a execução do trabalho nas MSE o conceito de socioeducação, tal perspectiva é oriunda da pedagogia social que tem por objetivo propor ações educativas, reflexivas, alinhadas à promoção dos direitos de cidadania e a proteção em contraposição às práticas punitivas e violentas. Avança-se também nas últimas décadas quanto à relevância da rede intersetorial para o acesso a proteção ampliada.

O SINASE é coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação de seus respectivos programas de atendimento. Dessa forma, as medidas socioeducativas são aplicadas levando em conta as características do ato infracional cometido e devem

apresentar graduação correspondente à gravidade da infração (VOLPI, 2015, p. 25).

Aos atos considerados mais graves - avaliação sempre sujeito a interpretações de operadores do Direito, sobretudo juízes e promotores, comportando significativo grau de subjetividade - é imputada a medida de internação (em “meio fechado”) por tempo determinado, que ocorre em instituições do Sistema Estadual de Justiça ou do Sistema Estadual de Educação, como é o caso do Rio de Janeiro. Cada estado da federação se organiza de maneira distinta. Essa sanção se dá em cerca de 30% das ocorrências, incluindo-se nesse percentual a medida de semiliberdade - aquela em que os adolescentes residem em uma unidade de cumprimento de medida, mas realizam externamente atividades educativas e de formação profissional. Aos atos considerados de menor gravidade - igualmente sujeitos à avaliação das autoridades competentes -, é indicada a frequência, por tempo determinado, a ações protetivas e socioeducativas realizadas em meio aberto sob a incumbência de Prefeituras (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 12).

A execução das medidas socioeducativas envolve os sistemas estaduais, distrital e municipais possibilita a descentralização e municipalização do atendimento, atribuídos a responsabilidades em cada esfera no que tange a construção de planos, políticas e programas específicos de atendimento aos adolescentes em consonância com o ECA. Além disso, a descentralização “possibilita a proposição de alternativas que contemplem as características de cada instituição na qual as peculiaridades de cada município precisam de fato ser potencializadas” (BRASIL, 2019, p. 92).

Assim, a execução das medidas socioeducativas se organiza da seguinte forma:

Quadro I - Quadro descritivo das Medidas Socioeducativas:

MSE	Execução	Descrição	ECA:
I - Advertência;	Art. 38. As medidas de proteção, de advertência e de reparação do dano, quando aplicadas de forma isolada, serão executadas nos próprios autos do processo de conhecimento. (SINASE)	Constitui-se como medida informativa, sendo executada pelo Juiz da Infância e Juventude, visa alertar o adolescente e responsáveis quanto aos riscos e consequências do ato infracional.	Art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada. (ECA)
II - Obrigação de Reparar o Dano;		Determina que o adolescente repare o prejuízo pelo dano causado, visa a responsabilização do adolescente, sendo assim, é intransferível e personalíssima. Havendo manifesta impossibilidade, poderá ser substituída por outra medida mais adequada. (VOLPI, 2015, p. 28)	Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. (ECA)

III - Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);	De acordo com o Art. 5 do SINASE compete ao Município criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto. (SINASE)	Constitui-se como medida de apelo comunitário e restaurativo, uma vez que, oportuniza ao jovem a possibilidade de realizar atividades que possuam caráter pedagógico e contribua com a sociedade, órgãos públicos e organizações não governamentais. (VOLPI, 2015, p. 29)	Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. (ECA)
IV - Liberdade Assistida (LA);		De acordo com o Art. 119 do ECA, realiza-se através da promoção social do adolescente e sua família; do fortalecimento de vínculos comunitários e familiares; da inserção em programas e projetos. Visa-se também a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula. Além de possibilitar a profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho.	De acordo com o artigo 118 do ECA, a Liberdade Assistida tem o objetivo de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Ao longo do acompanhamento são realizadas pactuações de acordo com PIA na perspectiva do acesso aos direitos sociais, entre eles, acesso à saúde, assistência social, profissionalização, esporte, lazer, etc.
V-Semiliberdade;	De acordo com o Art. 4 do SINASE compete aos Estados criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação;	Consiste na restrição parcial da liberdade do adolescente, possibilitando a realização de atividades externas. Assim como nas demais medidas socioeducativas, pressupõe o acesso a rede do Sistema de Garantia de Direitos. Observa-se que a semiliberdade em algumas situações é utilizada enquanto estratégia de transição entre a internação e o retorno à comunidade. (VOLPI, 2015, p. 32)	. Art. 120 O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. (ECA)
VI - Internação.		A medida comporta prazo máximo de 3 anos e deve ser reavaliada a cada 6 meses. Segundo Volpi (2015), internação é a última das medidas na hierarquia que vai da menos grave para a mais grave. Cabe lembrar que o ECA estabelece o princípio de que todo adolescente a quem for atribuída uma medida socioeducativa não deve ser privado de liberdade se houver outra medida adequada. Além disso, a contenção em unidade de internação não significa a medida em si, mas a condição para que ela seja aplicada, dessa maneira, a restrição da liberdade limita o exercício pleno do direito de ir e vir, mas não deve impactar no exercício de outros direitos. (VOLPI, 2015, p. 35)	Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (ECA)

Fonte: ECA, SINASE e VOLPI (2015)

No campo legal as medidas socioeducativas são norteadas por aspectos pedagógicos alinhadas à ampliação e acesso aos direitos sociais. No sentido de acessar tais direitos, a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) visa

traçar objetivos, interesses e pactuações de modo a planejar as atividades que serão realizadas ao longo do acompanhamento socioeducativo. Busca-se através do PIA integrar o adolescente às políticas intersetoriais na perspectiva do acesso à proteção integral prevista às crianças e adolescentes de acordo com o ECA.

O PIA é instrumento a ser preenchido gradualmente, com a finalidade de compreender, ao longo do acompanhamento, as circunstâncias de vida do adolescente. Não se trata da aplicação de um questionário, mas de um mecanismo de registro e planejamento que procura abarcar a trajetória, as demandas e os interesses do adolescente com o objetivo de construir, a partir desse diálogo, propostas de projetos de vida que criem alternativas para a ruptura com a prática do ato infracional e que contribuam para a autonomia do adolescente (BRASIL, 2016, p. 61).

De acordo com o SINASE, o PIA deverá ser elaborado pelas equipes técnicas com a participação efetiva dos adolescentes e suas famílias. Deve-se constar no PIA de acordo com o Art. 54:

- I - os resultados da avaliação interdisciplinar;
- II - os objetivos declarados pelo adolescente;
- III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;
- IV - atividades de integração e apoio à família;
- V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e
- VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde.

O SINASE contribuiu para a regulamentação, definição de parâmetros e coordenação de fluxos para o Sistema de Atendimento Socioeducativo, além de definir o financiamento e as atribuições entre os entes federativos. No entanto, há de se considerar que o ECA e O SINASE não conseguiram alcançar aquilo que elaborou no plano teórico, algumas de suas diretrizes ainda não produziram os efeitos desejados ou sequer foram integralmente implantadas. Ainda há desafios importantes no que tange aos planos de atendimento socioeducativo e também na execução adequada e operacionalização efetiva dos PIAs.

Há que se observar, entretanto, que nem todas as diretrizes do ECA e do SINASE foram suficientemente implantadas e algumas sequer produziram os efeitos esperados. A imposição do Sinase quanto à necessidade de elaboração de planos estaduais e municipais de atendimento socioeducativo não demonstrou ser a forma adequada de enfrentar as dificuldades e nem os Planos Individuais de Atendimento (PIA) tem proporcionado o atendimento socioeducativo preconizado pelo ECA, especialmente por não vincular a elaboração dos planos à responsabilidade administrativa dos gestores ou a participação efetiva da sociedade civil e dos adolescentes e seus familiares (CFESS, 2017, p. 34)

Além das defasagens com relação aos Planos de Atendimento nas esferas de governo, a operacionalização do PIA e a garantia da participação comunitária, são recorrentes os problemas apontados em estudos, pesquisas e levantamentos institucionais que indicam a ocorrência de violações de direitos humanos no interior do sistema socioeducativo, principalmente, no que se refere às intuições de privação de liberdade, por vezes encontra-se nestas unidades condições muito semelhantes às violações também existentes no sistema prisional.

Segundo Levantamento Anual do SINASE (BRASIL, 2019), no ano de 2017 havia 143.316 mil adolescentes no sistema socioeducativo, sendo 26.109 privados de liberdade e 117.207 acompanhados em meio aberto. Cabe destacar que a medida de privação da liberdade¹⁰, antes aplicada de forma generalizada sob a Doutrina da Situação Irregular, conforme o artigo 106 do ECA passou a ser aplicada nas “hipóteses de flagrante de ato infracional ou ordem judicial prévia, escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente” (BRASIL, 1990).

De acordo com dados do levantamento, observa-se a prevalência de medidas socioeducativas em meio aberto:

Tabela 1 - Quantidade de Adolescentes Meio Aberto e Meio Fechado / 2017

Brasil / nov. 2017	
Adolescentes do Sistema Socioeducativo (Meio Aberto e Meio Fechado)	143.316
Meio Fechado	26.109
Medida de Internação	17.811
Medida de Semiliberdade	2.160
Medida de Internação Provisória	4.832
Atendimento Inicial	937
Internação Sanção	306
Medida Protetiva	63
Unidades Socioeducativas	484
Meio Aberto	117.207*
Liberdade Assistida	84.755
Prestação de Serviço à Comunidade	69.930
Municípios que atendem	5.405

O levantamento também informa que “a maioria dos atos infracionais não é contra a vida (contra o patrimônio): 38,1% - roubo, 26,5% - tráfico de entorpecentes (contra a incolumidade pública), 8,4% - homicídio e 5,6% - furto” (BRASIL, 2019, p. 50).

¹⁰ A medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado ficou restrita às hipóteses de atos infracionais graves, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, ou reiteração no cometimento de outras infrações graves, sempre submetida aos princípios da brevidade e excepcionalidade e limitada ao prazo máximo de três anos (ECA, artigos 121 e 122, I e II). (CNMP, 2019, p. 11)

Quanto ao perfil dos atendidos no meio fechado, o Levantamento Anual do SINASE (BRASIL, 2019) identificou que a maior proporção dos adolescentes está concentrada na faixa etária entre 16 e 17 anos com 56%, seguida pela faixa etária de 18 a 21 anos com 29,5% e dos entre 14 a 15 anos com 12,8% (2.931). Desses adolescentes e jovens incluídos no sistema socioeducativo 40% foram considerados de cor parda/preta. Quanto ao acesso à renda, aponta-se que 81% das famílias dos adolescentes estão entre ‘sem renda’ ou ‘menos de um salário-mínimo’ e 72% dessas famílias são compostas por 4 ou 5 membros. Sendo assim, compreende-se deste cálculo que estes grupos familiares vivenciam restrições e vulnerabilidades sociais em razão da situação socioeconômica.

Com relação à escolarização, o levantamento SINASE aponta que:

No total de adolescentes atendidos na medida de restrição e privação de liberdade que não estudam somam 1455, com os seguintes motivos: falta de convívio com os demais adolescentes (01); possuir o Ensino Médio concluído (41); falta de documentação para efetuar a matrícula (256); escola sem capacidade estrutural de atender a demanda (423); em fase de matrícula (83); abandono/evasão (12), sem informação (626); desistência por estar envolvido no tráfico de drogas (01); receber a sentença em final de ano (12). (BRASIL, 2019, p. 108)

Já no estado do Rio de Janeiro, a pesquisa “Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro” (2018), revela perfil dos adolescentes internados no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE)

A pesquisa aponta que a grande maioria dos internos do DEGASE era composta por jovens do sexo masculino (96,7%) e a faixa etária de 16 a 18 anos supera a marca de 80% da população estudada. No que se refere à dimensão racial, os dados comprovam que o número mais expressivo dos internos era composto por pretos e pardos, que, juntos, somavam mais de 75% dos sujeitos.

Em relação à renda média familiar, os dados permitem afirmar que o “perfil” era marcado pelo baixo poder aquisitivo de suas famílias, já que cerca de 70% dos jovens eram oriundos de famílias com rendimentos de até três salários mínimos. Ainda que seja considerado o número expressivo de jovens (30,4%) que informaram renda familiar superior a três salários mínimos, o relatório da pesquisa aponta que a maioria dessas famílias eram compostas por seis ou mais pessoas, o que resulta em renda per capita absolutamente insuficiente para a garantia do sustento e das condições mínimas de sobrevivência (GODOI, 2022, p. 70).

Ressalta-se nos dados nacionais sobre estes adolescentes alguns indicativos que apontam para violações de direitos desses adolescentes desde a infância, entre as violações mais recorrentes estão: a baixa escolaridade, a falta de

acesso ao mercado de trabalho formal e vulnerabilidade socioeconômica. Buscar traçar as características em comum vivenciadas por estes adolescentes é importante para a compreensão de suas trajetórias de vida, desafios e para refletir sobre as vulnerabilidades aos quais estiveram expostos e as violações que vivenciaram enquanto sujeitos de direitos. A análise destas questões que perpassam a vida da juventude permite ter um olhar mais atento às questões sociais que rebatem no campo da infância e adolescência como “componentes e não justificativas para os atos infracionais” (BRASIL, 2019, p. 51)

Em 2005, o Governo Federal através do Ministério da Saúde divulgou uma série de textos tratando da temática da violência, quanto ao atendimento socioeducativo, dizia-se o seguinte:

[...] Uma área em que se nota claramente a importância da clivagem socioeconômica sobre a juventude é a da institucionalização dos que estão em conflito com a lei, no momento em que são privados de liberdade. A desumanidade no atendimento vem sendo denunciada por estudiosos e profissionais que lidam nessas instituições. No ano de 2002, constatava-se déficit de vagas para cumprimento de todos os tipos de medida socioeducativa no País, (...) O déficit numérico que se cristaliza em superpopulação na instituição é apenas um aspecto do elevado grau de humilhação, agressões e expropriação de direitos a que está sujeita a comunidade que nessas instituições vive e trabalha (DESLANDES, ASSIS, SANTOS, 2005, p. 88)

De acordo com dados do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) divulgados no “Panorama da execução dos programas socioeducativos de semiliberdade e internação nos Estados brasileiros e no Distrito Federal” (2019) apontam superlotação e violência estrutural no sistema socioeducativobrasileiro. Conforme o documento, a situação atual potencializa as violações aos direitos humanos fundamentais dos adolescentes internados. Além da superlotação crônica, são citadas a falta de pessoal suficiente e negligência com a manutenção das unidades de internação.

As informações do Mecanismo Nacional de Proteção e Combate a Tortura (MNPCT) (2016), apontam que a disciplina exacerbada e o tratamento vexatório aos quais os adolescentes são submetidos nas unidades de internação atribuem caráter meramente sancionatório à permanência destes adolescentes nas unidades, chama a atenção a necessidade dos adolescentes andarem com a cabeça baixa, com as mãos para trás, sempre em silêncio e o fato de, por vezes, necessitarem da autorização dos agentes socioeducativos até para olhar para o lado. Além disso,

menciona-se que “qualquer contato que o adolescente possa ter com uma prática pedagógica ou socioeducativa, como ir à escola, por exemplo, é precedida de uma revista invasiva”. Diante disto o próprio documento questiona:

Ora, dificilmente um adolescente que precisa pedir autorização dos agentes socioeducativos para realizar suas atividades, bem como passa por revistas vexatórias sucessivas em suas rotinas diárias se encontra em ambientes aptos à construção de autonomia e cidadania (MNPCT, 2015, p. 16).

Cabe indagar sobre as condições daquilo que denominam por ‘ressocialização’, que priva o adolescente não só do convívio social, mas o abandona em verdadeiros depósitos de indesejados, com características muito distantes da proposta sócio pedagógica contida no ECA. Estes adolescentes são submetidos a condições insalubres, dentro de um sistema de torturas e crueldades. Como a nossa sociedade pretende resolver a problemática do ato infracional com violação, morte e infrações cometidas por ela própria ou por parte do Estado?

2.2.

A violência na estrutura das relações sociais.

Na relação social Estado e burguesia no capitalismo, privilegia-se os anseios e caprichos da minoria de grandes poderosos em detrimento da vida das massas trabalhadoras. O capital possui relação intrínseca e estratégica com o Estado, pois o tem como aliado para a preservação do *status quo*, manutenção da taxa de lucros e contenção das massas. Desde a constituição da sociedade industrial a subserviência do Estado ao capital foi funcional à consolidação e fortalecimento do capitalismo. Ao longo da história da sociedade moderna, pode-se citar vários conflitos geopolíticos imperialistas, guerras, ditaduras, prisões, mortes e diversas formas de opressão utilizadas para fazer valer os interesses econômicos e políticos do capital.

O capitalismo não existe por causa da objetividade implacável de suas leis, assim como jamais será superado única e exclusivamente por causa de suas contradições internas. Esse modo social de produção sobrevive à sucessão de suas crises devastadoras, não pela inegável eficiência econômica de seus equilíbrios, mas porque os homens o mantêm vivo mesmo através de terapias intensivas e, se necessário, por meio de involuções autoritárias (a era do fascismo). Isso porque o capitalismo (além da dominação) não é apenas economia, é também política, filosofia, relações hegemônicas, ou seja, um formidável arsenal capaz de transfigurar a realidade (dando a aparência de universalidade a certos interesses particulares) a ponto de tornar-se a miséria e a exploração

“consensualmente” aceitas pelo miserável e pelo explorado (FRESU, 2020, p. 42).

Karl Polanyi (2000), ao estudar a formação da economia capitalista de mercados,¹¹ rebate a tese da sociedade de mercado auto regulado como uma relação natural, ele aponta que as relações mercantis resultam de estímulos altamente artificiais administrados no corpo social. De acordo com o autor, na história do sistema capitalista a sociedade tem sido transformada de maneira a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis, uma vez que, “uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado” (Polanyi. 2000, pág. 77). Como demonstra a análise histórica de Polanyi, a economia se impõe de forma avassaladora e brutal, o avanço industrial esteve acompanhado da complexificação das relações de produção e do mercado. As alterações na produção transformaram o sistema fabril, o comércio e trouxeram duras consequências para os trabalhadores, um sistema tão cruel que Polanyi denominou de “moinho satânico”. O autor também enfatiza a perversidade das leis aplicadas para garantir as necessidades do mercado mesmo quando são geradoras de impactos extremamente negativos para a sociedade em geral.

Marx (2013), no capítulo 24 do livro *O Capital*, expõe os meios empregados pela classe capitalista em formação ao espoliar súbita e violentamente os meios de subsistência das massas trabalhadoras e lançá-las no mercado de trabalho como proletários. Entre as medidas utilizadas pela classe capitalista para construir a indústria urbana e atender a demanda de força de trabalho, Marx destaca:

O roubo de bens da igreja, alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva (MARX, 2013, p. 804).

A emergência da sociedade capitalista vinculou-se ao aparato jurídico institucional que impôs violentamente a vida humana às necessidades econômicas.

¹¹ “Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento dos bens disponíveis (incluindo serviços) a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe também a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores.” (Polanyi. 2000, pág. 90)

Na introdução do sistema capitalista na Europa isso ocorreu por meio da expropriação de terras da população rural que “viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado” (MARX, 2020, p. 808). Conforme Marx, a classe burguesa “lançou mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente” a transformação do feudalismo em capitalismo. Segundo o autor, “a violência é parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica”. (MARX, 2020, p. 808)

Dessa forma, pode-se dizer que a violência enquanto práxis social exerce força e visa modificar determinada ordem “natural” em que se encontram dadas relações econômica, social ou política. Nos trechos acima, Marx e Polanyi, exemplificam como a violência foi utilizada como ferramenta de transformação de determinada realidade social e ao longo do processo histórico verifica-se a prevalência desses métodos com objetivo de fazer valer os interesses do grande capital ao redor do mundo e de forma cada vez mais globalizada.

Otto Kirchheimer e Georg Rusche (2004), na obra *Punição e Estrutura Social*, elucidam o surgimento das prisões na sociedade capitalista e demonstram a estreita ligação entre violência, punição e mercado de trabalho. A relação é demonstrada pelos autores na análise histórica da ascensão capitalista, pois constata a relação do desemprego estrutural com a máquina legislativa e punitiva do Estado responsável pela geração da mão de obra de fácil exploração, como aconteceu com a criação das Casas de Correção, Casas de Trabalho e a Lei dos pobres.

Kirchheimer e Rusche, exemplificam a relação entre o preço baixo da mão de obra e a desvalorização da vida humana, pois, em conjunturas de desemprego massivo, o exército de desempregados permite ao mercado de trabalho a manutenção dos baixos salários na indústria. As massas sobrantes da sociedade industrial nascente, tidas como excedente para o capital ficavam à mercê do sistema penal, “que funcionava como um terremoto artificial, destruindo aqueles que as classes altas consideravam inadequados para a sociedade” (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, pg.39).

O estudo também aponta para a intersecção entre crise econômica, desemprego, aviltamento das condições de vida e aumento da criminalidade. Pois,

entre 1780 e 1830, observou-se agravamento do pauperismo na Inglaterra e um aumento de 540% das condenações criminais, principalmente as relacionadas ao furto¹².

Descrevendo a conexão íntima entre a taxa de criminalidade e as condições econômicas, Pike argumenta que as tabelas criminais inglesas, de 1810 em diante, indicam que tempos difíceis, de competição elevada ou diminuição da demanda de força de trabalho, eram seguidos por crescimento em condenações por furto ou delitos mais graves, enquanto tempos melhores eram acompanhados por um decréscimo desse índice (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, pg. 138).

Seguindo esta reflexão é possível afirmar que a prática criminal é fruto das contradições entre aqueles detém os meios de satisfação das necessidades materiais e subjetivas, pois relaciona-se com as desigualdades de acesso à riqueza e aos meios de produção que são concentrados entre as elites. Denota-se que este processo acaba por demandar maior vigilância e controle sobre aqueles que vivenciam situações limites, pois são tentados a transgredir as leis diante da imposição de condições de vida bárbaras, assim, investe-se cada vez mais nos órgãos de repressão e controle, militarizando cada vez mais a vida. Para Reguete (2022), o uso da instituição policial pelo Estado vincula-se ao controle da pobreza urbana e é de suma importância para a sociedade capitalista, pelo seu papel fundamental para o controle, criminalização e repressão de classe (REGUETE, 2022, p. 101).

Costa (2018), sob a perspectiva da teoria marxista, sinaliza que o fenômeno da violência se vincula a dinâmica das relações sociais capitalistas, a autora elucida que desde a fundação do modo de produção capitalista o uso da violência e da legislação estiveram a serviço do capital como instrumento de dominação, coerção e enquadramento à ordem emergente. A autora exemplifica que na formação da sociedade capitalista os trabalhadores foram severamente punidos e criminalizados quando assim necessitava a ordem vigente, um exemplo desses métodos foram as legislações de expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades no período de avanço da industrialização, as legislações sanguinárias voltadas a garantir que os postos de trabalho estivessem ocupados com leis

¹² “A miséria só permite ao operário escolher entre deixar-se morrer lentamente de fome, suicidar-se ou obter aquilo de que necessita onde encontrar – em outras palavras, roubar. Não espanta o fato de a maioria preferir o furto ao suicídio ou à morte por fome. Sem dúvida, há entre os operários muitos indivíduos suficientemente moralistas para, mesmo na extrema privação, não roubar; esses morrem de fome ou se suicidam. O suicídio, que no passado foi um invejável privilégio das classes altas, está atualmente na moda na Inglaterra até entre os proletários e muitos pobres diabos se matam na única alternativa que lhes resta para escapar à miséria.” (ENGELS, 2010, p. 155)

rigorosas contra a vadiagem e a criminalização à organização sindical, de modo a viabilizar a expansão da exploração do trabalho, são exemplos que demonstram a vinculação entre métodos de punição, criminalização e violência utilizados em favor de interesses capitalistas.

O açoite, o ferro em brasa e a tortura constituíram os grandes símbolos da violência econômica engendrada para expropriar os homens de seus meios de produção. A violência tornou-se um meio potencializador da disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, tendo uma finalidade econômica, que presente na relação capital-trabalho, gerava condições materiais para atender às necessidades de reprodução do capital (COSTA, 2018, p. 20).

De acordo com a autora, na atualidade a violência tem sido potencializada pelas metamorfoses ocorridas nas novas formas de contrato de trabalho impulsionadas pelo avanço tecnológico que resultaram na intensificação da precarização das relações trabalhistas e aviltamento das condições de vida das famílias trabalhadoras. Segundo a autora, a intensificação da exploração dos trabalhadores e a captura da subjetividade em prol do capital mantêm-se desde a fase de consolidação do modo de produção capitalista até o atual contexto de reestruturação produtiva e avanço neoliberal (COSTA, 2018, p. 9).

O trabalhador tem sua subjetividade capturada a partir da mobilização de seu pensamento, portanto, do seu conhecimento, atitudes e valores, os quais são colocados a serviço do capital, agregando valor ao processo de produção. É ele mesmo educado para a competição entre seus pares, num espaço em que seu saber-fazer, saber usar e saber comunicar são estimulados e coordenados para, diretamente, atender às necessidades da produção capitalista, mediante uma violência sutilmente dissimulada (COSTA, 2018, p. 71).

Para Vazquez (2011), a violência pode ser compreendida enquanto práxis social, ou seja, como prática teleológica cuja ação destrutiva ou transformadora visa atingir determinado objetivo previamente estabelecido, pois, enquanto fruto da ação humana é teleológica e pode ser utilizada na sociedade de classes a serviço da ordem de uma determinada classe social, ou seja, violência organizada visando atingir determinado fim.

Trata-se aqui da práxis como ação de seres humanos sob outros, ou como produção de um mundo humano depois da subversão da realidade social estabelecida. A práxis social assume, assim, a forma da atividade prática revolucionária que implica a destruição de uma determinada ordem social para instaurar ou criar uma nova estrutura social. Abre-se dessa maneira um amplo campo para a violência. (...) Práxis e violência se acompanham tão intimamente que, às vezes, parece descaracterizar-se a condição de meio da segunda. A violência está tão vinculada a toda produção ou criação histórica, que não faltou quem

visse nela a própria força motriz do desenvolvimento histórico (VAZQUEZ, 2011, p. 376).

O autor também menciona a articulação entre violência e Estado, segundo ele, a violência ou a violência potencial realiza-se quando assim exigem os interesses de classe, ela está a serviço do Estado, uma vez que, numa sociedade dividida em classes antagônicas, a violência está legitimada nas mãos do Estado.

(...) A violência é a razão última do Estado: violência em ato quando assim exige seu caráter de órgão de dominação de uma classe sobre a outra ou violência potencial quando o Estado pode assegurar essa dominação, ou o consentimento dos interesses da classe por outros caminhos não coercitivos. Mas em todo Estado de classes, ela é a razão última, como violência em potência sempre prestes a converter-se em ato (VAZQUEZ, 2011, p. 379).

O Estado possui papel fundamental para validação do modo de produção capitalista, principalmente na regulação da relação capital-trabalho. Dessa forma, o Estado burguês age com evidente caráter de classe, mas é necessário demarcar que apontar o papel da violência na sociedade capitalista não significa reduzi-la a este modo de produção. Consiste sobretudo em dimensionar a importância e a particularidade que a violência apresenta no capitalismo.

Com a sociedade de classes, a violência ganha uma nova função social. Ela agora está a serviço da reprodução da sociedade privada. Matar passa a ser uma atividade econômica e socialmente valorizada. Surge a guerra, uma atividade fundamental para a dominação dos trabalhadores pelas classes proprietárias. A sociedade passa a ser uma atividade essencial para a reprodução da sociedade, e todas as relações sociais, desde as familiares até as da vida cotidiana, terminam sendo contaminadas por ela (LESSA; TONET, 2012, p. 14-5 Apud COSTA, 2018, p. 20).

A violência, embora não seja fenômeno exclusivo da sociedade capitalista, nutre-se das contradições sociais e desigualdades que caminham em conjunto com o desenvolvimento do capitalismo. Na contemporaneidade, o conceito “violência” é comumente utilizado para tratar das expressões vivenciadas no dia a dia, tal como a violência urbana¹³ nas grandes cidades ou o mercado

¹³ A violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade tardia. Esses eventos podem reunir na mesma denominação geral, motivações e características muito distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não-intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool ou outras drogas. Além disso, a expressão violência urbana tenta dar um significado mais sociológico a esses eventos, interligando-os a causas mais complexas e a motivações muito variadas, numa abordagem que preconiza a necessidade de não desvincular esses eventos da complexidade de estilos de vida e situações existentes numa grande metrópole. A ampliação dos eventos que cabem no uso da expressão decorre exatamente da ampliação da experiência e da demanda de relações sociais

informal de drogas. A sociedade brasileira tem a questão da violência como uma das protagonistas no debate público, inclusive é ela peça chave nas discussões políticas e demarcou espaço importante nos debates eleitorais dos últimos anos. No entanto, as estruturas das violências na sociedade não recebem a atenção devida principalmente na mídia de massas, assim, o debate acerca do tema acaba por aparecer de forma superficial e desconectado de raízes históricas e sociais, assim, é tratado de forma simplória e, por vezes, com propostas reducionistas de resolução.

No Brasil, a violência compõe o processo de construção da sociedade, faz parte do cotidiano e se alastra gerando impactos nas relações sociais do país ao longo dos anos, a utilização de métodos violentos, expropriação dos bens naturais e o extermínio compõe parte significativa de nossa história e ainda hoje é fundamental para a compreensão de nossa dinâmica social.

Mais ou menos explícita, a violência é marca fundante dos processos de acumulação capitalista no Brasil, desde a colonização até o neoliberalismo, seja pela força do Estado, seja pela atuação dos capitalistas e latifundiários nos processos de alienação, subsunção (formal e real) e exploração da força de trabalho de mulheres, homens e crianças no reino oculto da produção. A violência é, assim, uma potência econômica utilizada sistematicamente pelas classes dominantes nas suas lutas contra os subalternos, tanto nas regiões imperialistas quanto no capitalismo dependente, com maior intensidade neste último, por conta da superexploração (CASTELO, 2017, p. 63).

Adorno (1995), sinaliza a violência tradicionalmente inserida nas ações do Estado brasileiro, pontua que a “violência é um fenômeno anacrônico nas relações sociais brasileiras, manifestando-se de variadas formas, está presente nas relações sociais, nas políticas institucionais e ‘principalmente nos espaços voltados à oferta de segurança e proteção aos cidadãos’ (ADORNO, 1995, p. 301).

Segundo o autor, a violência no Brasil remonta “à cultura autoritária cujas raízes se reportam à tradição e ao passado colonial” (ADORNO, 1995, p. 330). As “raízes sociais da violência brasileira” demonstram que a violência aparece no cotidiano como “meios naturais de resolução de conflitos, seja nas relações entre as classes sociais seja nas relações intersubjetivas” (ADORNO, 1995, p. 321).

A ampliação dos direitos políticos no cenário de redemocratização não ampliou a justiça social. Dessa forma, “o aprofundamento das desigualdades

pacificadas e civilizadas. Violência urbana e incivilidade tornam-se assim, na segunda metade do século vinte, duas faces de uma mesma moeda (MISSE, 2006, p. 03).

sociais persiste sendo um dos grandes desafios à preservação e respeito dos direitos humanos para a grande maioria da população” (ADORNO, 1995, p. 321). Segundo Adorno (1995):

Enfatizar a problemática da violência no plano da sociedade e da cultura, compreendendo suas conexões com o poder político estatal, requer problematizar a complexidade social, quer dizer dos diferentes eixos de poder que o atravessam, que realizam a dominação, que convergem para o Estado e que suscitam a formação de ideologias autoritárias e discriminatórias (ADORNO, 1995, p. 321).

As respostas de enfrentamento a violência propostas pela sociedade carregam por sua vez a perspectiva ideológica e cultural enraizada nos costumes e práticas cotidianas, não raro são as situações que as propostas que emergem do senso comum reproduzem preconceitos, racismo e elitismo.

Em tempos sombrios o capital expõe sua brutalidade, reafirma-se enquanto sistema que não sobrevive sem o suporte do Estado como mediador dos conflitos em favor da prevalência do lucro capitalista. As instituições burguesas seguem servindo ao propósito de garantir a ordem e a legitimidade necessária à manutenção do *status quo* garantindo que a violência permaneça concentrada e a serviço exclusivo do capital, dessa forma, o modo de produção capitalista utiliza a violência como instrumento garantidor de suas vontades e de forma ainda mais escancarada em tempos de crise quando se torna necessário a defesa da mais-valia em detrimento da vida das massas trabalhadoras.

Cabe destacar que o debate sobre a legitimidade do uso do poder coercitivo atribuída ao Estado sob justificativa de preservação da ordem pública traz elementos para a reflexão sobre o significado da democracia e dos direitos, apontando as limitações e contradições de um sistema formalmente democrático no qual contraditoriamente persistem práticas golpistas, a defesa da prática de tortura e a aniquilação, de forma ainda mais constante diante do contexto de avanço do neofascismo em um cenário político-econômico neoliberal que afeta de forma concreta o desenvolvimento das relações sociais.

A discussão introdutória da violência sob a óptica das relações sociais não deseja aqui ignorar as expressões da violência cotidiana perpetrada nas micro relações, aquela constantemente noticiada nos jornais, TV ou compartilhadas através das redes sociais. Também não se pretende negar os impactos bárbaros destes episódios na vida da população e muito menos pretende-se um discurso irresponsável que omita a importância da responsabilização de indivíduos. No

entanto, trata-se aqui de buscar refletir sobre a violência não noticiada e que por vezes nem é nomeada como ação violenta, pois essa violência é constante no neoliberalismo e foi ainda mais brutal no período da pandemia da COVID-19.

Para a continuidade da abordagem do sistema econômico e suas consequentes mazelas, tendo como objetivo ter uma compreensão ampla das questões que afligem a juventude, os trabalhadores da Política de Assistência Social e as ações do Estado em período de crise econômica e sanitária, torna-se fundamental tratar da violência estrutural e de sua presença constante na luta de classes, que se apresentou de forma ainda mais dramática no contexto de morte em massa e descaso governamental. Portanto, para prosseguirmos com as reflexões que seguirão é fulcral conceber o debate da violência enquanto um fenômeno que perpassa a vida em sociedade, impresso nas relações sociais, na vida cotidiana e enquanto ferramenta de dominação, coerção e punição.

2.3.

Neoliberalização da vida, (SUB) Cidadania e Racismo: O contexto dos sujeitos atendidos no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O neoliberalismo assenta-se na lógica de satisfação das necessidades via mercado e demanda do Estado a institucionalidade necessária ao pleno desenvolvimento das relações econômicas. De acordo Harvey (2008):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômica que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livre mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 12).

Assim como descreve Harvey, as alterações ocorridas na produção foram acompanhadas de reestruturações que intervieram no campo produtivo e social de

modo a adaptar a sociedade ao novo modo de organização do trabalho. Neste sentido, o Estado e as legislações foram incumbidos da função de garantir o funcionamento do mercado e produzir o consenso necessário, adaptando a humanidade à harmonia necessária à satisfação dos anseios capitalistas. Cabe a intervenção das políticas neoliberais a “readaptação” e “modernização” do trabalhador, “essas políticas devem chegar a ponto de mudar a própria maneira como o homem concebe sua vida e o seu destino a fim de evitar os sofrimentos morais e conflitos inter ou intraindividuais” (DARDOT e LAVAL, 2006, p. 91).

Após o fim da União Soviética, ocorre progressivo avanço do capital sobre os interesses dos trabalhadores, pois, ao sucumbir a maior experiência socialista da história, o capital se fortalecia e se reafirmava enquanto única alternativa possível de organização da produção e da vida social. A ascensão do neoliberalismo e a sua articulação com a pós-modernidade possui caráter ideológico, trata-se da modernização do velho liberalismo. Conforme Carcanholo e Baruco (2009), a ideia de uma suposta sociedade pós-classista e a negação de narrativas totalizantes/macroestruturais mostram a faceta ideológica e funcional à reprodução da ideologia da ordem dominante sob viés cada vez mais conservador.

Neoliberalismo como aprofundamento da lógica do capital e pós-modernismo como padrão cultural, estético e comportamental (inclusive na prática filosófica e política) adequada a isso; esta parece ser a real combinação conservadora dos novos tempos (CARCANHOLO, BARUCO, 2009. p. 144).

A teoria social marxista compreende que o Estado burguês em sua tarefa de garantir o *status quo* não utiliza apenas de estratégias coercitivas, pois a legitimidade e longevidade do sistema capitalista necessita do consenso de classe. Gramsci (1968), em *Americanismo Fordismo*, aborda as estratégias de adaptação psicofísica dos trabalhadores a uma nova forma de gerenciamento da classe operária em razão das necessidades do modelo de produção fordista. Isso se realizava através da pressão material, da coerção moral e do Estado, naquele contexto os trabalhadores eram adestrados a uma nova racionalidade que atendesse às exigências produtivas e ideológicas do capital no contexto de introdução do fordismo. Portanto, a aceitação a dado consenso de classe necessário a reprodução do capital exigia mecanismos normativos e adaptadores.

A classe dominante tem no Estado, enquanto órgão de dominação de classe, o uso privilegiado do exercício do *controle social*. Neste sentido, é importante destacar que a ideologia assume função fundamental para a adaptação

a um dado consenso de classe e para a reprodução das relações sociais capitalistas, uma vez que, “as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (MARX, ENGELS, 2008, p. 40)

Considerando a ideologia dominante na atualidade, percebe-se que a neoliberalização realiza modificações de características subjetivas para alinhá-las a outros valores ideológicos, segundo Harvey (2008), o processo de “destruição criativa” não só impacta as relações de produção e de trabalho, mas também no campo dos afetos, ‘dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração’ (HARVEY, 2008, p. 13).

Dardot e Laval (2006) observam que a difusão do neoliberalismo alavancou grandes transformações econômicas, no entanto, a “grande virada” foi elementarmente amparada pela luta ideológica, pois, as alterações no plano econômico foram acompanhadas de “técnicas e dispositivos de disciplina, isto é, de sistemas de coação, tanto econômicos como sociais” (DARDOT, LAVAL, 2006, p. 193), com a finalidade de apoderar-se da racionalidade e determinar um novo modo de gerenciamento da vida social. Assim, constrói-se o “sujeito empresarial” ou “sujeito neoliberal” empreendedor de si, este novo indivíduo competitivo, inovador e cujo sucesso econômico é expressão do seu brilhantismo ao governar a si próprio como uma pequena empresa. Trata-se de sujeito que é incentivado a trabalhar para a empresa como se trabalhasse para si, cujo esforço é intensificado, que é convencido que “sucesso financeiro/profissional” está totalmente vinculado ao sucesso pessoal e vice-versa (DARDOT e LAVAL, 2006, p. 327).

Os autores apontam para um novo modo de gestão da vida e do tempo segundo sob as rígidas leis de mercado que impõem um modo de pensar permeado por valores concorrenciais e de disputa, sendo assim, as ameaças do mercado estão sempre presentes formando uma reação em cadeia que aliena a vida e atravessa as relações humanas acentuando o ethos individualista, ações egocêntricas e o constante combate em prol da realização pessoal numa sociedade sob parâmetros meritocráticos. Dessa forma, os laços sociais, são cada vez mais enfraquecidos, o sentimento de coletividade, de solidariedade e reciprocidade social são desmobilizados coadunando para um quadro de indiferença e hostilidade entre os trabalhadores.

Como manter juntos sujeitos que não devem nada a ninguém? Provavelmente a desconfiança, ou mesmo o rancor, em relação aos maus pobres, aos preguiçosos, aos velhos dependentes e aos imigrantes, tem efeito de “cola” social. Mas ele também tem seu reverso, se todos se sentem ameaçados de um dia se tornarem ineficazes e inúteis (DARDOT, LAVAL, 2006, p. 366).

A sociedade que explora a auto coerção e auto culpabilização constrói um modo de entender a realidade que rompe com explicações macroestruturais, impõe unicamente ao indivíduo a satisfação de suas necessidades e acaba por produzir adoecimento mental ligado a sensação de fracasso pessoal. Desta forma, cabe indagar sobre os flagelos produzidos por esta racionalidade na vida social e também sobre os impactos desta subjetivação no modo como os indivíduos interpretam o mundo, a si próprio e o outro. Pois, seguindo a lógica neoliberal produz uma dada normalidade para aqueles que acessam bens e o consumo, mas coloca-se à margem por fracasso individual, preguiça ou incapacidade aqueles que não alcançaram os mesmos patamares de sucesso. Sobre esses indivíduos recai toda a culpa por seu próprio infortúnio. Ainda segundo Dardot e Laval (2006), “o conflito social é impedido porque as estruturas de poder são ilegíveis. E isso explica uma parte dos novos sintomas de “sofrimento psíquico” (DARDOT e LAVAL, 2006, p. 364).

O discurso da “realização de si mesmo” e do “sucesso de vida” leva a uma estigmatização dos “fracassados”, dos “perdidos” e dos infelizes, isto é, dos incapazes de aquiescer à norma social de felicidade. O “fracasso social” é visto, em última instância, como patologia (DARDOT e LAVAL, 2006, p. 367).

A responsabilidade atribuída aos indivíduos escamoteia a lógica de direitos e a responsabilidade do poder público prover políticas públicas que garantam a proteção social, ou seja, influi-se na lógica da cidadania. A política social sob a doutrina neoliberal apresenta características clientelistas, focalizadas, desarticuladas e de caráter privatista. Para Mota (2009), a naturalização da mercantilização da vida “transforma o cidadão sujeito de direitos em cidadão-consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social; e a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios” (MOTA, 2009, p. 14).

Longe de ser “neutra”, a reforma gerencial da ação pública atenta diretamente contra a lógica da democrática da cidadania social; (...) ela reforça as lógicas sociais de exclusão que fabricam um número crescente de “subcidadãos” e não “cidadãos” (DARDOT, LAVAL, 2006, p. 381).

A conjuntura que forma subcidadãos e moraliza os sujeitos que convivem com a imposição da miséria convive com a criminalização e expansão dos dispositivos de contenção, repressão e do sistema carcerário. A massa sobrando do atual modelo que convive com empregos precários e alto desemprego é público-alvo de dispositivos sociais que visam atenuar as situações mais grotescas da barbárie causada pela flexibilização do trabalho e também é a população preferencial do processo de inflação do sistema penal. Segundo Loic Wacquant:

A virada punitiva da política pública, aplicando-se tanto nos programas sociais para os pobres quanto à justiça criminal, faz parte de um projeto político que responde à crescente insegurança social e a seus efeitos desestabilizadores nos degraus mais baixos da ordem social e espacial (WACQUANT, 2011, p. 177).

Ainda segundo o autor a violência letal e a tortura seguem sendo recursos habituais das polícias, as execuções e os “desaparecimentos” acentuam ainda mais o clima de guerra para as classes populares. A violência policial é oriunda de uma tradição nacional multissecular de garantir a ordem através da força, trata-se de uma questão intimamente articulada ao período escravocrata e aos conflitos agrários que foi fortalecida nas duas décadas de ditadura militar (WACQUANT, 2011, p. 11).

Vera Malaguti Batista (2003) pontua que a difusão do medo contribuiu para a propagação de “estratégias de neutralização e disciplinamento das massas empobrecidas”. De acordo com Batista (2003):

O ordenamento introduzido pela escravidão na formação sócio-econômica sofre diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implementação da República (fenômenos quase concomitantes) não romperam jamais com aquele ordenamento. Nem do ponto de vista sócio-econômico, nem do cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implementação de políticas de lei e de ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão das praias cariocas (BATISTA, 2003, p. 21).

Como mencionado no capítulo anterior, o policiamento seletivo e o papel da justiça penal serão essenciais para a criminalização da população negra. A conjuntura pós-abolição, a implementação da República e a hegemonia conservadora da formação social brasileira difundiu o medo do caos social como estratégia de legitimação de políticas autoritárias de controle sob viés fortemente racista e elitista.

O medo branco que aumenta com o fim da escravidão e da monarquia produz uma República excludente, intolerante e truculenta com um projeto político autoritário. Essa foi sempre a síndrome do liberalismo oligárquico brasileiro, que funda a nossa República carregando dentro de si o princípio da desigualdade legítima que herdara da escravidão (BATISTA, 2003, p. 23).

Para Batista (2003) a criminalização das questões sociais produzidas pela luta de classes concretiza a estrutura carcerária fundada na privação de liberdade. Kirchheimer e Rusche (2004) defendiam a tese de que o sistema punitivo precisa ser analisado a partir do seu uso político e econômico, ou seja, enquanto fenômeno social compreensível a partir das relações dominantes de um dado período.

(...) O sistema penal de uma dada sociedade não é um fenômeno isolado sujeito apenas às suas leis especiais. É parte de todo o sistema social, e compartilha suas aspirações e seus defeitos. [...] A futilidade da punição severa e o tratamento cruel podem ser testados mais mil vezes, mas enquanto a sociedade não estiver apta a resolver seus problemas sociais, a repressão, o caminho aparentemente mais fácil, será sempre bem aceita. Ela possibilita a ilusão de segurança encobrindo os sintomas da doença social com sistema legal e julgamentos de valor moral. Há um paradoxo no fato de que o progresso do conhecimento humano tornou o problema do tratamento penal mais compreensível e mais perto de uma solução, enquanto a questão de uma revisão fundamental na política penal parece estar hoje mais longe do que nunca, por causa de sua dependência funcional a uma dada ordem social (RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004, pg. 282).

Portanto, o uso da violência direta e do ordenamento jurídico para conter os trabalhadores, principalmente as camadas mais miseráveis, são métodos recorrentemente utilizados na história da sociedade capitalista para a garantia da sua dominação política e contenção de dissidências dentro do sistema, tal fato antecede os primórdios da sociedade capitalista e permanece até os dias atuais com configurações cada vez mais sofisticadas.

A política de Assistência Social, por exemplo, enquanto política pública do Estado no campo social é atravessada por interferências e demonstra caráter contraditório marcado por uma relação assimétrica de forças situada no campo de controle de recursos de dominação, já que em uma sociedade capitalista o papel regulador do Estado advoga em prol dos interesses do capital, assim, as políticas sociais adquirem (também) função de viabilizar o processo acumulativo do capital, a reposição das “classes subalternas” e o controle social funcional à manutenção da ordem vigente.

A relação entre a política organizadora e reguladora do Estado e as demandas sociais acaba por expressar-se no exercício de funções contraditórias, permeadas tanto pelos interesses da acumulação como da busca de legitimidade. É nesse sentido que afirma-se que as políticas sociais reproduzem a luta política mais geral da sociedade e as contradições e ambiguidades que permeiam os diversos interesses em contraposição (YAZBECK, 1993, p. 51).

Para Wacquant há uma ambivalência nas ações do Estado, uma vez que, por vezes assume função de proteger a acumulação do capital e acaba por assumir caráter repressivo para com o povo, segundo o autor, a ‘mão esquerda’ do Estado, simbolizada pelos sistemas públicos de educação, saúde, seguridade e habitação vem sendo progressivamente substituída pela ‘mão direita’, com a repressão policial, cortes públicos e aumento do sistema prisional. Segundo Wacquant, o capital transnacional e as frações modernizadoras da burguesia e de altos escalões do Estado, se aliam sob a bandeira do neoliberalismo, alaistrando trabalho precário, crescimento da pobreza e aumento do Estado punitivo (WACQUANT, 2008, p. 93).

A penalização da pobreza que recai sob os escalões mais baixos da estrutura social, que compõem o proletariado inserido no exército de reserva do capital, produto do desemprego estrutural, são as principais vítimas das práticas policiais agressivas e das medidas de encarceramento que compõem um vasto processo de transformação do Estado. Wacquant designa essa modificação da configuração do Estado como “liberal-paternalista”, explica que essa reforma burguesa do Estado: “É liberal no topo, para com o capital e as classes privilegiadas, produzindo aumento da desigualdade social e marginalidade; é paternalista e punitivo na base” (WACQUANT, 2008, p.94).

Na Penalidade Neoliberal, o Estado-Penitência destina-se às camadas mais pauperizadas, pois conforme aponta Wacquant (2008), essa configuração do Estado burguês é designada “(...) para aquele que compõem o subproletariado negro das grandes cidades, as frações sem qualificações profissionais da classe operária, aos que recusam o trabalho mal remunerado e se voltam para a economia informal da rua, cujo carro-chefe é o tráfico de drogas” (WACQUANT, 1999).

A relação entre ideologia econômica neoliberal e punitiva, se dá através da relação entre de hiperencarceramento e política anti-pobres. O governo de insegurança social, une a ‘mão invisível’ do mercado de trabalho desregulado ao ‘punho de ferro’ de um aparato punitivo, onipresente e intrusivo (WACQUANT, 2011, p. 19).

As práticas violentas, higienistas, punitivas e pró-encarceramento fortemente presentes na contemporaneidade brasileira expressam a permanência do pensamento colonial europeu e ganham novas roupagens vinculadas às necessidades de controle e coerção. O aparato legal e institucional do Estado, nessa correlação de forças, age de forma contraditória, ora reproduzindo os interesses necessários à reprodução das relações de dominação através de força impositiva, ora garantindo o consenso necessário à manutenção de uma sociedade de classes e racista.

O Brasil está entre os países com as maiores taxas de encarceramento no mundo. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) a taxa de encarceramento quintuplicou nas últimas décadas, passando de 61 em 1990, para 323,04 em 2020. Ressalta-se que essa elevação atingiu seu ápice em 2019 com a incrível taxa de 359,40 detentos por 100 mil habitantes” (GODOI, 2022, p. 68)

Este assombroso salto da população carcerária colocou o Brasil na terceira posição do ranking mundial de encarceramento, atrás apenas do próprio Estados Unidos e da China, com um total de 759.518 pessoas privadas de liberdade. A indiscutível maioria (71,04%) destas pessoas está cumprindo pena por crimes contra o patrimônio ou relacionados ao porte / tráfico de drogas. Os dados do Infopen também revelam que as prisões brasileiras são caracterizadas, majoritariamente, pela presença de homens (97,01%); negros (66,31%); e de jovens entre 18 e 29 anos (41,91%); que compõem, portanto, o perfil prioritário da atenção penal do Estado (GODOI, 2022, p. 68).

Dados do Levantamento Anual SINASE também revelam que em 2017 havia 143.316 adolescentes no Sistema Socioeducativo (Meio Aberto e Meio Fechado). Entre eles, 40% se autodeclararam de cor parda/preta, enquanto 23% de cor branca, 0,8% de cor amarela e 0,2% da raça indígena, porém, entre o total 36% dos adolescentes e jovens não tiveram a informação registrada¹⁴. Analisando os dados do quadro extraído do levantamento, também se observa crescimento do ingresso de adolescentes e jovens no sistema socioeducativo nos últimos anos:

¹⁴ É importante mencionar a relevância

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	65.249	67.963	67.356	66.843	67.759	117.207
Medidas Socioeducativas em Restrição e Privação de Liberdade	20.532	23.066	24.628	26.868	26.450	26.109
Proporção	3,18	2,95	2,73	2,49	2,56	4,49

Fonte: Levantamento Anual SINASE (2012-2017) e Ministério da Cidadania (2012-2017)

(BRASIL, 2019, p. 133)

Conforme a SDH (Brasil, 2012), o crescimento de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação ou restrição de liberdade durante as últimas duas décadas deve-se, em razão da:

i) à construção de unidades socioeducativas; ii) à tendência de aplicar medidas mais severas do Judiciário, mesmo quando não amparada no ordenamento legal; iii) à exposição da população adolescente a territórios que concentram indicadores de violência; e iv) à expansão do comércio ilícito de drogas (SILVA; OLIVEIRA, 2015, p. 27).

Segundo dados do Mapa do Encarceramento de jovens no Brasil lançado em 2015, aponta-se que, no período de 2005 a 2012, quanto mais aumenta o encarceramento mais ele se concentra entre jovens¹⁵ e negros, segundo dados divulgados negros são presos 1,5 vezes a mais do que brancos. Ainda de acordo com o estudo:

O centro da política criminal é pautado pela punição aos crimes patrimoniais e ligados às drogas ilícitas, seguindo a doutrina de “guerra às drogas”. A punição recai desigualmente sobre negros e brancos, jovens e não jovens (BRASIL, 2015, p. 19)

Analisando os dados das infrações e prisões ligadas ao tráfico de drogas, torna-se importante pontuar o impacto social da criminalização das drogas no país, na obra “Díficeis ganhos fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de

¹⁵ “Constata-se que em 2012 o perfil das vítimas de homicídio foi semelhante ao perfil dos encarcerados. Para cada grupo de 100 mil habitantes jovens acima de 18 anos havia 648 jovens encarcerados, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes não jovens havia 251 encarcerados, ou seja, proporcionalmente o encarceramento de jovens foi 2,5 vezes maior do que o de não jovens em 2012. O que infere a afirmação de que tanto a população prisional como as vítimas de homicídios no Brasil são, predominantemente, jovens.” (Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2015, p. 84)

Janeiro” (2003), Vera Malaguti Batista aponta que a demonização do tráfico de drogas não serviu para coibir o consumo, mas foi funcional para o fortalecimento dos sistemas de controle social e para o aprofundamento do genocídio. Segundo a autora:

O mercado de drogas ilícitas propiciou uma concentração de investimentos no sistema penal, uma concentração dos lucros decorrentes do tráfico e, principalmente, argumentos para uma política permanente de genocídio e violações dos direitos humanos contra as classes sociais vulneráveis: sejam eles jovens negros e pobres das favelas do Rio de Janeiro, sejam camponeses colombianos, sejam imigrantes indesejáveis no Hemisfério Norte (BATISTA, 2006, p.135).

A dita “guerra às drogas” recompõe a ideia de inimigo interno e transforma-se numa caçada na qual se condensam aspectos morais, religiosos, políticos e étnicos, com grande investimento bélico e banalização da morte, sobretudo a de jovens negros/indígenas e pobres (BATISTA, 2003, p.12).

Segundo Wacquant (2011), o surgimento do Estado penal faz parte de uma escolha política intrínseca a um projeto de Estado, forjado na relação entre economia, ideário neoliberal e ideologia punitiva com propósito de estabelecer controle sobre a massa de trabalhadores com a expansão da repressão e militarização da vida. Já as práticas institucionais são engendradas por mecanismos macrosociais de controle, docilização, panoptismo social¹⁶, adestramento e punição legitimados socialmente, uma vez que, a ela são funcionais os aparelhos de hegemonia que constituem os mecanismos de conformação ideológica.

A penalidade neoliberal tão presente na realidade brasileira responde à questão social como questão de polícia, garantindo as classes pauperizadas uma ação afirmativa carcerária, dispondo dos meios de comunicação para legitimar a punição sobre os pobres e manter seu pensamento social punitivo massificado, fortalecendo no senso comum político-midiático e o mito de país da impunidade na terceira nação que mais encarcera no mundo.

(...) Desenvolver o Estado penal para responder as desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho

¹⁶ Loic Wacquant chama de pan-optismo social as ações de vigilância sobre as ditas ‘populações problemáticas’ exercidas pela assistência social, o autor pontua sobre como esta pode ser correspondente a lógica e parte ativa dentro do processo de controle já que detém meios humanos e informações privilegiadas a respeito dos sujeitos. Wacquant pontua que os serviços sociais foram transformados em “extensão do aparelho penal de forma a instaurar um panoptismo social que, sob a justificativa de assegurar o bem-estar das populações deserdadas e esquecidas, acaba por submetê-las (e somente elas) a uma vigilância punitiva cada vez mais precisa e penetrante” (WACQUANT, 2010, p. 207).

assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r)estabelecer uma ditadura sobre os pobres (WACQUANT, 2011, p. 12).

Na relação ato infracional e penalidade neoliberal, torna-se imprescindível falar de ideologia punitiva, pois ao relacionar o ato infracional com a economia capitalista podemos situar de forma mais concreta a seletividade do discurso punitivo e compreender como os monopólios de difusão da ideologia hegemônica, aqui compreendidos como a mídia monopolizada e as instituições, atuam na difusão de discursos de ódio direcionados.

A ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe. Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira (Chauí, 2000), a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia (BARROCO, 2011, p. 208).

O processo ampliado de penalização e punição seletiva e socialmente legitimada não mostra suas raízes bárbaras fincadas no processo de concentração da riqueza e elevação da miserabilidade, que cria uma sociedade de super exaltação do consumo, ao mesmo tempo que restringe o acesso aos bens coletivamente produzidos. Desta forma, torna-se fundamental ao debate considerar a influência do fator econômico e social para a prática de crimes, pois, percebe-se a influência das desigualdades no acesso a renda, profissionalização, trabalho protegido, proteção social e consumo de bens quando se trata da prática delituosa em um país de grandes desigualdades no acesso à riqueza e no qual a prática de infrações relacionam-se sobretudo à crimes contra o patrimônio.

Costa (2005) ao analisar a centralidade do consumo na sociedade, compreende que a criminalidade não pode ser concebida como produto do mal funcionamento, muito menos associada a fatores externos à própria dinâmica social, a prática de infrações relacionadas ao patrimônio/bens é própria de uma sociedade voltada para consumidores onde há o hiato entre os que desejam e os que efetivamente podem satisfazer seus desejos (COSTA, 2005, p. 68).

As estratégias de oposição à penalização dos pobres devem caminhar na perspectiva da ampliação da proteção social e econômica. Devem ser enfrentadas as medidas que tendam a ampliação da rede penal, *reiterando* que o alargamento do encarceramento não rompe com as estruturas e acabam por agravar os problemas que supostamente estariam resolvendo (WACQUANT, 2008, p. 105).

Ao contrário de sua função declarada, isto é, diferente de sua ideologia oficial, o sistema de justiça criminal da sociedade capitalista serve para disciplinar despossuídos, para constrangê-los a aceitar a “moral do trabalho” que lhes é imposta pela posição subalterna na divisão do trabalho e na distribuição da riqueza socialmente produzida. Por isso, o sistema criminal se direciona constantemente às camadas mais frágeis e vulneráveis da população: para mantê-la - o mais dócil possível - nos guetos da marginalidade social ou para contribuir para sua destruição física. Assim fazendo, o sistema sinaliza uma advertência para todos os que estão nos confins da exclusão social (BATISTA, 2003, p.15).

No Brasil, a estratificação étnico racial será fundamental para determinação dos sujeitos alvo particular de violações de direitos humanos eviolências. Segundo Almeida (2018), “a viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade.” Desta forma, “o racismo expressa-se concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica”. (ALMEIDA, 2018, p. 39)

Almeida (2018) problematiza a dimensão da raça no contexto de crise e de alargamento do setor repressivo, sinaliza nesta dinâmica as peculiaridades circunscritas no processo discriminatório fincadas na reprodução sistêmica desenhada pela formação sociopolítica (Idem, p. 155). De acordo com o autor, o discurso neoliberal voltado ao empreendedorismo, ao desmonte das redes de proteção social e a busca por bode expiatório irá naturalizar a figura do inimigo, bandido, e da ameaça à ordem social. São *distrações* que visam conter o “inconformismo social diante do esgarçamento provocado pela gestão neoliberal do capitalismo” (Idem, p. 161). Por fim, neste contexto a reprodução do racismo éa norma:

Como não serão integrados ao mercado, seja como consumidores ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferias e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente - por exemplo, corte nos direitos sociais - pelo Estado. Enfim, no contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de normalidade e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que conflitos tornam-se cada vez mais agudos (ALMEIDA, 2018, p. 162).

O Atlas da Violência vem confirmando a norma dessas relações sociais, de acordo com dados de 2021, a população negra (soma dos pretos e pardos da classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) representou em 2019, 77% das vítimas de homicídio no país, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra.

Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras (IPEA, 2021)

O estudo “Vidas Adolescentes Interrompidas - Um estudo sobre mortes violentas no Rio de Janeiro” (2021), mais de $\frac{1}{3}$ de todos os homicídios de adolescentes resultaram de ações de policiais e outros agentes do estado. Aponta-se também que na capital fluminense a proporção de homicídios de adolescentes por intervenção policial é superior à da população em geral, desses casos, “pretos e pardos somam 79% das ocorrências no estado e quase 82% na cidade do Rio de Janeiro” (RODRIGUES, 2021, p. 15).

A pesquisa de território fez uma análise qualitativa sobre o assassinato de 28 adolescentes ocorridos em 2017 na Zona Norte do Rio de Janeiro, destaca-se o fato de 21 das vítimas serem negras, 1 branca e 3 delas sem informação, a concentração etária é de 17 anos (11 casos) e 22 eram do sexo masculino. A crueldade e absoluta covardia dessas mortes são expostas no estudo, uma vez que, dos 28 adolescentes, 14 foram atingidos pelo menos uma vez pelas costas, quando possivelmente estavam impedidas de oferecer resistência ou de revidar as agressões. “É possível, assim, levantar sobre essas mortes a hipótese de execução, ou de abuso do uso da força, nos casos de mortes por intervenção policial” (RODRIGUES, 2021, p.22).

Outro ponto levantado pelo estudo que expressa a perversidade desses assassinatos é o fato de que dos 23 adolescentes mortos a tiro, 14 sofreram mais de um disparo e oito foram atingidos por três tiros ou mais. Além disso, em 17 casos não houve perícia no local do crime e “em todos os documentos avaliados,

com uma única exceção, os relatos se baseiam exclusivamente na narrativa do policial civil ou militar” (Idem, p. 25)

Até o encerramento da pesquisa, em setembro de 2020, somente dois casos dos 25 resultaram em apresentação de denúncia ao Judiciário, etapa necessária para a punição dos culpados. Quatro casos foram arquivados, 15 estão em andamento, dois estão em segredo de justiça e dois não foram localizados no sistema que monitora o andamento do processo. Três anos depois dessas mortes violentas, portanto, a maioria das famílias das vítimas aguarda uma resposta para estes homicídios (RODRIGUES, 2021, p. 25).

Analizando essa realidade durante a pandemia, Castro (2021) chama atenção para a ação da segurança pública durante o isolamento social, pois, durante a pandemia as populações residentes em favelas não foram poupadas das operações policiais¹⁷. Em 15 de maio de 2020, a operação do Batalhão de Operações Policiais Especiais, o Bope, deixou 12 mortos no Morro do Alemão. Em 18 de maio, o adolescente João Pedro Matos Pinto, de 14 anos, morador do Morro do Salgueiro, no município de São Gonçalo, foi atingido por um tiro de fuzil dentro de casa por policiais que realizam uma operação conjunta da Polícia Federal e da Polícia Civil. No mesmo dia, Iago César dos Reis Gonzaga, de 21 anos, foi morto a tiros durante operação policial em Acari. Segundo familiares, Iago foi torturado com um saco plástico na cabeça e com uma faca. Depois foi enrolado em um lençol e levado para uma viatura da polícia, sendo encontrado horas depois no IML. Em 20 de maio, outro jovem foi morto após uma operação policial do BOPE na Cidade de Deus, Vitor Gomes da Rocha tinha 18 anos de idade (CASTRO, 2021, p. 170). De acordo com o autor, enquanto a orientação erade que as pessoas permanecessem em suas casas para se protegerem do vírus, nas favelas e periferias o risco de vida se manteve. “Ficar em casa é tão ou mais arriscado — mesmo que o vírus não entre em sua residência, as balas de fuzil não respeitam o isolamento” (CASTRO, 2021, p. 176).

O discurso de ódio das camadas conservadoras inflama o mito do adolescente como responsável pela violência e clama por maior rigor nas leis, o punitivismo dirigido aos jovens vitimados pela segurança pública do Estado se materializa na legitimação da morte e na criminalização de jovens pretos e pobres, dessa forma, acusam de impune a faixa etária que mais tem a vida ceifada de forma violenta no país.

¹⁷ Em agosto de 2020, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu em decisão liminar a realização de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia após denúncias de violação aos direitos humanos.

A vulnerabilidade dos jovens às mortes por armas de fogo é maior hoje do que na década de 80. No conjunto da população, o crescimento da mortalidade por armas de fogo foi de 346,5%, já para os jovens foi de 414%. Segundo a estimativa do Mapa da Violência, o Brasil é o país com maior número de homicídios por armas de fogo no mundo e além do grave fato de a população jovem ser a mais vitimada, também há uma forte seleção racial: morrem 133% mais negros do que brancos (SILVA; OLIVEIRA, 2015, p. 12).

Tratando-se especificamente do adolescente autor de ato infracional, a legitimação de sua eliminação com requintes de crueldade é ainda mais brutal, pois é defendida publicamente e de forma explícita. Embora o ECA inaugure novas concepções, olhares e terminologia, a diretriz da situação irregular, o genocídio e a lógica punitiva permanecem fincadas nas práticas sociais, institucionais e judiciais. A concepção do adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional como “menor infrator” permanece intacta e a ditadura sobre os pobres segue fazendo vítimas. De acordo com Roman (2009), há um abismo entre as legislações e a brutalidade do encontro entre um policial e um ‘*adolescente em conflito com a lei*’, no qual se relega à condição de sujeito de direitos, mais do que isso, nega-se também, “o fato de serem sujeitos particulares, com histórias de vida irreprodutíveis, dotados de sentimentos e desejos singulares, colocando em primeiro plano a relação entre entidades ou, se assim podemos dizer, entre instituições sociais” (ROMAN, 2009, p. 97).

O problema se amplia, quando se busca entender o perfil destes bandidos que a polícia não mede esforços para abater. As posturas comuns dos policiais não deixam a dúvida que recai a pretos e pobres o “tipo ideal” do criminoso brasileiro, reverberando os estudos de Barros (2008) sobre a violência policial, onde a seleção do suspeito tem cor, endereço e razão social, confrontando os ensinamentos do pensador racista Cesare Lombroso (1835-1909), tido como um dos principais teóricos da antropologia criminal. Ao observar o perfil geral dos assassinatos cometidos por policiais no Brasil, percebe-se que os policiais do caso supracitado, não agiram de forma deslocada, pelo contrário cumpriu de forma eficiente e eficaz seu trabalho, na medida em que esta postura é a esperada pela polícia, pela burguesia que teme a sublevação popular e por parte considerável de cidadãos e cidadãos que assistiram tamanha atrocidade de forma silenciada, em que pese às autoridades políticas representativas. A postura policial perante a população (estando ou não vinculada ao crime) varia de acordo com a posição de classe, raça e gênero que estão distribuídos os indivíduos no tecido social brasileiro (FAUSTINO, 2012).

O termo ‘menor infrator’ tão utilizado pelas mídias para se referir ao adolescente autor de ato infracional sentenciado antes da audiência, atribui-lhe a chaga da ‘delinquência’, como se trata de uma essência irreparável.

Esse sujeito, visto como transgressor e “menor delinquente” incorrigível, se ajusta a ideia de que é preferível o seu isolamento, de preferência em medida socioeducativa em meio fechado, para ser mais exato, em meio totalmente fechado para extirpar os riscos à segurança dos demais cidadãos de “bem” (BORGES; LOPES, 2016, p 8).

A realidade bárbara vivenciada por adolescentes pobres e negros no Brasil demonstram um cenário extremamente cruel, as altas taxas de execuções, o genocídio em curso, os ‘desaparecimentos’, as torturas, a inércia da sociedade e do Estado frente a essa conjuntura revelam a banalidade do mal, da brutalidade e o quão enraizada está a legitimação da violência sob essas vidas tidas pelo sistema capitalista e pela lógica colonial escravagista como “de menor” importância. A contradição entre as normas legais e o que se vivencia na prática pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa relaciona-se a trajetória histórica das ações voltadas à infância e adolescência tratadas no capítulo anterior, assim como, com a formação social brasileira e ao modo como o Estado trata as questões sociais agudizadas por uma sociedade que reproduz desigualdades e se fundamenta nas mais diversas formas de violência.

A incitação punitivista, o racismo e a seletividade penal no sistema capitalista dão continuidade ao processo de genocídio da população negra nas execuções sumárias, nas superlotações do sistema prisional, no silêncio sobre o feminicídio das mulheres negras, entre outros aspectos explícitos ou velados, que evidenciam as expressões do racismo de forma estruturante nas relações sociais no país. Deste modo, deve-se ater a consequências brutais do racismo estrutural e ao modo como ele permeia as relações sociais e institucionais, pois, como buscou-se demonstrar a partir dos dados utilizados, há explícitas desigualdades raciais no país e essa reflexão é essencial para a análise das políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens negros inseridos no sistema socioeducativo porque este é o contexto social que perpassa suas vidas, estão eles submetidos as violência estruturais, ao racismo, a criminalização e comumente são a eles direcionados discursos que visam intensificar ainda mais a punição, quando não a defesa explícita de sua total aniquilação com requintes de crueldade.

Por fim, cabe destacar que não se pretende nenhuma análise fatalista, pois há de fato significativas conquistas sociais nas últimas décadas, a análise exposta não se prende ao texto da lei de forma pragmática, mas busca relacionar os aspectos legais à realidade contemporânea considerando a trajetória cultural das

ações voltadas aos adolescentes aos quais se atribuem autoria de ato infracional com as transformações no plano econômico e social, uma vez que, estas questões estão intrinsecamente conectadas. A sociedade do capital ditou historicamente o futuro dos trabalhadores e seus filhos e continua a determinar a condição de subsistência e sua possibilidade de existência da juventude, desta forma, torna-se fundamental compreender a sua dinâmica capital e relacioná-la desnaturalizando e desmistificando algumas questões que perpassam a vida deste grupo etário.

Capítulo 3 – Pandemia e as medidas socioeducativas em meio aberto em Niterói/RJ

O capítulo a seguir se debruçará sobre a análise do período de pandemia no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Niterói. Sendo assim, a discussão é introduzida com a apresentação do contexto de pandemia no Brasil, trazendo importantes apontamentos para compreensão da situação enfrentada pela sociedade como um todo, mas principalmente traz elementos para análise da situação dos adolescentes em cumprimento de MSE e para a condição que estiveram os trabalhadores da Política de Assistência do município de Niterói em um cenário de tensão política nacional, crise econômica devastadora e pandemia mundial.

Aprofundando o objeto da pesquisa, este capítulo irá apresentar a dinâmica da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária de Niterói (SMASES), serão discutidas as questões que permearam o trabalho dos profissionais que estiveram na linha de frente dos equipamentos que compõem o SUAS de Niterói. Assim, o capítulo se centrará para análise do conteúdo obtido através das entrevistas realizadas com os técnicos socioeducativos num movimento analítico que busca retomar as reflexões que se antecederam, articulando a análise teórica da dimensão interventiva sinalizando os novos e velhos desafios do trabalho na socioeducação.

O capítulo também busca retomar algumas discussões lançadas ao longo do trabalho e realiza análise crítica as condições de vida dos adolescentes atendidos no CREAS de Niterói realizando interpretação atenta das contradições e arbitrariedades encontradas nas ações do Estado apreendidas sob uma perspectiva histórico-dialético atenta à luta de classes e ao genocídio negro/índigena em voga desde a colonização. Sob a perspectiva dos interesses da classe que sobrevive do trabalho, a pesquisa também traz considerações sobre os desafios encontrados pelos profissionais SMASES na sua condição de trabalhador assalariado e cuja as respostas profissionais não se desvinculam das condições objetivas que atravessam a concretização dos resultados projetados no seu fazer profissional. Por fim, o capítulo irá trazer importantes elementos encontrados durante a entrevista que se articulam ao percurso teórico até aqui construído.

3.1. A Pandemia da COVID-19 no Brasil.

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou formalmente a situação de pandemia mundial, e a conjuntura pandêmica agudizou as expressões da questão social e em escala mundial as lideranças políticas das nações se voltaram para a construção de ações visando mitigar os impactos sanitários, sociais e econômicos.

O Ministério da Saúde no Brasil descreve a Covid-19 da seguinte forma:

A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos (BRASIL, 2021).

No Brasil, o início da gestão da pandemia seguiu traços negacionistas sob o governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022), desencadeou-se um cenário de conflitos e tensões no que tange às medidas de controle da pandemia, as ações do presidente caminharam no sentido de sabotar as ações de contenção desenvolvidas pelo seu próprio Ministério da Saúde. Para Calil, a atuação do governo Jair Bolsonaro durante a pandemia foi orientada pela perspectiva da imunização coletiva a partir do estímulo da intensificação da contaminação (CALIL, 2020, p. 31). Ao analisar o período pandêmico em andamento, o autor desenvolveu um quadro comparativo entre os pronunciamentos de Bolsonaro que minimizavam a pandemia e os dados sobre os efeitos da COVID-19 no ano de 2020 que explicitam a trágica situação do Brasil diante da negligência do presidente.

Declaração	Data	Número de casos na data	Número de óbitos na data
"O que está errado é a histeria, como se fosse o fim do mundo. Uma nação como o Brasil só estará livre quando certo número de pessoas for infectado e criar anticorpos"	17/3	346	1
"Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, tá o.k.?"	20/3	957	11
"O povo foi enganado esse tempo todo sobre o vírus"	26/3	2.902	77
"Se o vírus pegar em mim, não vou sentir quase nada"	30/3	4.630	163
"Está começando a ir embora essa questão do vírus"	12/4	22.192	1.223
"Eu não sou coveiro, tá certo?"	20/4	40.743	2.587
"E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre"	28/4	72.899	5.063

(Fonte: Calil, 2020, p. 41.)

Segundo Lole et al. (2020), no Brasil, além dos desafios relativos à propagação do vírus Sars-CoV-2, do manejo da doença e das tarefas necessárias às autoridades de saúde, ainda se lidava com a "agenda reacionária e a irresponsabilidade política do presidente Bolsonaro". Segundo os autores, constituiu-se no cenário político nacional um forte clima de incertezas, crises, ameaças, de "inépcia inacreditável" em relação ao combate da pandemia e descaso com o grande número de mortes (LOLE et al., 2020, p. 8).

A crise sanitária e econômica demandou a ampliação das ações do Estado através das políticas sociais, o que na realidade brasileira ocorreu de maneira lenta e insuficiente diante das necessidades impostas pela pandemia. Graça Druck (2020) sinaliza que no cenário internacional as ações dos governos frente à pandemia se opuseram ao que antes realizavam sob intervencionismo neoliberal. No caso brasileiro caminhou-se na contramão do que defendiam os economistas das mais variadas vertentes teóricas e ideológicas, que afirmavam que diante da gravidade da crise sanitária tornava-se necessária uma intervenção mais profunda por parte do Estado, com a aplicação de políticas públicas, investimentos e implementação de programas de renda básica universal. Segundo a autora, o governo brasileiro adotou de forma dogmática os trilhos neoliberais na condução das ações voltadas à pandemia.

[...] Além da natureza mais geral do Estado capitalista como um estado de classe, as ações e políticas do executivo, apoiadas pela maioria do legislativo, evidenciam não só essa natureza, como reafirmam os "trilhos neoliberais" defendido pela agenda de reformas pautada num permanente "ajuste fiscal", que transfere recursos públicos para os rentistas e defende corte de salários dos funcionários públicos e o congelamento de salários, carreira e concursos (DRUCK. p. 21, 2020).

Para Druck (2020), o governo brasileiro diante de um cenário de crise com potencial devastador maior que a crise de 1929, optou pelo fundamentalismo neoliberal agindo de forma ortodoxa. Representado por Paulo Guedes no Ministério da Economia, agia-se no sentido de acelerar as contrarreformas que atravessam tanto o trabalho no setor público quanto no setor privado. A realidade do trabalho no Brasil antes da pandemia já demonstrava grande precariedade e foi amplificada durante a crise sanitária.

No segundo semestre de 2021, o país ultrapassou a faixa de 500 mil mortes por COVID-19 em meio ao negacionismo do presidente Bolsonaro, cuja atuação trágica foi alvo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid¹⁸ que apontou escândalos de corrupção e denúncias de descaso na aquisição de vacinas. Neste contexto medonho, revelaram-se indicadores de ampliação da precarização do mercado de trabalho, milhares de postos de emprego fechados, crescimento da taxa de trabalhadores na informalidade, aviltamento do trabalho e medidas insuficientes de proteção social.

No período, a narrativa política invertia e mascarava o verdadeiro perigo mortal, pois, sob uma suposta preocupação com o meio de subsistência das famílias da classe trabalhadora, Bolsonaro incentivava o desrespeito às normas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial da Saúde, minimizando a gravidade da COVID-19, não utilizando máscara de proteção e provocando aglomeração durante os seus passeios em pleno auge da pandemia.

Neste sentido, Botão e Nunes (2020) chamam atenção para o equívoco intencional e a fragmentação da realidade presente no discurso que proclama uma suposta oposição entre o "social" e a "economia", tal ponto foi amplamente levantado por Jair Bolsonaro como justificativa de oposição às medidas de isolamento social, em seu discurso, o presidente dizia-se preocupado com a sobrevivência econômica das famílias brasileiras. Segundo as autoras, essa falácia é utilizada para garantia da "expansão capitalista, para a manutenção, ampliação e omissão da extração de mais valor da força de trabalho humana" (BOTÃO,

¹⁸ Em abril de 2021, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso determinou a instauração de uma CPI para investigar a atuação do governo federal no enfrentamento à pandemia. A investigação durou seis meses e contou com a participação de onze senadores federais, entre aliados do governo e oposição. O relatório final foi apresentado em 20 de outubro de 2021, com um total de 1.288 páginas, atribuindo mais de 20 crimes aos 66 indiciados, entre eles o presidente da república, ministros, deputados federais, profissionais da saúde e empresários. O relatório completo pode ser consultado em: [Relatório da CPI da Pandemia - Atividade Legislativa - Senado Federal](#)

NUNES, 2020, p. 251). A estratégia de propagação ideológica dessa suposta oposição “atende aos interesses de sujeitos sociais defensores do projeto neoliberal, conservador, com posições de cunho neofascista” (BOTÃO, NUNES, 2020, p. 252).

Demier (2020) demarca o evidente caráter de classe desta tragédia, uma vez que, a pandemia explicitou brutalmente as desigualdades sociais do país, a classe social demarcou a possibilidade de maior proteção diante do vírus, os trabalhadores pauperizados foram mais expostos diante da ausência de garantia imediata de suas necessidades básicas e da precariedade das condições de vida que antecederam a pandemia.

Os trabalhadores mais empobrecidos, por sua vez, com menos acesso à saúde, habitando lugares degradados e dormindo em moradias apinhadas e sem higiene adequada, tornam-se ainda mais vulneráveis nesta pandemia, e é certamente entre eles que o vírus terá maior proliferação e levará a mais mortes. Não obstante essas inúmeras particularidades no interior da classe trabalhadora, marcada por sua heterogeneidade e complexidade, ela é um sujeito social universal, posto que estruturado por oposição ao capital na vida material e constituído subjetivamente por experiências comuns de luta contra ele. E é esta classe, como um todo, a maior vítima potencial desta pandemia que começa a grassar no Brasil, favorecida pelas posturas ultraneoliberais e neofascistas do governo Bolsonaro (DEMIER, 2020, p. 73).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da PUC-Rio, divulgou resultado da pesquisa que demonstra o impacto das desigualdades nos índices de mortalidade e recuperação da COVID. Aponta-se que as “desigualdades no acesso ao tratamento confirmam que as chances de morte de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (19,6%)¹⁹” (CTC, 2020). Além disso, dados recentes divulgados pela mídia expõe maior incidência de mortalidade materna por COVID-19 entre as mulheres negras²⁰

A população negra, que já vivia em situação de exclusão com falta de recursos básicos para sobrevivência, com piores condições econômicas, pior qualidade de vida e precário acesso aos atendimentos de saúde, foi empurrada ainda mais à margem da sociedade, o que nos obriga a afirmar: a pandemia de Covid-19 tem cor (ABRASCO, 2020).

¹⁹<https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>

²⁰Ver: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2021/10/27/dia-pela-saude-da-populacao-negra-veja-dados-que-mostram-impacto-da-pandemia-entre-pretos-e-pardos.ghtml>

A pandemia revela a face mais cruel da estrutura oligárquica, racista e classista do Brasil, tornando a COVID-19 ainda mais brutal, sobretudo com os mais pobres (FRESU, 2020, p. 51). Segundo dados divulgados pelo IBGE (2020), as profissões mais precarizadas e com menores rendimentos foram as que estiveram mais vulneráveis durante a pandemia por representarem um maior número de internações e óbitos por Covid-19. Entre as ocupações mais atingidas estão:

(...) faxineiras (os) e auxiliares de limpeza (62%); aposentados (as) (30%); empregadas domésticas (6,5%); diaristas e cozinheiras (6,5%); técnicos e profissionais de saúde de nível médio (0,3%); vendedores (as) (0,3%); caminhoneiros (0,3%); entregadores de mercadorias (0,3%); auxiliares de produção (0,3%); e outros (0,3%) (ABRASCO, 2022).

Outro dado triste é o de desemprego no país que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) bateu o recorde com 14 milhões de desempregados, chegando a 14,4% das pessoas economicamente ativas no primeiro trimestre de 2021. Os dados apontam também para as desigualdades de raça e gênero na taxa de desocupação. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):

O percentual foi de 11,9% entre os homens e 16,4% entre as mulheres. Já entre as pessoas pretas, a taxa foi de 17,2%, enquanto a dos pardos foi de 15,8%, ambas acima da média nacional (13,9%). Já a taxa dos brancos (11,5%) ficou abaixo da média (PNAD, 2020).

Esses dados contrastam com o aumento da fortuna dos mais ricos durante a pandemia, a intensificada concentração da riqueza no país, segundo divulgado a fatia de 1% da população mais rica do Brasil detém quase metade da riqueza nacional (49,6%)²¹ (UOL, 2021). O estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP, estima que 61,1 milhões de pessoas se encontram em situação de pobreza em 2021, já considerando o Auxílio Emergencial. Aponta-se no estudo para a insuficiência no valor das novas parcelas do auxílio emergencial em 2021, levando em conta as necessidades da população mais vulnerável e alta da inflação em um cenário de crise sanitária e econômica.

A pesquisa calcula que, sem auxílio emergencial, a taxa de pobreza no Brasil em 2021 iria de 28,9% (já com auxílio) para 31,4%. Já a taxa de extrema pobreza iria de 9,1% a 10,7%. Ou seja, a manutenção do auxílio até o fim da crise sanitária evitaria que a pobreza e extrema

²¹ O Relatório da Oxfam divulgado em 2016 já apontava que a riqueza acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial equivalia à riqueza dos 99% restantes. ver: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn

pobreza, que já estão em patamares altos, escalassem ainda mais (NEXO, 2021).

No que corresponde à segurança alimentar no Brasil é importante destacar que em um ano de pandemia houve aumento de 15% no preço dos alimentos. Conforme pesquisa do IBGE, “as maiores altas ocorreram em cereais, leguminosas e oleaginosas (57,83%), óleos e gorduras (55,98%), tubérculos, raízes e legumes (31,62%), carnes (29,51%) e frutas 27,09%” (FOLHA, 2021).

De acordo com os dados divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), a fome atinge 19 milhões de pessoas no país e 116 milhões de pessoas convivem com algum grau de insegurança alimentar no período entre outubro e dezembro de 2020. Aponta-se para o crescimento acelerado da fome no país, pois entre os anos de 2018 e 2020 houve um crescimento de 27,6%. A pesquisa afirma que a garantido direito humano à alimentação adequada foi gravemente impactada na pandemia do Coronavírus.

Outro dado que se relaciona ao desemprego, aumento da extrema pobreza e da fome durante a pandemia são as estatísticas sobre o crescimento do quantitativo de pessoas em situação de rua. Conforme dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), 222 mil pessoas encontram-se em situação de rua no país, o que representa um aumento de 140% entre 2012 e março de 2020.

Neste contexto marcado pelo desemprego de milhares de brasileiros, o Ministério da Cidadania cortou 158 mil²² famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família²³ e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)²⁴ esteve sob ameaça de congelamento. Enquanto isso, uma parcela significativa do orçamento público tem sido captada pelo pagamento de juros e amortizações da dívida pública, só em 2019 foram destinados 38,3% para dívida pública (R\$ 1,08 trilhão de reais) e em contrapartida, “as áreas sociais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social e as transferências para estados e municípios somaram 21,9% do

²²ver:<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-corta-bolsa-familia-de-158-mil-familias-em-meio-a-crise-do-coronavirus/>

²³ O Programa Bolsa Família (PBF) foi um programa de transferência de renda do Governo Federal, instituído em 2003 no primeiro ano do Governo Lula, com o objetivo de contribuir para a superação da pobreza pela transferência direta de renda às famílias e acesso a serviços públicos por meio das condicionalidades. O Programa foi extinto em 2021 com o surgimento do Auxílio Brasil.

²⁴ O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

total gasto pelo governo, conforme dados da Auditoria Cidadã da Dívida” (DRUCK, 2020, p. 11). Cabe salientar que a dívida pública jamais foi auditada, comprometendo os investimentos em políticas sociais por anos, onerando principalmente os interesses daqueles que vivem do trabalho em privilégio dos rentistas, banqueiros e o capital financeiro.

Diante do quadro desolador de mortes e colapso dos sistemas de saúde em diversos estados brasileiros, as ações emergenciais adotadas para socorrer os mais vulneráveis permaneceu escassa diante do aumento da pobreza, havendo grande disparidade na distribuição de recursos com o favorecimento do capital financeiro e priorização da agenda de reformas pautadas no ajuste fiscal. Segundo Druck (2020):

[...] O total de recursos disponibilizados para enfrentar a pandemia até junho de 2020 era de 349,16 bilhões de reais, destinados aos mais vulneráveis e a empresas de pequeno e médio porte. Enquanto isso, o governo, através de um conjunto de medidas do Banco Central em abril de 2020, decidiu injetar recursos no sistema financeiro, cujo montante disponibilizado para os bancos chegou a 1,216 trilhão de reais, o que corresponde a 16,7% PIB. Uma política que escancara o desigual tratamento das classes sociais, beneficiando de forma escandalosamente desigual os banqueiros em detrimento da maioria da sociedade (DRUCK, p. 21, 2020).

As medidas aprovadas pelo governo federal durante a pandemia penalizaram os trabalhadores e aprofundaram a tragédia neoliberal no país, privilegiando o ajuste fiscal em detrimento de vidas, uma política que utilizou de chantagem como moeda de troca para a liberação de verba de custeio, alimentando uma falsa dicotomia entre vidas e economia, aprofundando a crise sanitária e penalizando ainda mais os trabalhadores. De acordo com Druck (2020), essas ameaças ocorreram:

Através da redução de salários e jornada, permitindo a demissão em massa, impondo a negociação individual, neutralizando os sindicatos, congelando salários, carreira e concursos públicos, ampliando as formas precárias e temporárias de contratação no serviço público, iniciando uma “reforma administrativa” do estado justificada pelo caráter emergencial da pandemia” (DRUCK, 2020, p. 21).

A disputa pelo fundo público é uma das questões centrais no debate sobre a atuação do governo durante a pandemia, a tensão política em torno da direção do recurso público se faz presente diante da apropriação privada da riqueza que é socialmente produzida pelo conjunto dos trabalhadores brasileiros, demonstrando que o grande capital impõe seus interesses de reprodução mesmo em um contexto

de grande aviltamento do trabalho e precarização das condições de vida de milhares de famílias brasileiras.

O fundo público sofre pressões e funciona como elemento fundamental para a reprodução do capital e também para reprodução da força de trabalho, ou seja, existe uma tensão desigual pela repartição do financiamento público. Dessa forma, o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes em que a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação do mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública (BEHRING, BOSCHETTI, 2006. p 174).

O fundo público que concentra a riqueza produzida pelos trabalhadores e trabalhadoras é apropriado conforme interesses daqueles que detêm o poder econômico e político, o que prejudica o financiamento das políticas públicas brasileiras e deixa explícito o caráter de classe do Estado burguês e seu compromisso em gerir conforme os interesses do grande capital. Dessa forma, o trabalhador é expropriado do fruto de seu trabalho, do controle da produção, dos seus direitos, bens coletivos, enfim, de sua própria vida. Brettas (2020), sinaliza que a atuação do Estado no campo dos investimentos em políticas sociais tem se pautado pelo ajuste fiscal permanente, o que compromete drasticamente os direitos sociais e se articula ao estímulo pela satisfação das necessidades via mercado.

A disputa pelo fundo público reproduz as disputas presentes nas bases do modo produção capitalista, perpassa a reprodução das classes sociais e os seus interesses antagônicos. Boschetti e Behring (2021), reforçam a ideia de que durante o período de crise sanitária o compromisso com o mercado financeiro permaneceu intacto, uma vez que,

As tímidas, reticentes e retardatárias medidas federais seguiram a mesma política ultraneoliberal já em curso: poucos recursos para a saúde e para o auxílio emergencial e trilhões para bancos e empresários, conforme aprovado no chamado “orçamento de guerra” (EC nº 106/2020), que instituiu o “regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da pandemia” (BOSCHETTI, BEHRING, 2021, p 77).

Dessa forma, a ação governamental durante o período de pandemia expressou o caráter de classe presente na distribuição dos recursos públicos, pois, a forma como se privilegiou o setor econômico, demonstra com afinco o desprezo pelos interesses da maior parte da população que é formada por aqueles que só possuem o trabalho como meio de satisfação das necessidades e reprodução da

vida. O contexto pandêmico evidencia que mesmo em uma situação limite em escala global, em um cenário catastrófico de uma crise sanitária mortal, os interesses econômicos de uma minoria sobressaem largamente aos interesses coletivos, mesmo que isso signifique prejuízos à saúde, a fome de milhares de famílias e a morte de mais de 600 mil brasileiros.

Por fim, cabe endossar o que apontam Raichelis e Arregui (2020) sobre a crise da economia e as novas configurações assumidas no contexto de pandemia:

Como já anunciado, a pandemia do novo coronavírus não é responsável pela emergência da crise contemporânea, mas certamente exacerbou os traços mais perversos de uma crise social de grandes proporções, tornando mais tangíveis e mais visíveis processos que já estavam em desenvolvimento. A ideia central de nosso argumento é que a crise sanitária desnudou a forma pela qual o capitalismo vinha respondendo às suas crises há cerca de quatro décadas, desde os anos 1970, como estratégia do capital para reverter a queda tendencial das taxas de lucro, em um movimento estrutural de superprodução e subconsumo. (RAICHELIS, ARREGUI, 2020, p. 139)

A compreensão da crise recente possibilita compreender como a dinâmica de crise econômica se desdobrou durante a pandemia, pois não se tratou de uma nova crise, mas dos desdobramentos de uma emergência sanitária com fortes impactos no setor econômico e que aprofunda a barbárie da sociedade capitalista. A análise da sociedade capitalista na atualidade expressa a impiedosa lógica do lucro, da exploração e da barbárie generalizada, pois o crescimento do capital se faz às custas do uso político da violência, da deterioração da vida social, da destruição da natureza, da ameaça aos povos originários e coloca em risco a própria humanidade em razão das consequências catastróficas.

3.2.

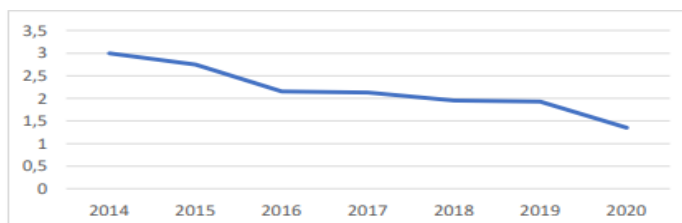
Pandemia e o SUAS na Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES) de Niterói/RJ

O contexto político brasileiro desde a notificação dos primeiros casos da Covid-19 permaneceu bastante tenso com relação aos rumos da pandemia, o número de infectados e mortos no país multiplicava e aumentava o quantitativo de trabalhadores desempregados, famílias em situação de miserabilidade e a demanda por proteção social.

Nestas circunstâncias o trabalho na Política de Assistência Social²⁵ foi amplamente desafiado pela ampliação da questão social e pela intensificação da precarização no mundo do trabalho. Em tempos de extrema necessidade sanitária de isolamento social os equipamentos da rede socioassistencial lidavam com filas por atendimento em razão da grande procura pelo Auxílio Emergencial, por inscrição no Cadastro Único e outros benefícios eventuais, uma vez que a população usuária se viu desesperada diante da nova realidade social. Adensaram-se neste cenário as dificuldades para acessar aos direitos de proteção social, pois, refletiu diretamente na política de assistência social, o aumento das situações de violência, da extrema pobreza e os entraves para articulação entre as demais políticas ganharam novos contornos.

No contexto nacional, destaca-se que a conjuntura de anos de diminuição do repasse de verbas destinada ao SUAS e o aumento da demanda de trabalho no contexto pandêmico intensificou a precarização das condições de trabalho na Política de Assistência Social. Em consequência da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (EC 95/2016), houve considerável redução no repasse de verbas nos últimos anos conforme demonstra o gráfico abaixo.

O gráfico demonstra a despesa inicial para Assistência Social de 2014 a 2020 (valores em R\$ bilhões).



Fonte: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>

A Coalizão Direitos Valem Mais, composta por mais de 200 entidades e organizações, apresentou um estudo ao Supremo Tribunal Federal (STF) analisando os impactos da EC nº. 95/2016 para o enfrentamento da COVID-19 e no cenário pós-pandemia²⁶. O estudo ressalta que o valor repassado nos últimos anos dificulta a manutenção adequada de cerca de 17 mil serviços socioassistenciais ofertados nos equipamentos da rede SUAS e prejudica

²⁵ No período foram publicadas as portarias nº 54, de 1º de abril de 2020 e a nº 100, de 14 de julho de 2020, que trazem recomendações para o desenvolvimento do trabalho na política de assistência social durante a pandemia.

²⁶ https://direitosvalemmais.org.br/wp-content/uploads/2020/05/DOCUMENTO_STF_Maio_2020.pdf

diretamente o atendimento de mais de 25 milhões de usuários da Política de Assistência Social. Ressalta-se que o desfinanciamento do SUAS afeta a qualidade dos serviços ofertados em razão da redução do quadro de trabalhadores, corte dos benefícios eventuais e de despesas necessárias ao trabalho, por consequência, acentua-se o sucateamento dos serviços públicos e precariza ainda mais a condição de trabalho dentro desses equipamentos.

A Política de Assistência Social ganhou destaque no cenário nacional, se antes desconhecido por algumas parcelas da população, o Sistema Único Assistência Social durante a pandemia foi de fundamental relevância diante de conjuntura marcada pela ampliação das vulnerabilidades sociais²⁷ e pelo aumento da procura pelos equipamentos da Assistência Social em busca de acessos aos programas de transferência de renda e benefícios eventuais.

Neste período, o município de Niterói situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ganhou destaque nacionalmente no enfrentamento à pandemia, a cidade com população estimada em 516.981 habitantes (IBGE, 2021), quinta cidade mais populosa do Estado do Rio de Janeiro, dividida em 48 bairros, agrupados em cinco regiões de planejamento: Praias da Baía, Norte, Oceânica, Pendotiba e Leste (DELGADO, 2021, p. 126). O município que é um dos principais centros financeiros do Estado, com alto desempenho econômico, realizou um conjunto de ações estratégicas voltadas à proteção e promoção à saúde da população durante a pandemia²⁸, sendo considerada como cidade modelo no combate à pandemia.

O município adotou um modelo de gestão que foi fundamental para mitigar as consequências do período pandêmico, mas que obviamente seriam insuficientes para acabar com todas as mazelas ocasionadas pela conjuntura pandêmica, em razão de sua complexidade e da totalidade de questões envolvidas

²⁷ A população que lotou os equipamentos da rede socioassistencial estava em busca de orientações sociais sobre as mais variadas questões, uma vez que enfrentava fortes dificuldades em ser atendido ou receber orientações em outras instituições, como a Defensoria Pública, TRE, Detran, Receita Federal e Cartórios que se mantiveram com o atendimento realizado de forma remota. As demandas apresentadas sinalizavam a deterioração das condições de vida e violações de direitos na pandemia evidenciando os impactos da pandemia na vida social. Embora algumas demandas levadas aos equipamentos socioassistenciais não correspondessem diretamente ao campo de intervenção da política de assistência social, a procura por parte da população demonstrava a legitimidade e o reconhecimento social do trabalho desenvolvido nos equipamentos da rede socioassistencial, tidos como referência nos territórios no trato de situações sociais complexas.

²⁸ Linha do tempo das ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Niterói durante a pandemia: <http://www.niteroi.rj.gov.br/linha-do-tempo/>

na luta contra a propagação do vírus e que se configurava um desafio ao redor do planeta. A cidade de Niterói teve um total de 89.884 casos confirmados, ficou em 28º entre as cidades mais afetadas pela COVID-19 no Brasil, com 3.064 mortes e uma taxa de letalidade de 3,41% (média nacional 1,70%) (G1, 2022).

Em março de 2020, através do decreto municipal nº. 13.505/2020, criou-se o Gabinete de Crise para centralizar a tomada de decisões, integrar e alinhar as iniciativas do Município na prevenção e assistência à população em relação à disseminação do vírus COVID-19 na cidade. Em Niterói, no sentido de garantir a proteção à saúde de servidores municipais e usuários dos serviços SUAS foram adotados pelos equipamentos da SMASES as orientações da Nota Técnica nº. 01/2020 elaborada pela própria secretaria.

Entre as ações realizadas na cidade, merecem destaque: a contratação emergencial de 456 profissionais da saúde, o lockdown rigoroso com o fechamento das fronteiras com outros municípios, a fiscalização dos acessos à cidade na ponte Rio-Niterói e nas estações das barcas; distribuição massiva de máscaras de proteção contra Covid-19; ampliação das vagas em abrigos para a população em situação de rua e também aumento da distribuição de alimentação para esta população; implemento do Renda Básica Temporária²⁹; mais de 32 mil cestas básicas distribuídas e auxílio aos trabalhadores autônomos, contemplando 6.735 MEIs e 2.104 taxistas.

(..) A cidade tornou-se notícia ao anunciar o primeiro hospital exclusivo para tratamento da Covid-19 no país e, de acordo com a prefeitura de Niterói, em notícia de 17 de setembro de 2021, a cidade ultrapassa 70% da população adulta com esquema vacinal completo. Outrossim, dados do IBGE do ano de 2009 apontam que a cidade conta com 87 estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo 1.114 leitos para internação públicos, e 1.186 leitos privados, totalizando 2.300 leitos para internação (OLIVEIRA, 2021, p. 49).

Delgado (2021), ao analisar a implementação do Programa Renda Básica Temporária, reafirma a importância da base de dados do Cadastro Único enquanto instrumento para operacionalização do programa executado em Niterói, o que evidencia a importância de investir no aprimoramento da rede SUAS e demonstra

²⁹ Em 31 de março de 2020, por meio da Lei Municipal 3.480/2020, foi criado em âmbito municipal o benefício eventual de grande relevância para a Assistência Social local, o programa municipal de transferência de renda denominado Programa Rede Básica Temporária. O programa garante um auxílio mensal, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), até dezembro de 2020, às famílias incluídas no CadÚnico por Niterói por meio de cartão de débito vinculado ao CPF do Responsável Familiar declarado no cadastro (DELGADO, 2021, p. 131).

a relevância do trabalho executado no âmbito da rede socioassistencial para o sucesso das ações realizadas na cidade.

O planejamento adotado ampliou a proteção social, possibilitou a expansão dos benefícios e ações protetivas na esfera do governo municipal, envolvendo uma gama de trabalhadores que estavam na linha de frente no atendimento à população. Os profissionais do Sistema Único de Assistência Social estiveram na linha de frente enquanto trabalhadores de serviços essenciais³⁰, diretamente em contato com a população afetada pelo aumento do pauperismo.

Em Niterói, o SUAS possui a seguinte composição:

No que se relaciona à Proteção Social Básica, os equipamentos que compõem o SUAS em Niterói são: 10 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), distribuídos nos bairros do Badu, Barreto, Cafubá, Centro, Cubango, Jurujuba, Morro do céu, Preventório, Santa Bárbara e Vila Ipiranga, e 1 Centro de Convivência Intergeracional, em Santa Rosa.

Quanto à Proteção Social Especial de Média Complexidade, tem-se 2 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 1 no Largo da Batalha e 1 no centro da cidade; 1 Centro de Referência Especializado para a população em situação de rua (Centro Pop), no centro da cidade; 1 equipamento direcionado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no centro da cidade; 1 equipamento direcionado à Abordagem Social, no centro. Quanto à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, tem-se 1 equipamento direcionado ao Programa Família Acolhedora e 5 unidades de acolhimento. Quanto aos Conselhos Tutelares, a cidade conta com 3: 1, no centro, e no Largo da Batalha e 1 no Fonseca. Há, ainda, equipamentos de gestão compostos pela Subsecretaria e Planejamento, Orçamento e Administração; Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional; Subsecretaria de Assistência Social; Gestão do SUAS; Vigilância Socioassistencial; Coordenação de Gestão do Trabalho (OLIVEIRA, 2021, p. 49).

Segundo o Relatório da Vigilância Socioassistencial de Niterói divulgado em 2022, havia um total de 9.068 pessoas em situação de extrema pobreza no município em 2021. Os 10 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade, que são a principal porta de entrada do SUAS e compõem a proteção social básica, tiveram uma grande ampliação do número de atendimentos, no 1º semestre de 2021 registrava-se um total de 17.116 atendimentos particularizados nos CRAS do município, no 2º. semestre foram 23.253 e no 1º. semestre de 2022 estimava-se um total 31.007. O documento cita o crescimento da demanda de acompanhamento de famílias em situação de extrema miséria no Programa

³⁰De acordo com a classificação do decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, a “Assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade” foi considerada serviço essencial durante a pandemia da COVID-19, portanto, não poderia ser paralisada por medidas como a quarentena.

Atendimento Integral à Famílias e Indivíduos dos CRAS. O Relatório da Vigilância Socioassistencial também menciona que no 2º. semestre de 2020 foram realizados 1.147 atendimentos nos dois CREAS da cidade (NITERÓI, 2022, p. 9).

Dentro deste contexto, para atendimento à demanda crescente foi realizada contratação emergencial de trabalhadores para compor a rede SUAS³¹ e garantido “o afastamento preventivo dos profissionais efetivos e contratados que compunham o grupo de risco, de acordo com as orientações das autoridades em saúde” (DELGADO, 2021, p. 127). Além disso, na perspectiva de garantir a proteção destes profissionais e a continuidade do trabalho no SUAS, foi viabilizado transporte para os trabalhadores e flexibilizada as escalas de trabalho estabelecendo um modelo híbrido (presencial e remoto). Pelos trabalhadores da SMASES participantes da pesquisa foram mencionados alguns pontos relevantes quanto aos protocolos de saúde adotados durante a pandemia:

Entrevistado C: “(...) Para os que trabalhavam presencialmente, tinha álcool em gel, máscara de proteção de pano, face shield, orientação para vacinação, orientação para atendimento com circulação de ar e obrigatoriedade de uso da máscara (...)”.

Entrevistado D: “Disponibilizaram máscara, álcool gel e as salas de atendimento foram preparadas para evitar o contato direto com os usuários através de placas.”

Embora sejam apontadas importantes iniciativas e protocolos sanitários, o relato dos profissionais também evidenciam que as medidas de cuidados sanitários foram insuficientes e, por vezes, as dificuldades encontrados expunham os problemas já bastante conhecidos e vivenciados cotidianamente nos equipamentos públicos em razão da ausência da manutenção das instalações e adequação a estrutura necessária para comportar as necessidades dos equipamentos da política de assistência social, tais como, salas de atendimento com circulação de ar e/ou ventilação e que preservem o sigilo profissional, equipamentos e recursos tecnológicos compatíveis com o trabalho exigido (smartphones para consultas em aplicativo, aparelho de telefone fixo suficientes para a demanda dos profissionais,

³¹ O edital publicado em 24 de março de 2020 previa a contratação imediata de 40 assistentes sociais, 10 psicólogos, 84 educadores sociais e 12 assistentes administrativos. Para os cargos de nível superior o vencimento previsto era de R\$2.017,33 e para os de nível médio R\$ 1.045,00.

rede de internet com velocidade e qualidade adequados à necessidade institucional, etc).

Além disso, foram mencionados nas entrevistas o uso constante de recursos próprios para garantia do trabalho remoto. Pois a continuidade do trabalho de acompanhamento e orientação remota das famílias atendidas pelo SUAS de Niterói foi garantido através dos recursos disponibilizados pelos próprios profissionais, que de certa forma custearam a permanência das atividades sem terem asseguradas as condições necessárias. O trabalho remoto ou teletrabalho generalizou-se na pandemia como uma característica do “novo normal”. Segundo Racheillis e Arregui (2021), embora a adoção da modalidade tenha sido estratégia para a continuidade de diversas atividades, a situação que em certos contextos foi imposta de cima para baixo, merece ser analisada de forma atenta em razão da sua tendência de permanência no pós-pandemia sob circunstâncias que precarizam ainda mais as condições de trabalho.

O teletrabalho, mediado por plataformas digitais, não apenas favorece novas formas de controle e vigilância dos processos e resultados do trabalho pelo empregador, como transfere o gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador para o alcance de metas de produtividade nem sempre alcançáveis. Nesse tipo de gestão por pressão ocorre a intensificação do trabalho, com impactos na materialidade e na subjetividade dos(as) trabalhadores(as): ampliação da jornada de trabalho para dez, doze horas, fadiga pelo tempo excessivo de permanência em frente à tela do computador, multiplicação do número de reuniões até a exaustão, simbiose entre tempo de trabalho e de não trabalho. Contexto favorável ao crescimento do assédio moral, desgaste mental, adoecimentos provocados pelas novas formas de gerenciamento e controle dos processos de trabalho (RAICHELIS, ARREGHI, 2021, p. 146)

Oliveira (2021), ao analisar o contexto de pandemia e a precarização do trabalho entre os profissionais do SUAS de Niterói, elucida que as dificuldades encontradas no âmbito da intervenção profissional somadas à precariedade das condições de trabalho, à intensificação da demanda de trabalho e à desvalorização salarial ainda mais sentida em contexto de alta inflação, reverberaram na saúde mental e na sensação de esgotamento vivenciada por estes profissionais, que também conviviam com o medo de adoecer e contaminar as pessoas de seu convívio.

A partir dos relatos e das análises sobre eles, foi possível compreender que a experiência elogiada do município de Niterói quanto à política de assistência social e a tomada de ações nesse âmbito com o surgimento da pandemia, têm na essência trabalhadoras esgotadas, com problemas de ansiedade, com medo, com um sentimento de desvalorização, de impotência, que trabalham dentro e fora dos seus ambientes de trabalho,

e que são perpassadas por muitas questões que afligem os próprios usuários atendidos: salários insuficientes e condições de vida inadequadas (OLIVEIRA, 2021, p. 89).

Ou seja, estavam esses profissionais enquanto trabalhadores assalariados sujeitos às inseguranças e privações vivenciados pelos demais trabalhadores no contexto brasileiro. Observadas as devidas proporções compartilhavam das mesmas angústias enquanto classe trabalhadora precarizada.

Outro ponto de destaque no que corresponde às condições trabalhistas no SUAS de Niterói trata-se da disparidade salarial entre trabalhadores ocupantes da mesma categoria profissional na Prefeitura Municipal de Niterói, pois entre as pastas da administração pública a Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária possui os menores rendimentos.

Cabe aqui problematizar que a disparidade salarial para exercício de um mesmo cargo dentro de uma mesma instituição traz reflexões sobre subalternidade imposta a Política de Assistência Social que, por vezes é lida como “ajuda” e descaracterizada de seu caráter técnico e profissional, o que impacta na compreensão da perspectiva alinhadas a um direcionamento político vinculado a lógica de direito que deve ser assegurado pelo Estado, impactando também os trabalhadores desta política com implicações para os seus direitos trabalhistas e para a valorização destes profissionais.

Costa (2022), ao analisar a construção da rede de assistência social no município, elucida a existência de tensões no que corresponde a responsabilização da gestão com a execução do SUAS, pois, historicamente a operacionalização dos serviços foi realizada através de ONG's ou contratos temporários. De acordo com a autora, as características assistencialistas, privatistas e as disputas político-partidárias são desafios históricos na execução da política de assistência social no município, o que traz impactos no que diz respeito à provisão dos recursos humanos.

As informações obtidas através das respostas das entrevistas demonstram que estes profissionais ganham em média 2 salários mínimos³² e para

³² De acordo com o portal da transparência de Niterói, em fevereiro de 2023, os servidores efetivos de nível superior lotados na SMASES recebiam o vencimento base de R\$ 833,56 e uma complementação de piso de R\$ 1.430,00, pois a lei não permite um salário abaixo do mínimo nacional, nesta soma os salários de nível superior chegavam a R\$ 2.263,56. O valor é considerado baixo para profissões de nível superior e está abaixo do salário médio mensal dos trabalhadores formais da cidade, que é de 3.1 salários mínimos, de acordo com pesquisa IBGE publicada em 2020.

complementação da renda a maior parte dos participantes informaram ter um segundo vínculo para complementação da renda. A desvalorização salarial destes profissionais impõe a necessidade de redobrar suas atividades profissionais, aumentando ainda mais o desgaste destes trabalhadores com implicações para a vida pessoal e para a intervenção desenvolvida por trabalhadores que vivenciam condições propícias ao seu adoecimento e esgotamento profissional.

Delgado (2021) e Oliveira (2021), apontam que uma via fundamental para garantir a devida valorização dos trabalhadores do SUAS de Niterói é por meio da aprovação do Plano de Cargo, Carreira e Salários (PCCS) que é uma luta histórica dos servidores da SMASES e do Fórum de Trabalhadores do SUAS do município. De acordo com Delgado (2021), além de significar uma forma concreta de reconhecimento da relevância da atividade destes trabalhadores, o PCCS tem como potencialidade o incentivo à qualificação e a permanência dos trabalhadores concursados, atribuindo assim maior qualidade às intervenções e à continuidade das ações tão necessárias ao trabalho social com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Na condição de trabalhadores assalariados, os profissionais do SUAS³³ estão também submetidos às transformações societárias que atingem o mundo do trabalho na contemporaneidade, entre elas: os contratos precários, a insegurança do emprego que reflete de forma direta na autonomia no processo tomada de decisões profissionais, a pressão por produtividade quantitativa e resultados a curto prazo, a ausência de horizontes profissionais, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 422).

Em conclusão, assim como a pandemia não é responsável pela crise contemporânea, mas exacerba a barbárie social desencadeada por ela, precarização dos trabalhadores do SUAS de Niterói não é recente e nem está desconectada do traço histórico e cultural que acompanha a Política de Assistência Social em razão de seu passado assistencialista, se articula contra reforma do Estado neoliberal e as metamorfoses do mundo do trabalho, ou seja, ela não é nova, “é a velha precarização intensificada” (OLIVEIRA, 2021).

³³ Importante pontuar que no âmbito do SUAS, as lutas por melhores condições de trabalho se vinculam a ampliação do quantitativo de trabalhadores, realização de concursos públicos, a efetiva concretização da NOB-RH/SUAS, implementação de plano de cargos, carreiras e salários, entre outros (RAICHELIS, 2010, p. 768).

3.3. Entrevistas e Participantes da Pesquisa.

De acordo com Yolanda Guerra (2009), a pesquisa científica constitui-se enquanto mediação entre o conhecimento e a realidade, questiona os aspectos fenomênicos do real, buscando aprofundar os significados provisórios atribuídos pela racionalidade formal-abstrata e a partir da apreensão do movimento do objeto em articulação com as categorias analíticas, sistematiza esse conhecimento no que chama de “concreto pensado”³⁴, que produz resultados provisórios relacionados a um tempo histórico e espaço sociocultural determinado considerando a natureza dialética e contraditória dos processos sociais (GUERRA, 2009, p. 5).

Problematizar as questões emblemáticas presentes no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto em tempos de pandemia avaliando as especificidades do município de Niterói no contexto de crise sanitária impõe ao pesquisador o desafio analítico e metodológico de apreender a realidade no tempo em que ela se apresenta em sua concretude e contradições. Desta forma, o percurso metodológico da pesquisa buscou reconstruir teoricamente e problematizar os desafios presentes do cotidiano interventivo dos trabalhadores do SUAS durante a pandemia, buscando compreender para além do objeto em sua aparência fenomênica e articulá-lo às categorias que permitem apreender o real em sua dinâmica e totalidade.

A discussão realizada ao longo deste trabalho buscou demonstrar o caráter histórico dos desafios atuais, compreendendo que essa seria a via para apreensão dos desafios e limites impostos para o acesso à direitos dos adolescentes em acompanhamento no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto em tempos de pandemia. Pois, compreende-se que as respostas profissionais construídas pelos trabalhadores dos serviços de medida socioeducativa estão vinculadas à uma política do Estado e

³⁴ Neste nível, o conhecimento se organiza mediante categorias analíticas. Estas são sínteses mentais dos nossos esforços em compreender o movimento do real, sua lógica constitutiva e de nos comportarmos adequadamente frente a ele. O conhecimento é tanto mais verdadeiro enquanto ele conseguir captar, por meio de categorias analíticas, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados, bem como a lógica do movimento de constituição dos processos, que se expressam na consciência do sujeito e se constituem no “concreto pensado” (MARX, 1983, p. 219). Porque incorpora o movimento, a negatividade, o vir a ser dos processos, a razão é dialética. Este é o nível mais alto de conhecimento (GUERRA, 2009, p.7).

isso impõe dadas características que se vinculam ao tempo histórico e limitações relacionadas às disputas de poder e aos conflitos de interesses presentes nas ações executadas pelo Estado e, sendo assim, estão as políticas sociais associadas ao campo da reprodução social atendendo a demandas contraditórias.

Portanto, apreender o real expresso no relato sobre as ações cotidianas dos trabalhadores deste serviço impõe realizar mediações teóricas que possibilitem compreender além da superficialidade do senso comum inerentes à vida cotidiana. Segundo Guerra (2009), a teoria enquanto forma de apreender e reproduzir o real demonstra-se enquanto a forma de conhecimento mais completa, pois apropria-se do mundo através do pensamento. Conforme a autora:

Antes de iniciarmos qualquer investigação, deve-se ter a convicção de que existe algo a mais a ser conhecido, que não é dado na aparência, na representação imediata da realidade. Há algo que explica a realidade, sua lógica imanente, que não se apresenta na sua forma de manifestação. A parte conhecida não representa o todo nem se mostrade imediato, de modo que as representações que daí derivam devem ser negadas e analisadas à luz de um conhecimento superior (teórico), agora, enriquecidas pelas mediações apreendidas no processo (GUERRA, 2009, p.9),

Visando atender ao objetivo de analisar os impactos do período de pandemia, associados ao processo de precarização do trabalho e dos desafios impostos acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto a presente pesquisa entrevistou os profissionais lotados nos CREAS de Niterói(Centro e Largo da Batalha). O convite para a participação foi articulado via as coordenações dos equipamentos, após foi encaminhado via e-mail dos profissionais o TCLE, o termo de aprovação da pesquisa na Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio e a apreciação da pesquisa realizada pela Coordenação de Educação Permanente da SMASES.

Os CREAS de Niterói possuem em suas equipes com assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, coordenadores, assistentes administrativos, recepcionistas e auxiliares de serviços gerais. A pesquisa contou com a participação de 6 técnicos de referência de acompanhamento socioeducativo, dentre eles 3 assistentes sociais e 3 psicólogos, sendo 2 profissionais do CREAS Largo da Batalha e 4 do CREAS Centro. A seleção dos participantes na pesquisa teve como critério o trabalho de acompanhamento direto dos adolescentes em

cumprimento de MSE durante o cumprimento das ações desenvolvidas no PIA, assim outras categorias profissionais estiveram de fora.

Perfil dos Entrevistados		
Formação Profissional dos Técnicos de Referência de MSE	Assistentes Social	3
	Psicólogos	3
CREAS	Largo da Batalha	2
	Centro	4
Vínculo Empregatício com SMASES	Estatutária (o)	4
	Celetista	2
Acumula vínculo empregatício	Sim	5
	Não	1
Faixa Salarial	Estatutária (o)	Até R\$ 3.000,00
	Celetista	Até R\$ 2.000,00
Total de Entrevistados		6

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) dos CREAS de Niterói não contam com equipe exclusiva, assim, os profissionais contam com uma grande quantidade de crianças, adolescentes, idosos, famílias e indivíduos em acompanhamento porque também realizam o acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

A ausência de equipe exclusiva para MSE pode incidir sobre as respostas destes profissionais que se veem responsáveis por um quantitativo grande de demandas variadas e complexas nos acompanhamentos PAEFI e MSE. Além disso, estes profissionais também têm por responsabilidade as demandas espontâneas de atendimentos no CREAS e as avaliações de inserção em acompanhamento PAEFI encaminhados pela rede. Verifica-se que todas essas frentes de trabalho irão desdobrar em diferentes processos de trabalho, entre eles, discussões das situações individuais e familiares dos sujeitos atendidos, reuniões,

relatórios, visitas domiciliares e institucionais, registros em prontuários e articulações intersetoriais.

Diante do contexto de aumento das situações de violência e violações de direitos durante a pandemia, pode-se assimilar que houve grande sobrecarga de trabalho. De acordo com Costa (2022), identificam-se dois movimentos diante desta realidade:

O primeiro seria uma atuação e experiência profissional amplas, que permitem ao profissional conhecer diferentes legislações, programas e projetos, trazendo dinamicidade à prática. Por outro lado, pode significar uma enxurrada de informações simultâneas e que é capaz de incorrer em práticas esvaziadas de dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas ou causar sofrimento aos profissionais que buscam qualificar sua prática em meio às solicitações urgentes e afazeres diversos em seu cotidiano de trabalho (COSTA, 2022, p. 139).

O processo de acompanhamento socioeducativo e trabalho social desenvolvido no SUAS pressupõe a construção de vínculos, trata-se de uma estratégia de suma importância por possibilitar apropriação acerca dos modos de vida e apreensão da realidade social nos quais os adolescentes estão inseridos, é também um processo fundamental para que as propostas a serem abordadas na construção do PIA sejam realmente coerentes e acessíveis ao contexto de vida dos adolescentes e de seus familiares.

A vida do adolescente em cumprimento de medidas é influenciada por inúmeros fatores culturais e sociais como: condição socioeconômica, escolaridade, origem socioterritorial, religiosidade, questões de gênero, de sexualidades, de raça/cor, enfim, uma série de fatores que incidirão sobre a sua fala, a sua forma de se vestir, a forma como se relaciona socialmente, as suas aspirações e os seus receios. Portanto, esse universo, ao ser incorporado ao planejamento e às intervenções do acompanhamento técnico, pode proporcionar o estabelecimento de um vínculo de maior confiança entre o técnico e o adolescente, resultando em intervenções mais adequadas (BRASIL, 2016, p. 50).

Para que a construção de vínculo seja possível é necessário a existência de um grupo reduzido de acompanhamentos por técnico socioeducativo, para que estes profissionais possam assim realizar um trabalho qualitativo, personalizado e articulado com os atores empenhados na garantia e ampliação dos direitos destes adolescentes/jovens. No entanto, essa "enxurrada" de demandas PAEFI e MSE/MA contribui para o desgaste profissional e impõe limites para a qualificação da intervenção, assim, verifica-se que a precarização do trabalho no SUAS gera impactos na concretização do trabalho e alcance dos objetivos esperados, na vida dos trabalhadores e dos usuários dos serviços.

A presente pesquisa também enfrentou limitações que também podem ser associados a intensidade de demandas e atribuição do trabalho, pois houve dificuldade em garantir um número maior de profissionais para participar das entrevistas, o fato se deu em razão da rotatividade de profissionais nos CREAS, pois, durante a fase de realização dos convites, 3 profissionais estavam em processo de licença sem vencimentos, 1 de licença-médica e 1 em processo de exoneração à pedido. Além disso, houve 2 transferências compulsórias em razão das demandas da administração pública que no momento enfrenta grande demanda de profissionais nos CRAS por causa da implementação da Moeda Social Araribóia³⁵. Soma-se às questões mencionadas, o fato da estrutura do teto do CREAS Largo da Batalha ter cedido pela segunda vez no ano, demandando escalas de trabalho diferenciadas em razão da ausência de infraestrutura adequada para o trabalho presencial.

Denota-se que essas questões mencionadas podem ter implicado no limitado número de participantes nas entrevistas, o que vincula-se à precarização das estruturas dos equipamentos da política de assistência social e à precarização do trabalho que impulsiona esses trabalhadores a buscarem condições de trabalho e de salários mais atrativas, pois, como discutido anteriormente, não são atendidos esses quesitos na SMASES.

Curiosamente, em uma pesquisa de dissertação de mestrado realizada em 2010 sobre a municipalização do acompanhamento socioeducativo em Niterói, foram reveladas dificuldades para a realização das entrevistas muito semelhantes às encontradas nesta pesquisa, após mais de 10 anos repetiram-se os empecilhos em razão da rotatividade de profissionais e da ausência de infraestrutura. No período, os relatos apontaram a limitação de espaço físico e deterioração das salas de atendimento em razão de infiltrações. De acordo com a pesquisadora:

Toda a reflexão acerca da precarização do trabalho desses profissionais e do campo social no qual estão inseridos precisa ser estimulada como algo de urgente e essencial discussão. A precária rede de apoio e a insegurança acerca do trabalho realizado, com a constante rotatividade de profissionais, baixo salário e baixas condições de atendimento, diz

³⁵ Trata-se de um programa de transferência de renda municipal gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES) implementado em 2021. O programa é permanente e tem por objetivo atender as famílias em vulnerabilidade social inscritas no Cadastro Único do governo federal. Atualmente mais de 31 mil famílias foram beneficiadas. O valor do benefício varia conforme o número de membros da família, vai de R\$ 250,00 ao valor máximo de R\$ 700,00 para famílias com seis membros.

muito acerca do sistema e reflete no atendimento prestado à população (SARAIVA, 2011, p. 108).

Desta forma, avalia-se que apontar as dificuldades de acessar os entrevistados em razão das questões que envolvem o trabalho na SMASES é um dado importante para análise proposta pela pesquisa, uma vez que ela se debruça no atendimento ofertado pelos CREAS no serviço de atendimento socioeducativo em meio aberto perpassado pela crise sanitária, que como debatido nos capítulos anteriores, teve como característica o aumento do pauperismo e das vulnerabilidades sociais em um contexto em que os serviços públicos encontravam-se bastante precarizados em razão do avanço neoliberal.

3.3.1.

Alguns Apontamentos sobre as condições de vida dos adolescentes acompanhados no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) durante a pandemia.

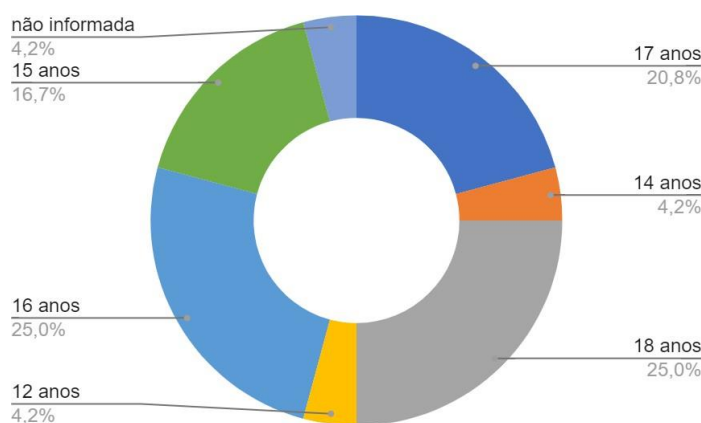
No sentido de compreender quem são os sujeitos acompanhados no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) do CREAS de Niterói, suas demandas e consequentemente os desafios para a intervenção profissional, foi realizado levantamento de dados documentais através das planilhas de controle de atendimento disponibilizadas pelo CREAS Centro. Desta forma, trata-se aqui de uma amostra que não corresponde à totalidade do município e que visa apresentar, mesmo que superficialmente, os adolescentes em acompanhamento.

Entre os adolescentes em acompanhamento no CREAS Centro, havia 20 adolescentes do gênero masculino e 4 do feminino, entre eles, 6 se autodeclararam brancos/as, 10 negros/as e 8 adolescentes não estavam com a informação preenchida. Como discutido anteriormente, em razão do racismo estrutural e das violações de direitos decorrentes do racismo no país, é evidente que o

preenchimento desses dados são de fundamental relevância para a discussão sobre a proteção social, vulnerabilidades e violações de direitos aos quais estão os adolescentes pretos/as em cumprimento de MSE.

Quanto à escolarização, de acordo com o levantamento, grande parte dos adolescentes estavam no 8º. ano do ensino fundamental e início do ensino médio, a análise dos dados referentes à escolarização comparados aos de idade demonstraram distorção entre faixa etária e escolaridade esperada.

Perfil dos Adolescentes em acompanhamento em janeiro/2023 - Faixa Etária



Fonte: Elaboração própria.

Como não seria viável a realização de um levantamento dos PIA's em razão do tempo disponível para coleta, não foi possível obter dados sobre o perfil socioeconômico das famílias, nem sobre o acesso à benefícios, à profissionalização e à rede intersetorial. No entanto, através das entrevistas foi possível captar parte dos desafios vivenciados pelas famílias dos adolescentes que conviveram com o desemprego, o medo do vírus, o luto e a insegurança alimentar.

Entrevistado C - Durante a pandemia percebo que os jovens e familiares relatam a perda de pessoas próximas, sejam familiares ou não. Em alguns casos, não há o entendimento da importância da vacinação, o que também é trabalhado nos encontros. (...)

De acordo com o relato acima, é possível identificar tensões no que correspondem a forma de lidar com período pandêmico, que foi cercado por

conflitos no cenário político sobre adesão ou não as medidas de proteção, a crise política influenciou o debate popular, desta forma, houve maneiras distintas de lidar com o cenário de crise sanitária de acordo a visão de mundo e acesso à informação. Havia conflitos acerca dos cuidados sanitários que eram adotados rigorosamente por alguns e negligenciados por outros, essas questões reverberaram no cotidiano, inclusive, nos espaços institucionais. Cabe destacar que o isolamento social e o trabalho remoto não foram possíveis para todos os trabalhadores. Além disso, a informalidade alastrada pela reforma trabalhista teve grande impacto nas famílias mais pobres e cujas ocupações são mais precárias. Sendo assim, essas famílias vivenciaram experiências diversas e a exposição ao vírus ocorreu de forma desigual.

Também foram mencionadas nas entrevistas limitações no que corresponde ao acesso à saúde e à educação, de acordo com os profissionais, o não acesso às ferramentas tecnológicas necessárias à continuidade do ensino remoto e a ausência de alternativas frente a essa realidade contribuíram para a evasão escolar. Outro ponto mencionado foram as dificuldades de construir diálogos com as escolas no sentido de buscar soluções a estas situações.

É necessário questionar o fato de que os adolescentes em acompanhamento socioeducativo são tidos como “adolescentes problemáticos” e estigmatizados no ambiente escolar. O ambiente educacional por vezes reproduz uma lógica disciplinar militarizada e pouco atraente para a juventude em geral, se tratando de adolescentes estigmatizados e com defasagem série/idade a situação se torna ainda mais complexa e desmotivadora para os adolescentes. De acordo com Rizzini, Sposati e Oliveira (2018, p. 46), a discriminação no ambiente escolar vem sendo discutida, pois a escola vem apresentando despreparo para lidar com esses adolescentes ao reproduzir violências institucionais em ações discriminatórias que contribuem para violação do direito à educação.

Quanto ao acesso à recursos financeiros, percebe-se que embora os entrevistados tenham percebido a precarização das condições de vidas dos adolescentes e famílias, são destacadas a potencialidade do acesso ao programa de transferência de renda municipal possibilitando a complementação do auxílio emergencial do governo federal e assim maior proteção.

Sobre a prática infracional, o levantamento aponta baixa reincidência, entre os atos infracionais tipificados, estão eles equiparados aos crimes³⁶ de: Receptação (1); Divulgação de fotos íntimas de menor de idade (1); Tráfico (5); Furto (3); Infração de trânsito (2); Posse de drogas para consumo pessoal (01); Desacato (2); Oposição a ato legal (1); Lesão corporal (1) e Roubo (1). Portanto, são dados não muito diferentes dos apresentados no capítulo anterior com relação ao levantamento nacional.

Durante o período de pandemia, considerando o recorte de março de 2020 a julho de 2022³⁷, o CREAS Centro recebeu a seguinte demanda de acompanhamento no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC):

Acompanhamento demandado no CREAS Centro	LA	PSC	LA/PSC	Total:
2020	15	0	16	31
2021	14	6	13	33
2022	15	1	8	24
Total	44	7	37	88

Em janeiro de 2023, havia 24 adolescentes em acompanhamento no CREAS Centro divididos entre 5 profissionais atuantes no PAEFI e MSE/MA. Entre eles, 10 adolescentes cumpriam a medida socioeducativa de Liberdade Assistida, 4 cumpriam Prestação de Serviço à Comunidade e outros 10 adolescentes cumpriam cumulativamente LA e PSC.

Para refletir sobre a aplicação cumulativa de medidas socioeducativas é importante mencionar o artigo 35 do SINASE, porque ele pontua que a execução

³⁶ Se o ato infracional corresponde a crime ou contravenção, por que nomeá-lo de outra forma, ou seja, como ato infracional e não como crime ou contravenção, no caso de tratar de adolescente? O que pode parecer um detalhe tem alto significado: o adolescente deverá ser tratado a partir de sua condição, como pessoa em desenvolvimento com possibilidades múltiplas, e não simplesmente a partir do ato infracional que tiver cometido. Ele não é o ato que cometeu e mesmo se for responsabilizado pelo mesmo, deverá ser visto e tratado para além dele (CRAIDY, 2014, p. 34 Apud RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 30).

³⁷ O período delimitado demarca a declaração formal de pandemia mundial pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o período de retomada das atividades presenciais em razão do avanço das vacinas. Porém, o fim da emergência de saúde pública para a covid-19 decretado pela OMS só ocorreu em maio de 2023.

das medidas socioeducativas se regem pelos princípios da excepcionalidade da intervenção judicial e da brevidade da medida em resposta ao ato cometido. Além disso, o art. 45 da lei diz o seguinte: “Se, no transcurso da execução, sobrevier sentença de aplicação de nova medida, a autoridade judiciária procederá à unificação” (BRASIL, 2012). Além disso, como já demonstrado, ambas as medidas socioeducativas pressupõem acompanhamento no serviço de proteção e ações voltadas ao acesso à educação, esporte/lazer, profissionalização etc. Embora LA e PSC apresentem características diferentes, ambas irão construir o PIA e supõem proposta de refletir com o adolescente acerca do ato infracional cometido, impulsionando a construção de novos projetos de vida e a ruptura com a prática infracional. Logo, percebe-se, que diante do contexto dos serviços, do trabalho de acompanhamento e do SINASE, a cumulação das medidas socioeducativas demonstra-se redundante e evidencia distanciamento do judiciário com a realidade enfrentada pelos serviços responsáveis pela execução da medida, além de significar uma dupla “responsabilização” dos adolescentes, evidencia-se que mesmo após a promulgação do ECA e do SINASE, em Niterói, executam-se práticas destoantes daquilo que assimila-se pela leitura crítica dessas legislações³⁸.

A situação é ainda mais grave, pois a duplicidade de medidas socioeducativas foram aplicadas durante o período de emergência sanitária, o que não apenas demonstra desconhecimento do trabalho processual que envolve a execução das medidas socioeducativas de LA/PSC, mas também implicam na exposição desses adolescentes e suas famílias à infecção pelo vírus da COVID-19, uma vez que a PSC impõe a realização de atividades junto a entidades públicas, comunitários ou governamentais, mesmo que realizadas de forma remota, iriam significar custos à esses adolescentes³⁹, assim como foi detectado no trabalho profissional remoto dos profissionais do SUAS anteriormente.

³⁸ O mesmo vale para os adolescentes que recebem uma medida socioeducativa em meio aberto no término da MSE de internação, pois embora possa haver argumentos quanto à inserção destes adolescentes em serviço de proteção, a medida socioeducativa não é a via mais coerente, uma vez que, há no próprio SUAS outros serviços como o PAIF e PAEFI que visam ofertar acompanhamento social e acesso aos direitos. A aplicação de uma nova medida socioeducativa nestes contextos explicita o desconhecimento da rede de proteção e uma dupla sanção que irá prolongar a permanência do adolescente no sistema socioeducativo.

³⁹ Há implicações também quanto ao princípio da individualização da execução da medida socioeducativa prevista no SINASE, pois relaciona-se com a capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente e sua família, uma vez que todos não acessam de forma igualitária as ferramentas tecnológicas necessárias para cumprimento da PSC de forma remota.

No processo de estudo sobre a situação do cumprimento de MSE obtidos junto ao CREAS Centro, foi identificado que uma gestante foi encaminhada para cumprimento de PSC/LA em setembro de 2020. Além disso, em novembro de 2020 foi autorizada pela Vara da Infância e Juventude de Niterói, o retorno presencial da rede privada e pública de educação⁴⁰.

De acordo com as informações consultadas através do painel epidemiológico do site do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)⁴¹, do período que vai de março até o início de outubro de 2020, o país tinha 4.717.991 de casos confirmados e um total de 141.406 óbitos por COVID-19.

De acordo com dados do portal da Fiocruz, em 2020, ocorreram 1.207 óbitos de crianças e adolescentes brasileiros por Covid-19, metade (45%) tinham até 2 anos de idade; um terço até 1 ano e 9% eram recém-nascidos (110 bebês com menos de um mês de vida). De acordo com o pesquisador Cristiano Boccolini, da instituição que é referência em saúde pública no país:

Crianças e adolescentes, que têm melhor prognóstico quando contaminados, mas não estão imunes. Transmitem, podem adoecer gravemente e até morrer em decorrência da doença. O aumento da cobertura vacinal de adultos tem que avançar mais rapidamente e gestantes e lactantes devem ser prioridade. Contudo, para conter a circulação do vírus e proteger nossas crianças, o uso de máscaras e o distanciamento social devem continuar mesmo após a vacinação (FIOCRUZ, 2020).

Segundo o relatório sobre as violações dos direitos à vida e à saúde no contexto da pandemia no Brasil, publicado em 2021 pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH):

Mais de 113 mil menores de idade brasileiros perderam o pai, a mãe ou ambos para a Covid-19 entre março de 2020 e abril de 2021. Se consideradas as crianças e adolescentes que tinham como principal cuidador os avós/avôs, esse número salta para 130 mil no País (SMDH, 2021, p. 60).

Diante da análise dos dados acerca do contexto de pandemia, a inserção de uma gestante no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa para inserção na PSC e a determinação do ensino presencial negligenciando às recomendações de especialistas em saúde e da própria OMS, em um período de grande propagação do vírus e alta da mortalidade

⁴⁰<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/11/6033844-justica-determina-retorno-imediato-das-aulas-presenciais-em-niteroi.html>

⁴¹<https://www.conass.org.br/painel-conass-covid-19-completa-mil-dias-de-divulgacao-diaria/>

materna e infantil, pode ser compreendida como uma grave violação de direitos. Porém, contraditoriamente tal violação é assinada pelo sistema de justiça que é peça fundamental do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes. Todavia, como já apontado ao longo da pesquisa, cabe aqui recordar que na análise histórica das ações voltadas às crianças e adolescentes pelo Estado, é possível identificar violações de direitos cometidas em nome da proteção e sob respaldo legal.

Em suma, através das entrevistas com os profissionais que estiveram na linha de frente do atendimento socioeducativo em meio aberto, percebe-se que eles estiveram em contato com as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes e famílias, foram mencionadas diversas violações de direitos, dificuldades que relacionam-se aos desafios da infância e juventude pobre, cujas famílias enfrentaram o aprofundamento do pauperismo no contexto pandêmico. Interpreta-se sobre o contexto destes adolescentes a concepção de cidadania negativa, “que se restringe ao conhecimento e exercício dos limites formais à intervenção coercitiva do Estado” (BATISTA, 2003, p.57). Pois, estão eles submetidos às violações de direitos que antecedem a autoria do ato infracional, mas que só ascendem à condição de “cidadão” ao ingressar no sistema socioeducativo e assim acessar de forma invertida ao sistema de proteção social. De acordo com Batista (2003): “Esses setores vulneráveis ontem escravos, hoje massas marginais urbanas, só conhecem a cidadania pelo seu avesso, na ‘trincheira auto defensiva da opressão dos organismos do nosso sistema penal” (BATISTA, 2003, p.57).

Denota-se que, por vezes, o sistema protetivo chega após a repressão, o que expõe as limitações para o acesso à proteção integral antes da inclusão do adolescente no sistema socioeducativo, ou seja, a reflexão realizada sobre a trajetória do tratamento histórico ofertada à infância e adolescência da classe trabalhadora e a análise da situação dos adolescentes em cumprimento de MSE demonstram a lógica inversa de inclusão no sistema protetivo, pois chega de maneira tardia e contraditória. Desconsiderar as violações de direitos e focalizar no comportamento do adolescente e na sua responsabilização sem ater-se às violações que contribuíram para a produção da infração pode reforçar a lógica de desresponsabilização do Estado, uma postura acrítica que pode apoiar a reprodução de violências institucionais, ao não se dimensionar as negligências do

Estado na história de vida dos adolescentes e suas famílias como um fator importante.

3.3.2.

A Política de Assistência Social no Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto em Niterói.

O Sistema de Garantia de Direitos previsto no ECA inova ao atuar de forma estratégica na proteção, promoção e garantia de direitos nas diferentes instâncias político-administrativas de forma integrada. A descentralização político-administrativa inaugurada no ECA propõe a regionalização do atendimento garantindo acesso às redes territoriais e a participação popular, isso é possível em razão da municipalização dos serviços públicos e implementação de importantes políticas construídas a partir da redemocratização.

A municipalização é diretriz da política de atendimento de crianças e adolescentes. Desta forma, as ações voltadas para este público são ordenadas em âmbito nacional, estadual e municipal, assim, garante-se a criação dos conselhos de direitos e a manutenção do fundo de crianças e adolescentes com a participação da sociedade civil. A municipalização do atendimento socioeducativo foi pautada por importantes marcos legais, entre eles, O ECA em 1990; a Resolução nº. 119 do CONANDA de 2006, o SINASE⁴² em 2012; a Resolução nº. 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que vai dispor sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Resolução nº 18 do CNAS de 2014. A municipalização da socioeducação consolidou a interface do SINASE com o SUAS, potencializou a articulação com as demais políticas atuantes no

⁴² Segundo o artigo 5º SINASE, cabe aos municípios: I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado; II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual; III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto; IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo; V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto (SINASE, 2012).

âmbito dos territórios e contribuiu para o trabalho de fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários.

O processo de municipalização e descentralização do poder público estatal é fato histórico, na estruturação do Estado brasileiro, desde que foi promulgada a Constituição Federal de 1988. Essa direção foi reafirmada pelo ECA, em 1990, e pelo SINASE de 2006/2012. A municipalização da medida socioeducativa e protetiva ao adolescente trouxe, por si só, a proximidade à realidade concreta - múltipla, diversa, desigual - entre os milhares de municípios brasileiros (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 56).

A medida socioeducativa em meio aberto se apoia na presença da sociedade civil na sua execução, tem como premissa o reconhecimento dos adolescentes autores de ato infracional enquanto sujeito de direitos e coloca em evidência a relevância da estruturação dos serviços de proteção social voltados a crianças e adolescentes na perspectiva de garantir a sua proteção integral como preconizado no ECA. Desta forma, a intersetorialidade é fundamental para promoção dos direitos, a medida socioeducativa em meio aberto irá envolver umagama de setores e categorias profissionais.

De acordo com Souza (2008), cabe aos municípios o desafio de promover a integração das políticas setoriais no atendimento socioeducativo. Além disso,

O rol de competências sugere, além das responsabilidades, a necessidade de criação de arranjos institucionais para dar conta da política de atendimento como, por exemplo, sistemas de monitoramento e avaliação e medidas de fortalecimento dos organismos de controle social e de fiscalização no campo da proteção dos direitos (os Conselhos dos Direitos e os Conselhos Tutelares). (...) O SINASE apresenta ainda um novo modelo de gestão para a política socioeducativa em cada esfera (SOUZA, 2008, p. 50).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) realizados nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)⁴³ é descrito pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais da seguinte forma:

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve

⁴³ De acordo com a Lei nº 12.435/2011 no Art. 6C - § 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. (BRASIL, 2011)

contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida (BRASIL, 2009).

Importante ressaltar que a Política de Assistência Social compõe o tripé da Seguridade Social no Brasil, está prevista na Constituição Federal de 1988 enquanto política pública não contributiva e organizada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações da assistência social que visam garantir a proteção social aos cidadãos por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Cabe destacar que no país há realidades regionais diversas, assim, há regiões em que o acompanhamento de MSE-MA é realizado através de Organizações da Sociedade Civil (OSC) conveniadas ao SUAS ou pelos CRAS. Importante elucidar que a execução do meio aberto é singular, possui características próprias e que estão associadas às desigualdades regionais encontradas nas diferentes realidades dos municípios brasileiros, embora sejam norteadas por uma mesma legislação no âmbito nacional que irá trazer recomendações gerais aos 5.570 municípios brasileiros.

Há um pressuposto, no SINASE, de que os órgãos envolvidos seguem os mesmos princípios, o que não deixa de ser uma visão otimista, visto que a herança institucional difusa, somada à forte diversidade regional, econômica, cultural do país, e à hierarquia dos poderes, Executivo, Judiciário e Legislativo, tendem a se sobrepor, em linhas de mando e submissão (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 20).

No município de Niterói, o Decreto Municipal nº. 10.661 de 15 de janeiro de 2010⁴⁴, em conformidade com Art. 88 do ECA e diante dos avanços no sentido de municipalizar o atendimento socioeducativo em meio aberto, institui a criação de equipes especializadas de acompanhamento de medida socioeducativa em meio aberto, formada por assistentes sociais e psicólogos do quadro permanente, integrantes do Centro de Referência Especializado de Assistência Municipal da Secretaria de Assistência Social de Niterói. De acordo com o art. 2º. cabe às equipes especializadas

O acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto atenderá as famílias e os adolescentes, moradores do município de Niterói, que foram encaminhados pela Vara

⁴⁴ Este documento revoga o Decreto nº 10.109/2007, que estabelecia a Central de Medidas Sócioeducativas em Meio Aberto, vinculada à Subsecretaria Municipal de Direitos Humanos, incorporando os avanços acerca do debate da operacionalização do atendimento socioeducativa.

da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Niterói, para cumprimento das medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, decretadas judicialmente, de acordo com os Princípios do Devido Processo Legal, Contraditório e da Ampla Defesa, assim como a situação peculiar de pessoa em desenvolvimento, com os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e das legislações pertinentes em vigor (NITEROI, art. 2º., 2010).

O art. 3º do decreto prevê que o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa deverá inserir as famílias no processo pedagógico visando promover a “*sua ascensão social*”⁴⁵, por meio de atendimentos especializados e individualizados, onde serão levadas em conta as peculiaridades de cada núcleo familiar”.

O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE) foi instituído em 13 de janeiro de 2016, através da lei municipal nº. 3.196. Entende-se por SIMASE:

Um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que deve regular desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa e, para tanto, demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para fornecer a proteção integral (art. 01, 3.196).

Com relação ao SUAS, o Art. 3º do SIMASE aponta que é de responsabilidade do órgão gestor da Assistência Social do município: a coordenação do sistema municipal de MSE/MA; a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo; o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade; a articulação com o órgão gestor Estadual; a elaboração do projeto político-pedagógico de cada programa do Sistema socioeducativo; o aprimoramento técnico das equipes; a criação do modelo para o Plano Individual de Atendimento (PIA); garantir a proximidade comunitária do atendimento no cumprimento de Medida em Meio Aberto com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou em outras entidades da rede socioassistencial nos bairros; entre outras.

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas da MSE-MA (2016), o acompanhamento socioeducativo em meio aberto organiza-se principalmente em três

⁴⁵ Cabe refletir sobre o que se entende por “ascensão social” destas famílias, pois sob uma análise crítica e histórica das situações sociais percebe-se que se trata de questões que possuem uma dimensão macrossocial dificilmente rompidas através de atendimentos e orientações sociais, ainda mais quando se compreende a dinâmica contraditória das políticas sociais.

etapas: Acolhida; Construção do Plano Individual de Atendimento – PIA e Acompanhamento das Atividades. Além disso, é de responsabilidade dos técnicos de referência o envio de relatórios informativos acerca do cumprimento da MSE:

Os relatórios de acompanhamento e avaliação do cumprimento de medidas socioeducativas deverão ser elaborados, periodicamente, pelo técnico de referência do Serviço de MSE em Meio Aberto e encaminhados ao judiciário. O intervalo de tempo desses relatórios será estabelecido em interlocução com a Justiça da Infância e Juventude ou, em sua ausência, com a Vara Civil correspondente, ou ainda, com o juiz singular. De acordo com a Resolução CONANDA nº119/2006, é de responsabilidade do Serviço de MSE em Meio Aberto “garantir prazos estabelecidos na sentença em relação ao envio de relatórios de início de cumprimento de medida, circunstanciados, de avaliação da medida e outros necessários [...]” (SINASE, 2006:55) (MDS, 2016, p. 65).

Ainda segundo as orientações técnicas, o acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência contínua que possibilite o desenvolvimento e efetivação das metas do PIA. A medida socioeducativa em meio aberto executa suas ações a partir das normativas da política de assistência social, alinhadas às disposições legais do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Além da inserção na rede de proteção, têm-se como objetivo a reflexão crítica, a responsabilização, a construção de novos projetos pautados no incentivo ao protagonismo e a autonomia do adolescente enquanto sujeito” (MDS, 2016, p. 34).

Nas entrevistas os profissionais relataram que o acompanhamento socioeducativo em Niterói segue a seguinte processualidade: os adolescentes são encaminhados da VIJI de Niterói após audiência; são acolhidos inicialmente com a guia de encaminhamento e recebem orientações quanto ao cumprimento da MSE, no primeiro contato são coletados dados dos adolescentes e responsáveis para agendamento do primeiro atendimento com o técnico de referência e após, inicia-se o acompanhamento da medida socioeducativa já com o respectivo profissional que irá acompanhá-lo ao longo do cumprimento da MSE determinada. Cabe destacar que o planejamento e monitoramento das ações traçadas no PIA são essenciais para organização da intervenção e para traçar as redes e serviços que envolveram cada acompanhamento de forma personalizada.

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas, a acolhida é um momento primordial, pois se trata do primeiro contato do adolescente e de sua família com o CREAS, devendo garantir as devidas orientações sobre o serviço, processual do

acompanhamento e fluxos. Este primeiro contato irá determinar as primeiras impressões do adolescente acerca do acompanhamento a ser realizado.

Após a acolhida inicial, o acompanhamento destes adolescentes irá se desdobrar em diversos procedimentos, análises, relatórios e articulações intersetoriais:

(...) Realizamos contato com a rede de educação, caso o adolescente esteja sem estudar. Realizamos encaminhamento para vagas de jovem aprendiz. Realizamos atendimento coletivo com temas que fazem parte da realidade deles com roda de conversa. É importante destacar que, no CREAS não existe equipe técnica específica de medida socioeducativa, o profissional acompanha tanto MSE, como PAEFI, Serviço de Atendimento, o que, a meu ver, impossibilita o profissional a se debruçar completamente no atendimento aos jovens de MSE devido o volume muito grande de trabalho (Entrevistado E).

Denota-se pelo relato acima que o acompanhamento socioeducativo possui uma série de desdobramentos que se vinculam a articulação com a rede intersetorial na perspectiva do acesso à serviços que possibilitem os usufrutos dos direitos de cidadania (acesso à programas sociais, à benefícios, políticas sociais, à documentação civil etc.). Além disso, este trabalho de acompanhamento social possui caráter reflexivo acerca das potencialidades dos adolescentes e visa construir propostas que estejam alinhadas aos objetivos definidos no PIA. Porém, como mencionado anteriormente, as amplas demandas e frentes de trabalho assumidas por estes trabalhadores irão incidir sobre a qualidade das respostas profissionais construídas por eles.

O trabalho desenvolvido nas medidas socioeducativas possui uma dimensão eminentemente protetiva e fincada na lógica de funcionamento da própria política de assistência social que tem como pressuposto o trabalho com famílias e o resgate de sua potencialidade protetiva.

O trabalho de acompanhamento técnico é realizado com o adolescente e sua família, através de atenção socioassistencial. Orientando esses adolescentes quanto seus direitos e obrigações, responsabilização sobre os atos praticados em qualquer grau, encaminhando para a inserção na rede de ensino, cursos profissionalizantes, e ofertas de jovem aprendiz. Atendimentos individuais, e grupais, na perspectiva de conscientização e inserção destes adolescentes na sociedade e no seu território de origem (Entrevistado D).

Assim, há potencialidades na execução da MSE-MA no âmbito do SUAS, porque ele tem como pressuposto a inserção dos sujeitos atendidos na rede intersetorial na perspectiva de acesso aos direitos previstos nas legislações sociais.

É notório que o acompanhamento socioeducativo tem como pressuposto uma dimensão socio pedagógica, visa-se refletir junto com o adolescente acerca do ato infracional e sobre a construção de outros planos e projetos que previnam a

reincidência e possibilitem uma leitura crítica sobre as consequências de suas ações. Percebe-se na leitura dos materiais acerca do trabalho socioeducativo e pelo relato dos profissionais nas entrevistas que este é um dos grandes desafios da intervenção profissional sob o princípio da socio educação. Pois,

O objetivo geral da socioeducação é propiciar o crescimento individual, ao mesmo tempo em que harmoniza a individualidade desenvolvida com a unidade orgânica do grupo social ao qual o indivíduo permitindo a sua inclusão como adolescente-cidadão protagonista de sua realidade e comprometido com a modificação do mundo que o cerca (RODRIGUES; MENDONÇA, 2008, p.1, Apud RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 20).

A responsabilização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa tem como pressuposto uma dimensão pedagógica, essa premissa própria da pedagogia social bastante debatida na década de 1980, tinha por objetivo romper com a cultura punitivista no trato ao “menor” vigente nos Códigos de Menores. Porém, há de se considerar que há no SINASE elementos que demonstram caráter ambíguo, uma vez que, as medidas socioeducativas também possuem caráter sancionatório por se tratar de responsabilização judicial.

De acordo com um dos entrevistados, esse desafio é partilhado por profissionais de diferentes formações:

É realizado trabalho com os adolescentes de MSE na perspectiva de ressignificar e refletir sobre o ato infracional que originou a medida, tendo como base a construção de autonomia daquele adolescente e reconhecimento dele enquanto sujeito de direito. Para isso os atendimentos são realizados semanal ou quinzenalmente, sendo esses atendimentos realizados de modo transdisciplinar, isto é, o adolescente é atendido por todos os profissionais da equipe CREAS (assistente social, psicólogo e advogado) seja em atendimento conjunto ou individual com esses profissionais (Entrevistado B).

Para atender aos pressupostos socioeducativos que exigem a apreensão crítica sobre diferentes conhecimentos a partilha do acompanhamento com profissionais de formação diferentes é uma potencialidade para o trabalho socioeducativo, pois possibilita a construção de saberes que intervenham de forma qualificada junto aos adolescentes e suas respectivas famílias. O compartilhamento de saberes das profissões mencionadas pelo profissional entrevistado tem como potencialidade uma intervenção que compreenda a realidade desses adolescentes e suas famílias considerando as relações culturais, a realidade socioeconômica, o processo de desenvolvimento biopsicossocial que envolve o adolescer e o arcabouço legal que incide sobre as ações dos

adolescentes, reconhecendo-os enquanto sujeitos cujo os direitos devem ser protegidos, garantindo a sua dignidade, autonomia e negando-se o direcionamento de ações arbitrárias, punitivas e moralizantes.

De acordo com Batista (2003), ainda é possível encontrar nas medidas socioeducativas a continuidade de procedimentos psicológicos e psiquiátricos que lidam com a questão sob viés individualista. Ainda há visões de mundo que interpretam o trabalho socioeducativo de maneira acrítica e contribuem para a permanência do **lombrosionismo** no modo de interpretar as vivências desses sujeitos. A análise realizada no capítulo I, nos ajudam a entender como tais ações ainda estão fincadas na cultura das instituições voltados ao atendimento destes adolescentes, pois embora o ECA busque romper com a lógica dos Códigos de Menores, ainda há resquícios do passado mesmo após modernização das legislações. Ainda é possível encontrar termos usuais nas cartilhas de orientação, levantamentos e relatórios técnicos, tais como: “*recuperação, ressocialização e reeducação que* são eufemismos que escondem objetivos e instrumentos de contenção sociais claros e explícitos em sua seletividade”. Refletem a leitura superficial que ainda incide sobre a vida desses adolescentes e sobre a intervenção a eles direcionada (BATISTA, 2003, p. 19).

A ruptura com estes padrões de análise é um enorme desafio, pois o estudo das ações voltadas a estes adolescentes evidenciam um passado recente carregado ideologicamente por padrões burgueses e racistas nas noções de família, trabalho e território (BATISTA, 2003, p. 19).

Considerando que a implementação das equipes de medida socioeducativa MSE-MA ocorreu pela lei municipal nº. 10.661 em 2010, é possível afirmar que o serviço ainda é bastante recente e demanda empenho da gestão e dos órgãos de defesa de direitos para o cumprimento das atribuições e regulamentações previstas pelo SINASE e Caderno de Orientações Técnicas da Medida Socioeducativa. Além disso, o município também tem como demandas as próprias recomendações estabelecidas no SIMASE, no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e na lei que regulamenta equipe técnica especializada e exclusiva para o atendimento socioeducativo. Seja como for, a garantia de uma agenda de fortalecimento deste serviço é atravessada pela melhoria das condições de trabalho e assalariamento da secretaria que executa a medida socioeducativa em meio aberto, porém não se resume às condições de trabalho no interior da SMASE.

Pois, a luta a ser travada em prol das melhorias do atendimento socioeducativo no município é tarefa a ser assumida pelas instituições do Sistema de Garantia de Direitos, ou seja, todas as políticas implicadas nos direitos de crianças e adolescentes e que demanda o engajamento da sociedade civil, da militância, dos movimentos sociais e das universidades, pois são setores fundamentais para o exercício do controle social.

3.4.

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) dos CREAS de Niterói na Pandemia.

Durante a pandemia, o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020⁴⁶, definiu as atividades essenciais, entre elas estava a Política de Assistência Social tida como uma das áreas essenciais no enfrentamento à pandemia. No período, os trabalhos desenvolvidos nas medidas socioeducativas estavam orientados pelas orientações sanitárias da OMS e pelas portarias lançadas, que tinham como objetivo orientar o trabalho no SUAS, entre elas, a lei nº. 13.979/20 de 06 de fevereiro de 2020, que trouxe as primeiras orientações sobre as medidas para enfrentamento ao coronavírus e a Portaria nº. 337, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública especificamente no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Muitas outras portarias foram lançadas no período trazendo informações relevantes sobre o repasse de verbas e com orientações sobre frentes específicas do SUAS.

Em setembro de 2020, foi publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Recomendação Conjunta nº. 1, que dispõe sobre cuidados à comunidade socioeducativa, nos programas de atendimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no contexto de transmissão comunitária

⁴⁶ O o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 da Presidência da República regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 definindo os serviços públicos, as atividades essenciais e as consideradas ações acessórias essenciais para a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

do novo Coronavírus (COVID-19). Por se tratar de um documento com orientações específicas à MSE, cabe aqui mencionar alguns pontos:

Recomendações do CNJ sobre MSE/MA:
Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade:
<ul style="list-style-type: none"> - Recomenda-se às coordenações e equipes de referência, responsáveis pelo cumprimento da medida socioeducativa a elaborar relatório técnico fundamentado a ser apresentado ao Juízo competente, sugerindo a extinção da medida socioeducativa para aqueles adolescentes que tenham atingido seus objetivos no cumprimento do Plano Individual de Atendimento; - Recomenda-se às coordenações e equipes de referência que, mantida a medida socioeducativa pelo magistrado, propiciam recursos para acompanhamento remoto do adolescente e seus familiares ou responsáveis, tais como, chamadas telefônicas, videochamadas, videoconferências (individuais ou em grupo), aplicativos e/ou redes sociais. Atribuindo ao sistema municipal de atendimento socioeducativo, composto por representantes do Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Executivo, conselhos de direitos, conselhos tutelares e organizações da sociedade civil, a garantia, sempre que necessário, de acesso dos adolescentes aos instrumentos que permitirão participar das atividades remotas. O documento menciona a obrigatoriedade das atividades remotas, mas avalia que a não disponibilização, aos adolescentes e suas famílias, dos equipamentos necessários para o acompanhamento das atividades remotas não poderá, por si só, repercutir negativamente quando da reavaliação do cumprimento da medida socioeducativa; - Incumbe-se que as equipes responsáveis pelo acompanhamento remoto dos/as adolescentes deveriam estabelecer metodologia própria que seja adaptada ao acompanhamento remoto, tendo o Plano de Atendimento Individual (PIA); - Recomenda a priorização do primeiro atendimento presencial, respeitando as medidas preventivas ao contágio; - Sugeria aos membros do Ministério Público, com atribuição para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, que acompanhem as providências adotadas para a redução dos riscos epidemiológicos em observância ao contexto local de disseminação do vírus e analisem a possibilidade de reavaliação dos procedimentos referentes às medidas socioeducativas em meio aberto.

Prestação de Serviço à Comunidade:

O Art. 2º Recomendava às coordenações e equipes de referência responsáveis pelo cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade que:

II - empreendam esforços para promover a atenção socioassistencial e dar os encaminhamentos possíveis para o cumprimento de medidas de proteção eventualmente aplicadas cumulativamente com a medida socioeducativa de PSC, sem prejuízo da implementação de outras medidas protetivas que se fizerem necessárias;

III - informem aos adolescentes e suas famílias sobre os procedimentos adotados pelo serviço de execução da medida socioeducativa e pelo Sistema de Justiça, enfatizando que o acompanhamento remoto da PSC pressupõe responsabilidade compartilhada do adolescente, de sua família e do serviço;

IV - realizem a sensibilização voltada à conscientização do adolescente e sua família acerca dos motivos das mudanças ocorridas no cumprimento da medida socioeducativa de PSC e as implicações e responsabilidades advindas do acompanhamento remoto;

V - orientem os adolescentes e suas famílias sobre os recursos pedagógicos e de comunicação à distância, que serão utilizados durante o acompanhamento remoto da medida socioeducativa; e

VI - prestem informações e suporte às Organizações da Sociedade Civil (OSC) parceiras designadas para a realização da prestação de serviços à comunidade.

As recomendações do CNJ foram relevantes no contexto mencionado, porém, demonstra-se vaga e desconectada da realidade encontrada em diversas regiões do país. No contexto em que muitos serviços se encontram sucateados, prover equipamentos suficientes para o acompanhamento remoto dos usuários e apontar a obrigatoriedade do acompanhamento remoto necessitaria de um grande investimento financeiro na infraestrutura dos equipamentos, o que não foi previsto.

Além disso, diante do contexto vivenciado pelos trabalhadores do SUAS parece constrangedora a recomendação de “*sensibilizar*” os usuários que não possuem as ferramentas tecnológicas ou os que não a tem providas pelo poder público, uma vez que os próprios serviços não dispõem dos recursos necessários, mesmo em condições “normais”. Cabe refletir sobre o que de fato representaria

“sensibilizar” um usuário que necessita cumprir, sob qualquer circunstância, uma medida socioeducativa sobre a ausência de recurso tecnológico e indagar se de fato a carência de recursos financeiros não acarretaram o descumprimento de medidas socioeducativas durante a pandemia. Certamente as orientações do CNJ buscam se abstrair das limitações enfrentadas pelos serviços para conseguir elaborar propostas que garantam a continuidade dos serviços diante do cenário de emergência sanitária, mas alguns questionamentos são fundamentais para refletir criticamente sobre o contexto local e pensar a que custo esses serviços permaneceram, com que qualidade o atendimento foi garantido e as implicações dessas recomendações na vida dos adolescentes, sobretudo entre aquelas famílias que não acessam tecnologias e internet em casa.

Adiante serão apontados alguns aspectos levantados através das entrevistas com os trabalhadores do SUAS de Niterói:

Condições de Trabalho

Como anteriormente abordado, durante a pandemia os profissionais lidaram com a escassez de EPI e com a ausência de infraestrutura que pudesse garantir segurança sanitária exigida. Além disso, não foram garantidos recursos que viabilizassem o acompanhamento remoto, o que transferiu para os profissionais a responsabilidade de garantir a continuidade do trabalho, utilizando-se dos aparelhos pessoais, das redes sociais particulares e dos próprios dados de internet. Muitos destes profissionais tiveram as jornadas de trabalho estendidas, sofreram os impactos do trabalho invadindo a vida privada e vivenciaram novas rotinas de trabalho que degradaram ainda mais a intervenção profissional e impactaram nos objetivos previstos pela MSE.

De acordo com os profissionais entrevistados, o acompanhamento das MSE-MA em Niterói durante a pandemia encontrou dificuldades que estão associadas à infraestrutura dos equipamentos do SUAS e às condições de trabalho. De acordo com o entrevistado C, a infraestrutura é um dos grandes problemas enfrentados, pois:

O telefone e a internet nem sempre funcionam, a acessibilidade é prejudicada devido o elevador não funcionar desde a inauguração do serviço, impossibilitando o acesso para pessoas com dificuldade de locomoção, visto que funcionamos no segundo andar de um prédio

público. (...) Outra questão ligada à infraestrutura, são as infiltrações e a queda do forro de gesso em algumas salas e corredor do serviço, inviabilizando o uso e colocando em risco a vida dos servidores e usuários. Nesse período, precisamos mudar de local de atendimento duas vezes, sendo que numa das vezes ficamos meses num território que não era o mesmo dos usuários que atendemos e acompanhamos. Também faltam insumos básicos para o trabalho, como água (bomba d'água que não funciona), pasta suspensa, por exemplo (ENTREVISTADO C).

Como mencionado acima, os equipamentos sofriam com a ausência de materiais essenciais, como água, que são fundamentais para garantir os cuidados sanitários exigidos pelas recomendações e portarias. Denota-se novamente graves problemas estruturais que estiveram em maior evidência durante a crise sanitária.

Foram mencionados anteriormente algumas das iniciativas adotadas pela gestão municipal no sentido de efetivar os protocolos sanitários necessários à mitigação da transmissão da COVID-19. No entanto, como demonstrado, essas ações não foram suficientes diante do cenário de sucateamento em que os serviços se encontravam durante a pandemia. De acordo com o relato dos profissionais, as condições de trabalho impactaram na intervenção profissional, o que demonstra que esses trabalhadores também não têm providos pelo poder público o ambiente compatível com a oferta dos serviços SUAS, mesmo antes do período de pandemia.

Uma questão bastante mencionada quanto ao acompanhamento socioeducativo na pandemia foi a dificuldade de estabelecer uma periodicidade no atendimento e a construção de vínculo com o adolescente. Esse foi um desafio enfrentado por diversos serviços do SUAS que trabalham com o fortalecimento de vínculos, sejam eles familiares ou institucionais, é importante destacar que até aquele período tratava-se de algo totalmente novo o uso de ferramentas tecnológicas neste tipo de serviço, pois não havia ainda uma discussão abrangente sobre o uso das redes voltados ao trabalho socioeducativo, assim, os profissionais tiveram que, sozinhos, reinventar suas práticas, seguindo as orientações sanitárias e percebe-se, pelos relatos, uma sensação de isolamento profissional, pois essas respostas profissionais foram construídas sem troca, sem diálogo e tempo que garantisse adaptação às novas rotinas de trabalho, rotinas essas exigidas para a manutenção dos serviços oferecidos no SUAS.

Sobre a intensificação do trabalho, os entrevistados apontaram as

dificuldades em definir e limitar suas jornadas de trabalho, uma vez que, os seus celulares pessoais eram ferramentas de trabalho e disponíveis aos usuários sem que fosse possível impor horários de trabalho ou de ter os finais de semana e feriados de descanso respeitados. Percebe-se que as jornadas de trabalho se estenderam, embora seja difícil quantificar o tempo de trabalho remoto, a presunção da disponibilidade em razão do trabalho híbrido ampliou as reuniões síncronas, os grupos de trabalho via aplicativo de mensagens e demandou uma reapropriação das rotinas que foram flexibilizadas.

O uso de comunicação por mensagens, embora tenha embutido muitas questões problemáticas no trabalho híbrido, foi destacado como a maior estratégia utilizada para garantir os acompanhamentos socioeducativos na ausência de outras ferramentas e diante da necessidade de garantir a continuidade das ações. Qualquer crítica que se faça a essa metodologia não pode ser distanciada do período em que ela foi construída e das condições concretas dos sujeitos que vivenciaram tais condições, o período de pandemia significou para muitos trabalhadores e famílias um momento de forte sensação de esgotamento e incertezas, a imposição do uso intensivo das ferramentas foram assim tidos como única maneira de executar as atividades no período.

Entre os desafios da MSE-MA na pandemia, o que é consenso entre os entrevistados foram as grandes dificuldades em garantir a PSC, são citadas a dificuldade de estabelecer parcerias remotas, os riscos de encaminhar esses adolescentes para os espaços, uma vez que, a circulação significa risco de contaminação pelo vírus. Em geral, percebe-se que mesmo com a suspensão do cumprimento de PSC os adolescentes foram prejudicados em razão do tempo em que estiveram referenciados nos CREAS sem conseguir concluir o tempo de atividade determinado em juízo.

Tanto adolescentes quanto as famílias foram seriamente afetados, principalmente os adolescentes de PSC, haja vista que os locais para cumprimento da medida estiveram fechados durante longo período. A pandemia atrasou em muitos aspectos o cumprimento e finalização das medidas, além de ser uma ruptura que desmotivou muitos adolescentes que tinham boa adesão ao cumprimento (Entrevistado B).

Cabe aqui refletir, como os adolescentes e famílias não foram também afetados pela imposição do acompanhamento remoto e em que medida pode-se afirmar se houve ou não descumprimentos da MSE aplicada em razão das dificuldades impostas pela pandemia. Como medir o descomprometimento dos

adolescentes e famílias diante das limitações concretas impostas no contexto da Covid-19? Sendo assim, há de se considerar a possibilidade destes jovens terem sido responsabilizados pela ausência de condições de garantir a continuidade do cumprimento de MSE, seja através da informação de descumprimento da MSE ao judiciário, em razão do não cumprimento de determinações alheias às suas possibilidades, ou com a prorrogação do período estipulado de acompanhamento, o que pode representar tratamento e oportunidades desiguais entre os adolescentes que possuíam ou não meios de prosseguir com o acompanhamento remoto.

A supressão/inexistência de condições adequadas no local onde vive o adolescente faz com que a imposição de exigências pela “sentença” judicial, orientada por tempo e por metas a serem cumpridas pelo adolescente, seja incompatível com o real, e isso poderá vir a se caracterizar como expressão da judicialização, por sua incompatibilidade de cumprimento (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 60).

A culpabilização do adolescente pela precariedade ou não atendimento de suas demandas de instrumentalização tecnológica demonstra o caráter arbitrário da MSE. Trata-se de um reducionismo isolar o cumprimento da MSE das condições objetivas de vida dos adolescentes, pois é necessário entender as condições reais de serem efetivadas as responsabilidades e planejamentos acordados com os adolescentes e suas famílias. Pois, “tais distorções de leitura e interpretação terminam por culpabilizar o adolescente pelo trato precário de sua própria vida” (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 57).

Relação com a Justiça:

O trabalho socioeducativo demanda diálogo contínuo com o Sistema de Justiça no sentido de argumentar quanto à viabilidade das determinações judiciais. De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas da MSE-MA, é de competência da gestão municipal a construção de “fluxos e protocolos que oficializem a relação do atendimento do Serviço de MSE em Meio Aberto com o Sistema de Justiça” (BRASIL, 2016, p. 37).

O órgão gestor deve garantir, na interlocução com o Sistema de Justiça, a realização periódica de reuniões, capacitações e seminários conjuntos entre a Assistência Social e o Sistema de Justiça, principalmente estabelecendo um canal de comunicação permanente entre a equipe do CREAS e representantes e equipes do Sistema de Justiça para estudos de caso e compartilhamento de informações relativas aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

O documento ainda pontua que trata-se de uma tarefa contínua em razão da rotatividade de profissionais e gestores da rede e também destaca que esta comunicação é fulcral para qualificação da relação entre as instituições, proporcionando, o diálogo necessário para a execução da medida socioeducativa. No entanto, as entrevistas realizadas junto aos trabalhadores SUAS de Niterói identificaram que a relação da MSE-MA com o Sistema de Justiça carece de aproximações e da construção de espaços de diálogo. Destacou-se nas entrevistas sobretudo a relação com a Vara da Infância, Juventude e do Idoso de Niterói (VIJI), pois não foram mencionados na pesquisa a articulação com promotores e defensores públicos, o que, de certo, demonstra algum grau de distanciamento. Nas entrevistas, a relação com a justiça apresenta-se da seguinte forma:

Minha avaliação é que após o poder judiciário ter passado a MSE em meio aberto para os municípios, com a criação dos CREAS em âmbito nacional pelo poder executivo, ficaram resquícios dessa mudança até hoje. O sistema de justiça muitas vezes quer dizer o que deve ser feito, como se o poder executivo não tivesse autonomia para decidir que instrumentos utilizar, formas e processos de trabalho desenvolver etc. Embora o sistema de justiça possua equipe técnica nas Varas da Infância e Juventude e profissionais no Comissariado da Infância e Juventude, é raro percebemos que os mesmos saem de suas salas do âmbito judicial para tecer uma rede de garantia de direitos, o que dirá fazer visitas domiciliares, com a alegação que são áreas de risco, quando nem sempre são. E nesse caso, não importa para eles o que o CREAS faz, é cumpra-se em até X horas, com risco de apreensão etc. Essa intimidação e forma de trabalhar impositiva é algo difícil de lidar. Muitas vezes as respostas já ocorreram e se perderam os documentos no próprio judiciário. Já pedimos e fizemos reunião com as equipes para entender o porquê que isso acontece e o que foi informado é que o Cartório não passa os relatórios. Dito isso, não consigo entender por que então que a cobrança vem para o CREAS, sendo que há falta de organização no próprio judiciário (Entrevistado C).

O relato do entrevistado C demonstra a tensão da relação SUAS e VIJI, a intensa demanda das equipes, somadas aos objetivos da intervenção e os prazos judiciais a serem cumpridos sob pressão e ameaça de apreensão de relatório agravam relação institucional que deveria ser de parceria institucional em prol de um mesmo objetivo.

A avaliação de que esta relação é perpassada por relações de subordinação também é mencionada pelo participante D:

Percebo que existe uma relação de hierarquia e nessa relação o município de Niterói é subordinado ao sistema judiciário. Muitas vezes a justiça faz solicitações imperativas escolhendo o instrumento

que o profissional deverá utilizar para realizar a solicitação que eles querem, o que causa intervenção na própria autonomia do profissional com aval da prefeitura (Entrevistado D).

Tal perspectiva é complementada pelo entrevistado A, uma vez que na sua percepção a articulação com a justiça possui caráter “meramente formal”, pois reproduz-se no cotidiano atravessamentos e pouca abertura para considerar as impressões dos profissionais que estão em contato direto com os adolescentes e suas famílias.

Segundo Rizzini, Sposati e Oliveira (2018, p. 61), o caráter hierárquico desta relação possui base histórica vinculada ao modo como a política de assistência social, por sua gênese assistencialista, permanece sendo assimilada pelo judiciário. Nesta relação, os profissionais do SUAS:

Recebem o comando e o controle de suas ações para com o adolescente e sua família, pelo Poder Judiciário, a quem deve prestar contas de suas ações. Essa forma de relação o transforma em agente subalterno (...) (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 78).

Dessa forma, o caráter impositivo e hierárquico não se apresenta apenas na relação dos adolescentes aos quais se atribuem autoria de ato infracional com o Sistema de Justiça, este modo arbitrário de relação também está presente na relação da Justiça com o SUAS. Diante dessa relação truculenta, abre-se precedentes para questionar se essa dinâmica não está implicando no deslocamento da intervenção do SUAS, migrando da responsabilidade protetiva do Estado para ação de cumprimento de sanções judicializadas (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 76). Este questionamento também se fundamenta pela seguinte afirmação:

Apesar da medida socioeducativa ter caráter protetivo, na prática observo do sistema de justiça o uso da aplicação da medida como mecanismo punitivo e, por muitas vezes, multiplicador de preconceitos (Entrevistado B).

Desta forma, a dinâmica hierarquizada e os resquícios autoritários impõe questionamentos quanto às reais possibilidades de efetivar o caráter sócio protetivo, pois como mencionado pelos entrevistados, observa-se que os trabalhadores do SUAS, por vezes, são compulsoriamente levados a subordinar suas ações ao Judiciário, o que acaba determinando de forma intrusiva nas propostas profissionais, tal situação subordina a competência específica do profissional que possui formação e capacidade técnica para decidir como intervir junto aos

Adolescentes a partir dos seus referenciais metodológicos e instrumentais. Porém, a relação subordinada entre Sistema de Justiça e SUAS, impõe ao trabalhador da assistência social a desapropriação de sua autonomia profissional e incide sobre a “responsabilidade da política de assistência social pertencente ao campo da proteção social” (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 77).

Percebe-se que as análises acerca do modo de operacionalização do Sistema de Justiça obtidas a partir da interpretação dos trabalhadores da Política de Assistência Social do município de Niterói estão sintonizadas com as críticas que são elaboradas em campo mais amplo de análise. Pois, há sintonia com componentes que se relacionam com a estrutura social e que diz respeito ao viés repressivo, de controle social e de opressão com marcadores de classe, raça e gênero que se relacionam com a forma jurídica do direito burguês⁴⁷.

Marx nos mostra a condição fundamental, enraizada na estrutura econômica da própria sociedade, da existência da forma jurídica, isto é, da unificação dos diferentes rendimentos do trabalho segundo o princípio da troca de equivalentes. Ele descobre, assim, o profundo vínculo interno existente entre a forma jurídica e a forma mercantil. Uma sociedade que é constrangida, pelo estado de suas forças produtivas, a manter uma relação de equivalência entre o dispêndio de trabalho e a remuneração, sob uma forma que lembra, mesmo de longe, a troca de valores-mercadorias, será constrangida, igualmente, a manter a forma jurídica. Somente partindo desse momento fundamental é que se pode compreender porque toda uma série de outras relações sociais reveste a forma jurídica (PACHUKANIS apud BORGIANNI, 2013, p. 419).

Assim, as contradições encontradas na relação SUAS e Sistema de Justiça, evidenciam disputas ideológicas e políticas que dialogam com a forma como sociedade gera os seus conflitos e como busca respondê-los a partir de uma norma (legalidade), que não é neutra e sustenta-se por estruturas de poder que se reproduzem a partir desta forma de relação econômica desigual, hierárquica, opressora e que busca empregar sua constante dominância. É imprescindível trazer à tona que, embora o SUAS e o Sistema de Justiça sejam instituições reconhecidamente empenhados na defesa de direitos, ainda assim, são instituições inseridas na dinâmica do Estado, permeados pelas disputas de classe e por

⁴⁷ (...) Em sua essência, um direito de classe, da classe dominante; o que não impede, porém, que se configure como um fenômeno complexo que não pode ser analisado com vista somente à “essência” classista do Direito. Deve o direito ser visto tendo em conta a reprodução do complexo social total a qual envolve tanto a mediação das classes sociais quanto a linguagem, a divisão do trabalho e o próprio cotidiano (SARTORI, 2013, p. 109).

contradições expressas em suas próprias demandas, pois a ruptura das violações de direitos não ocorrerão sem a ruína do modo de produção capitalista e a destituição do seu aparato institucional de sustentação.

As considerações acerca da violência de classe reproduzida pelo Estado elaboradas no capítulo 1 e 2 apresentavam como objetivo problematizar acerca da ótica de classe da violência, das violações de direitos e como elas se reproduzem no capitalismo. Embora legalmente seja convencionada a proteção de direitos de crianças e adolescentes, na prática esses sujeitos e suas famílias estão vulneráveis a lógica econômica e as opressões incidem sobre as populações marginalizadas. Ou seja, denota-se de tais reflexões um caráter formal da definição de sujeito de direitos, uma vez que, não são garantidos os mecanismos necessários para que eles sejam efetivamente usufruídos pelo povo e garantidos pelo Estado. Assim ocorre com os direitos sociais, eles possuem um arcabouço legal protetivo e afirmador dos direitos, mas a sua previsão legal é dissociada dos meios necessários para sua concretização. Desta forma, as ações do Estado demonstram-se contraditórias, pois coexiste num mesmo plano a afirmação dos direitos e a violação dos mesmos.

Trabalho de Articulação Intersetorial

O SINASE tem como princípio a incompletude institucional, que tem como norte o diálogo intersetorial e o compartilhamento de ações e propostas que agreguem com os objetivos do PIA. Entende-se que esta relação intersetorial é fundamental para assegurar a proteção prevista no ECA.

O atendimento socioeducativo extrapola as competências de um único segmento institucional, portanto, as relações interinstitucionais no Sistema de Garantias de Direitos são fundamentais para um atendimento que garanta a responsabilização e a devida proteção integral aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2016, p. 36).

O trabalho de articulação com a rede intersetorial é essencial para garantir os objetivos do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, pois, o estreitamento do diálogo com os outros atores da rede que compõem o SGD é fundamental ao longo do processo de acompanhamento, desde a audiência até a extinção da medida socioeducativa. Porém, a construção e o fortalecimento da rede intersetorial é um problema

antigo, os desafios de se operarem ações coordenadas, fluxos institucionais claros e um fluxo de compartilhamento de informações entre os serviços é um dos desafios que foram ainda mais impulsionados pela pandemia. A situação se torna ainda mais dramática considerando o crescimento da demanda de trabalho, as alterações das rotinas e as modificações de fluxos em diferentes espaços de trabalho. Além disso, a ofensiva ultraneoliberal em voga tem impulsionado de forma dilacerante a deterioração da rede de proteção intersetorial responsável por efetivar os direitos previstos ao público-alvo das medidas socioeducativas.

Nas entrevistas foram mencionados pelos participantes dificuldades em construir diálogo com a rede intersetorial, muitos desses serviços também estiveram com as suas atividades paralisadas e em atendimento remoto. Além disso, percebe-se que a rede municipal tem como característica a informalidade e pessoalidade.

A articulação intersetorial ainda é um ponto sensível no trabalho, pois não existe um fluxo de trabalho estabelecido que garanta seu funcionamento. Em sua maioria, a articulação intersetorial fica a cargo da rede pessoal dos profissionais que conhecem outros profissionais atuando em outras políticas (Entrevistado B).

As redes interssetoriais informais tendem a responsabilizar os sujeitos articuladores pelo sucesso ou insucesso pela manutenção do diálogo, porém na ausência de formalização estão esses fluxos vulneráveis a interrupções e enfraquecidos, ainda mais considerando a rotatividade dos profissionais. É fundamental que a intersetorialidade seja adotada como um recurso institucional que visa garantir a proteção dos adolescentes e o compartilhamento de ações coordenadas necessários no acompanhamento na perspectiva da garantia de direitos e acesso às políticas interssetoriais.

É fato que o período de pandemia intensificou as limitações associadas à rede intersetorial, tão fundamental para o cumprimento dos objetivos do PIA. Desta forma, sem o acesso à rede intersetorial protetiva, que tem como função atenção integral aos direitos dos adolescentes e se relacionam com objetivos protetivos do PIA, é possível assimilar que abre-se precedentes para que haja maior centralidade na perspectiva de responsabilização individual dos adolescentes e amplie-se uma intervenção familista sem que de fato sejam

assegurados o acesso destes sujeitos aos direitos que estiveram severamente limitados e violados durante a pandemia.

A dimensão sócio pedagógica: Um desafio estrutural das Medidas Socioeducativas

Diante das imposições do período de pandemia, era de se esperar que houvesse maiores limitações para a promoção dos direitos e que isso gerasse questões para imprimir uma direção social alinhada a um caráter socio pedagógico no cumprimento da medida socioeducativa.

Quando questionados quanto à construção e efetividade das metas do PIA, os profissionais mencionaram limitações de concretizar o trabalho esperado no acompanhamento socioeducativo que se relacionam com o contexto histórico, ideocultural, político e econômico discutidos nos capítulos anteriores.

Para além da pandemia, considero o desafio de explicar e fazer compreensível o caráter socio pedagógico da MSE uma constante. Todo o processo que antecede a chegada do adolescente no CREAS para cumprir a medida, dá a ele a experiência de punição, crime imputado e impessoalidade, desde a apreensão até a determinação do cumprimento da medida, passando pelo sistema judiciário, o adolescente não é ouvido como sujeito de direito, tampouco é apresentado ao que de fato é uma medida socioeducativa, e chega ao CREAS considerando apenas como um espaço onde ele vai "assinar" para manutenção da sua liberdade (Entrevistado B).

De fato, não é recente a dificuldade de imprimir um direcionamento efetivamente educativo à MSE que rompa com o histórico arcaico e com a lógica menorista, como demonstrado ao longo da análise, essas características ainda são bastante vivas e percebidas pelos profissionais que atuam alinhados ao ECA. Trata-se de uma lógica impregnada na cultura institucional que ainda não rompeu totalmente com a Doutrina da Situação Irregular, o que torna a construção e propagação de um trabalho sócio pedagógico uma constante, pois também se vincula a uma visão ideológica que perpassam embates políticos bastante acentuados em tempos de avanço do conservadorismo.

O acompanhamento socioeducativo realizado nos CREAS enfrenta diversos desafios para a materialização dos objetivos dos direitos previstos no ECA, isso ocorre em razão do contexto de sucateamento das políticas sociais e das instituições executoras de MSE e também pela precarização a qual se encontram

expostos os profissionais do SUAS. Esta conjuntura impacta de forma concreta na qualidade do trabalho executado e, sobretudo, a pandemia foi totalmente desfavorável e desafiante para os direitos sociais e direitos humanos.

No entanto, percebendo o histórico da lógica punitiva e as violações ainda encontradas no sistema socioeducativo como um todo, a MSE-MA possui uma forte potencialidade protetiva em suas normativas técnicas que não se reduz aos adolescentes e se expande para as famílias. O que exige dos profissionais dos serviços executores apropriação teórico-metodológica de suas atividades profissionais alinhadas à uma dimensão ético-político emancipatória. Vislumbrar a possibilidade de enfrentamento aos bárbaros processos naturalizados nas instituições e nas estruturas da dinâmica social exige decifrar o movimento societário, situando as ações profissionais dentro da dinâmica de tensões da relação Estado e sociedade civil. A apreensão do arcabouço crítico é uma das estratégias essenciais para a construção de estratégias profissionais perspicazes e para o reconhecimento dos limites do trabalho nas políticas sociais do Estado sob a lógica de produção capitalista.

De qualquer forma, não deseja-se aqui, “nem coerente depositar tão somente nos esforços dos profissionais as possibilidades de (in)sucesso” do acompanhamento socioeducativo sob direcionamento efetivamente pedagógico, pois, a análise do sistema socioeducativo demonstram limites que “fogem totalmente ao âmbito de gestão das unidades de referência e da própria política setorial de assistência social” (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA, 2019, p. 103)

As relações institucionais compõem uma trama complexa nos quais estão entrelaçadas relações de poder, estratégias, subordinações e insubordinações, essas correlações de forças precisam ser entendidas e analisadas à luz da estrutura de seu movimento real, pois é também neste campo de tensões que são construídas as estratégias de resistência.

Contudo, embora em contexto de grandes limitações, pelos relatos dos entrevistados, percebe-se no discurso dos profissionais forte preocupação com os impactos da pandemia e da intensificação do trabalho no acompanhamento socioeducativo e para expressão de seu viés protetivo e pedagógico, o que demonstra compromisso com o trabalho, com a qualidade e direcionamento ético-político das ações profissionais mesmo em um contexto muito suscetível ao desânimo, conformismo e inércia profissional. Embora as medidas

socioeducativas ainda carreguem em sua estrutura traços punitivistas como apontado ao longo das entrevistas, há também de se considerar a fundamental importância dos profissionais que inseridos neste sistema ainda lutam e continuamente reafirmam a defesa dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e em favor da qualidade dos serviços a eles prestados.

4 - Considerações Finais

O velho resiste em morrer e o novo não consegue nascer.
(Antonio Gramsci)

Durante a pandemia os desafios se intensificaram em razão da ampliação do trabalho no âmbito do SUAS e da agudização da questão social que influenciaram no contexto de vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de suas famílias. A pandemia tornou evidente a violência econômica da sociedade capitalista, pois expôs que os interesses econômicos sobressaem as necessidades sociais coletivas, mesmo em uma conjuntura em que as escolhas políticas representavam crise, fome e morte em larga escala.

A conjuntura recente da ordem capitalista demonstrou o quão cruel pode ser a barbárie que fez parte do cotidiano pandêmico, aumentando ainda mais a sensação de morbidez diante de um momento fúnebre e catastrófico. O ímpeto pelo lucro e a concentração de riquezas coexistiram com o empobrecimento numa ordem social que tem a contradição como um dos elementos centrais e que reafirma a prevalência do capital enquanto elemento primordial comparados aos interesses coletivos da humanidade.

A conjuntura pandêmica demonstrou que a forte intensificação da barbárie ocorreu evidenciando particularidades marcadas pela violência de classe, gênero e étnico-racial. Stampa e Rodrigues (2020), avaliam que o contexto de pandemia se demonstra “particularmente perverso”, porque intensifica as consequências atroz do desmonte dos direitos sociais muito impulsionados pela reforma trabalhista do governo Temer (2016-2018) e o teto de gastos (aprovado pela Emenda Constitucional 95, em 2016). No âmbito do trabalho, o contexto de disseminação da COVID-19 impôs aos trabalhadores a modificação das ações cotidianas nos ambientes de trabalho implementando novos fluxos e procedimentos que permitissem a continuidade da intervenção em condições sanitárias adequadas. A pandemia trouxe mudança das rotinas de trabalho, transformou o cotidiano institucional e impôs a reestruturação das ações profissionais, a construção de alternativas para responder às novas dinâmicas de trabalho ocorreram de forma imediata, impulsionadas pela urgência de garantir a continuidade das atividades

essenciais para a população e assim contribuir com enfrentamento da pandemia.

Neste contexto complexo, houve grandes desafios para a operacionalização adequada dos serviços ofertados pela Política de Assistência Social, as ações foram executadas de acordo com as condições concretas que a conjuntura pandêmica permitia. A pandemia foi enfrentada por políticas sociais, que como demonstrado nesta pesquisa, encontravam-se em contexto bastante marcado pelo avanço neoliberal, entre elas, a política de assistência social, que mesmo bastante precarizada pelo processo de desfinanciamento e sucateamento do setor público, teve fundamental relevância para mitigar os efeitos da pandemia como demonstrado ao longo do estudo.

A análise acerca do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no SUAS do município de Niterói durante a pandemia demonstrou o contexto de precariedade no qual estão submetidos profissionais e usuários. Assimila-se pela síntese das entrevistas um cenário de desmonte das políticas de proteção social que enfrentam ataques desde a sua implementação. A análise da trajetória histórica da proteção social e dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil permite afirmar que há uma tensão constante no campo dos direitos sociais no país. Esta tensão condensa questões que permeiam as disputas econômicas e político-ideológicas presentes nas relações entre Estado e sociedade civil, atrela-se a leituras de mundo e as disputas de projeto de classe antagônicas. Especificamente tratando-se de adolescentes aos quais se atribui autoria de ato infracional, ao longo das reflexões dispostas neste trabalho, buscou-se evidenciar os entraves para efetivação de seus direitos e as graves violações de direitos humanos naturalizadas em razão de motivações que possuem raízes históricas e culturais latentes na sociedade brasileira.

Em geral, as informações obtidas através das entrevistas sobre os impactos da pandemia no acompanhamento socioeducativo em meio aberto expuseram a impossibilidade de assegurar o acesso aos direitos previstos no ECA, as limitações impostas aos objetivos do PIA, a fragilização da rede intersetorial ainda mais sobrecarregada pelas demandas da pandemia e a precarização do trabalho dos profissionais que foram responsabilizados por garantir as ferramentas necessárias ao trabalho remoto. Apresentaram-se elementos que levam a interpretar que na

impossibilidade de assegurar que os adolescentes e suas famílias fossem inseridos em políticas e programas do Estado, reforçando a responsabilidade pública, a ação socioeducativa pode ter se limitado à reflexão individual muito pautada na responsabilização dos adolescentes frente ao ato infracional praticado. Cabe destacar que a análise disposta ao longo da pesquisa possibilita compreender que a focalização nas famílias e na ação individual dos adolescentes é uma tendência histórica, assim, contribui-se para a deturpação dos nexos que ligam esta expressão da questão social à dinâmica da sociedade capitalista.

O percurso da análise também permite assimilar que o combate às violações de direitos humanos sofridas pelos adolescentes aos quais se atribui a prática de infrações estão circunscritas na história da luta em prol dos direitos de crianças e adolescentes, pois este público é historicamente alvo de ações punitivas, de violências e sistematicamente mortos por agentes da segurança pública. As informações apresentadas ao longo da pesquisa permitem identificar a existência de uma lógica punitivista enraizada no trato a este grupo, questão essa que entrelaça-se ao modo de funcionamento da sociedade e por isso possui caráter estrutural e extrapola até o regimento legal já constituído, ou seja, diante da raiz estrutural das violações de direitos de crianças e adolescentes, sobretudo pobres e racializados, a promulgação de um estatuto protetivo mostra-se insuficiente para adequar as práticas e discursos ainda muito atreladas a criminalização da pobreza, ao racismo e ao viés liberal burguês de família que oprime e culpabiliza as famílias pobres pelas condições que vivenciam.

Além disso, demonstra-se a presença permanente de estratégias de coerção de classe organizadas pelo Estado. Neste sentido, destaca-se a contribuição do sistema de justiça e as dificuldades de garantir uma ruptura completa com seu caráter coercitivo e de classe, embora perceba-se modificações e avanços no campo legal, a cultura institucional ainda não rompeu completamente com essas relações havendo rupturas e continuidades que fazem emergir um campo de tensão entre o novo e os ideários mais progressistas vinculados ao ECA e o pensamento conservador e seu aparato punitivista seletivo voltado a população negra e pobre.

O estudo demonstrou a relação tensa entre a Política de Assistência Social e o Sistema de Justiça, problematizando a relação destes órgãos com as

práticas de controle social. Evidencia-se na reflexão teórica e na análise das entrevistas que se trata de uma relação hierárquica na qual a assistência social permanece subordinada a interpretação e mando do juiz. Pelo relato dos entrevistados é possível interpretar que a centralidade do acompanhamento socioeducativo se desloca do adolescente para as requisições do judiciário na operacionalização dos relatórios informativos com os seus prazos curtos, para a construção das ações do PIA sem uma rede que efetivamente possibilite a proteção integral e para requisições e pactuações que, por vezes, não dialogam com dinâmica de vida dos adolescentes e que reafirmam a permanência da lógica do Código de Menores na cultura institucional, onde a figura do juiz de menores assume total centralidade na tomada de decisões.

Ademais, observa-se, no aspecto político-ideológico mais amplo, contínuas disputas entre a perspectiva socioeducativa e punitivista, embora dissimuladas ou expostas, estas perspectivas estiveram presentes no debate durante as entrevistas, pois as questões que perpassam o contexto de vida dos adolescentes são impulsionadores para diversas ponderações e questionamentos sobre o caráter verdadeiramente impresso no acompanhamento socioeducativo, sobretudo diante das requisições impostas em tempos de pandemia.

Percebe-se também que o cenário político da pandemia e os embates emblemáticos que permearam a política nacional e internacional propiciaram campo fértil para acentuar conflitos ideológicos e as defesas ético-políticas nos espaços sócio-ocupacionais. No contexto do trabalho, tratou-se de um período de intensificação das jornadas de trabalho, crescimento da demanda e achatamento dos salários que representou para muitos assalariados um período especificamentecruel e de forte intensificação das jornadas de trabalho em razão da modalidade remota, representando também o adensamento das demandas profissionais.

Além disso, a pesquisa demonstrou que a operacionalização das medidas socioeducativas em meio aberto em Niterói não conta com a estrutura física e com os recursos humanos essenciais para seu pleno desenvolvimento de acordo com as orientações do SINASE e decretos municipais, assim, há limitações e empecilhos para que o trabalho ocorra de forma produtiva e melhor qualificada.

Diante do contexto que antecedeu a pandemia, era provável que essas limitações fossem se intensificar e representar maiores implicações sobre a qualidade das ações e para a precarização do trabalho a longo prazo, o que ocorreu

em larga escala durante a crise sanitária. Porém, mesmo entre as várias limitações impostas pela conjuntura de precárias condições do serviço e apesar de toda problemática apontada ao longo da pesquisa, os profissionais da MSE-MA resistiram, desempenhando papel essencial para continuidade dos serviços e para o enfrentamento às expressões da barbárie em tempos de pandemia.

Em suma, a conjuntura imposta demonstrou a relevância do investimento nos espaços destinados ao atendimento ao público da MSE-MA e da valorização dos profissionais do SUAS do município. O período também expôs que as relações institucionais compõem uma trama complexa nos quais estão entrelaçadas relações de poder, estratégias, subordinações e insubordinações, essas correlações de forças precisam ser entendidas e analisadas à luz da estrutura de seu movimento real, pois é neste campo de tensões que são construídas as estratégias de resistência. Ou seja, embora a pesquisa tenha evidenciado contexto de ampliação da desproteção social, ela também evidenciou a resiliência, o senso crítico e a perspectiva de defesa em prol dos interesses dos adolescentes/jovens acompanhados na MSE/MA. Demonstrando que este é um campo em disputa onde se realizam importantes tensionamentos alinhados à perspectiva ético-política emancipatória e que se vinculam à uma lógica de Estado protetiva.

Parafraseando Marx⁴⁸ é possível afirmar que os técnicos do SUAS responsáveis pelo acompanhamento de MSE/MA em sua condição de trabalhadores assalariados constroem as intervenções profissionais sob dada direção social, porém a efetivação de seu fazer foge às suas projeções e anseios, uma vez que, a efetividade de seu trabalho é determinada pela materialidade, ou seja, pelas condições objetivas que neste caso são perpassadas pelas circunstâncias da política social em diferentes esferas de governo, pela conjuntura social, econômica e política, mas que também possui a fundamental influência das lutas sociais dos movimentos de militância em prol dos direitos deste segmento.

Diante do exposto, considerando a complexidade da conjuntura da política de assistência social e os desafios das equipes de referência dos Serviços de MSE em Meio Aberto durante a pandemia, ainda há muitas questões a serem aprofundadas quanto aos efeitos gerados no trabalho socioeducativo realizados

⁴⁸ A citação original na obra 18 Brumário de Louis Bonaparte (1852) diz o seguinte: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”

nos CREAS. Este assunto demanda elaborações que versem sobre a realidade da juventude no contexto ultraneoliberal sobretudo na conjuntura política da pandemia de exaltação do conservadorismo e de correlação desfavorável para projetos alinhados à perspectiva crítica, emancipatória e para a ampliação dos direitos sociais, pois, tratou-se de um período de ampliação da miséria, da fome, do desemprego, da barbárie e do retrocesso, sem possibilidades para galgar avanços no que corresponde aos interesses dos adolescentes em cumprimento de MSE, assim, o que se viu no cenário nacional e nos serviços foram tentativas de assegurar o mínimo até então conquistado, porque não havia naquele contexto uma possibilidade de ação reativa num sentido mais coletivo das lutas sociais.

Sendo assim, as reflexões que versem sobre a pandemia e sobre o trabalho nos serviços do SUAS precisam estar devidamente apropriadas dos desafios técnico-operativos e ético-políticos vivenciados pelos profissionais que estiveram na linha de frente durante a pandemia, considerando os impasses desta conjuntura para a devida operacionalização da direção social projetada pelos profissionais, de modo a que a responsabilidade pelos limites institucionais não recaiam sobre os trabalhadores precarizados de políticas de proteção social sucateadas. As análises deste período devem contribuir para a reflexão sobre os limites e potencialidades tendo por direcionamento a defesa e ampliação dos direitos sociais dos adolescentes assistidos na socio educação, com respeito à estes profissionais que, enquanto trabalhadores assalariados, não possuem individualmente as ferramentas necessárias para efetivar direitos sociais, cabendo a responsabilização de seus empregadores, o Estado.

Em suma, a tragédia pandêmica expõe o caráter bárbaro da sociedade burguesa, recompõe a análise marxista do Estado no capitalismo, demonstrando a subordinação da sociedade aos ditames e caprichos da ordem econômica. Também evidencia a contradição presente nas ações do Estado, contidos nas políticas sociais e também nas legislações que tratam sobre os direitos, expondo a trama complexa que envolve a materialidade dos direitos na concretude da vida dos sujeitos.

Para que um novo paradigma de direitos e de proteção à infância e juventude definitivamente se efetive, é necessário romper com a cultura punitivista, racista e seletiva vigente nas práticas institucionais cotidianas, o que novamente conecta os direitos de crianças e adolescentes à ordem estrutural das relações capitalistas,

pois, para a construção de uma sociedade na qual crianças e adolescentes, filhas e filhos dos trabalhadores, pretos/as, indígenas ou brancos sejam efetivamente livres para viver todas as potencialidades de seu processo de desenvolvimento humano é necessário que essa ordem social ancorada em opressões seja destruída, pois enquanto persistirem as suas raízes bárbaras nas relações sociais não haverá reforma que dê conta de eliminar a barbárie da vida social. No entanto, não se trata de negar a importância da legislação e das políticas públicas no capitalismo enquanto estratégia de luta imediata, mas sim de reafirmar o horizonte anticapitalista como um norte para a ruptura de relações de opressão e exploração. Assim, precisamos sim lutar pela ampliação dos direitos na sociedade capitalista, lutar em defesa dos avanços conquistados com o ECA e tensionar em favor do uso do fundo público para financiamento das políticas sociais sem perder de vista que estamos travando batalhas que estão vinculadas à ordem estrutural e no cotidiano precisamos disputar ideologicamente o significado do ECA face o retrocesso que permeia o senso comum midiático e punitivista, pois estas são lutas imediatas importantes que precisam ser travadas para construção continuamente.

É necessário romper com o capitalismo, com o conservadorismo, com o racismo, com o adultocentrismo e com a violência de gênero para efetivamente proporcionarmos às crianças e adolescentes aquilo que se propõe com o ECA, trata-se de uma legislação bastante avançada para uma sociedade que não avançou com o texto legal. É necessário romper com o arcaico para a renovação ocorrer, “o velho precisa morrer para o novo florescer”, por fim, sem romper com as estruturas das opressões não haverá o fim da barbárie que devasta a vida de adolescentes e jovens do sistema socioeducativo.

5 – Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019
- BARROCO, Maria Lúcia S. O que é preconceito? Série Assistentes Sociais no combate ao preconceito. Brasília: CFESS, 2016.
- BATISTA, Vera Malaguti. O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.
- BOSCHETTI, I. BEHRING, E.R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? Serviço Social e Sociedade, n. 140, p. 66-83, jan/abril de 2021.
- BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez Editora, 2006;
- BORGES, Lélia Moreira; LOPES, : Gustavo de Faria. O ESTADO PUNITIVO E OS “MENORES INFRATORES” EM GOIÁS. In: A SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA HOJE, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2016, Rio de Janeiro. Anais... . Rio de Janeiro: Uerj, 2016. p. 1 - 14. Disponível em: <[http://www.proealc.etc.br/VI_SEMINARIO/assets/pdfs/gtv/Lélia Moreira Borges et al GT05.pdf](http://www.proealc.etc.br/VI_SEMINARIO/assets/pdfs/gtv/Lélia%20Moreira%20Borges%20et%20al%20GT05.pdf)>.
- BORGIANI, Elizabete. Ética e Direitos Humanos na Sociedade e no Serviço Social. In: CRESS/7a Região (Org.). Em foco: O Serviço Social e o sistema sociojurídico. Rio de Janeiro: CRESS/7a Região; PPGSS/UERJ, n.2, 2004.
- BOTÃO, Marcia; NUNES, Nilza Rogéria. A relevância do trabalho dos assistentes sociais no enfrentamento à pandemia da COVID-19. In: LOLE, Ana. Para Além da Quarentena: Reflexões Sobre Crise e Pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. Cap. 26. p. 250-259. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/06/ParaAlemDaQuarentena.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
- _____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2006). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase. Brasília: Conanda.
- _____. Conselho Nacional de Assistência Social. Expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Resolução nº 18, de 05 de junho de 2014. Brasília, 2014.
- _____. Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016 106 p. 1ª Edição - Novembro de 2016 Caderno de Orientações Técnicas dos Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (2016). [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno MSE 0712.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf)

_____. Lei 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a Lei 8.742 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. 2011a.

_____. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Diário Oficial da União, Brasília, 18 jan. 2012.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: CONANDA, 2006

_____. Presidência da República. Secretaria Geral. Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. (Série Juventude Viva).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA. Resolução n.º 119/2006, dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2006.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, DF: 1993b.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009. Disponível: www.mds.gov.br/cnas/viii-conferencia-nacional/manual_109-2009.pdf/download.

_____. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016 106 p. 1ª Edição - Novembro de 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf

Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2017.

_____. Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 7 fev. 2020.

Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016 106 p. ver: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf

CIFALI, Ana Claudia. et al. Dossiê infâncias e covid-19: os impactos da gestão da pandemia sobre crianças e adolescentes. Instituto Alana. 2022 Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2022/03/DOSSIE-INFANCIAS-E-COVID-19.pdf>. BORGIANI, Elizabete. Para entender o Serviço Social na Área Sociojurídica. In: Serviço Social & Sociedade, Esp. Área Sociojurídica, n. 115, São Paulo: Cortez Editora, 2013.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 292 p.

CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. Serviço Social e Sociedade N. 140, Cortez, SP. 2021. Link de acesso ao texto: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0066.pdf>

CASTRO, Vitor. A violência que não respeita o isolamento. In: LOLE, Ana et al. Para Além da Quarentena: Reflexões Sobre Crise e Pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. Cap. 17. p. 169-179. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/06/ParaAlemDaQuarentena.pdf>. Acesso em: 10 março 2022.

Cerqueira, Daniel. Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Atlas da Violência de 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021-completo.pdf>. Acesso em 20 de Março de 2022.

CELESTINO, Sabrina. A FUNABEM como instituição operativa da Doutrina de Segurança Nacional da ditadura civil-militar no Brasil.. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA HOJE,, 2016, Rio de Janeiro. AnaisRio de Janeiro: Uerj, 2016. p. 1 - 11.

Centro de Pesquisas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ). Diagnóstico da execução de medidas socioeducativas de meio fechado no estado do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, dezembro de 2020. Disponível em: http://www.mpri.mp.br/documents/20184/540394/trajetorias_diagnostico_mse_de_meio_fechado_cenpe.pdf. Acesso em 18 de março de 2022

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Em defesa da juventude brasileira. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2014cfessmanifesta_juventude_site.pdf acesso em 22 nov. 2017.

COSTA, Brenda Luanda Silva O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) em Niterói-RJ: : um estudo avaliativo no contexto de pandemia de Covid-19 / Brenda Luanda Silva Costa. - 2022. 159 f. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, 2022.

DELGADO, D. Aceita um carinho? A perspectiva da assistência social como “ajuda e apoio” no período pandêmico. In GARCIA, A.L.S.; MACIEL, H.H.M.; ALCHORNE, S. Reflexões dialogadas sobre práticas profissionais em contextos de pandemia e de lutas por direitos humanos.1. ed. p. 123-135. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

DRUCK, MARIA DA GRACA; A TRAGÉDIA NEOLIBERAL, A PANDEMIA E O LUGAR DO TRABALHO. In O Social em Questão 47, RJ, 2020. Link de acesso ao texto: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51098/51098.PDF>

EISENTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios . Adolesc Saude. 2005;2(2):6-7.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

- FAUSTINO, D. M.. O encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil. PUCviva Revista, v. 39, p. 14-25, 2012.
- FOLHA. Em um ano de pandemia, alta em preço de alimentos é quase o triplo da inflação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/em-um-ano-de-pandemia-preco-dos-alimentos-sobe-quase-tres-vezes-a-inflacao.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- FRESU, Gianni. Entre pandemia e crise orgânica: contradições e narrativas hegemônicas do capitalismo em colapso. In: LOLE, Ana et al. Para Além da Quarentena: Reflexões Sobre Crise e Pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. Cap. 4. p. 41-54. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/06/ParaAlémDaQuarentena.pdf>. Acesso em: 03 maio de 2022.
- IBGE. Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-record-e-em-2020>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- _____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 13.03.2021.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/02/pnad-continua-4t2019.pdf>. Acesso em: 13.03.2022
- GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. Lutas Sociais, São Paulo, v. 19, n. 34, p.202-213, 05 maio 2015. Semestral. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/download/25767/pdf>.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In- Maquiavel a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701 - 718
- LOPES, Thaís de Carvalho Rodrigues. “Menos um verme” : o menor suspeito como vida matável. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: A SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA HOJE, 6., 2016, Rio de Janeiro. Anais... . Rio de Janeiro: Uerj, 2016. p. 1 - 10. Disponível em: [http://www.proealc.etc.br/VI_SEMINARIO/assets/pdfs/gtv/Thaís de Carvalho Rodrigues Lopes GT05](http://www.proealc.etc.br/VI_SEMINARIO/assets/pdfs/gtv/Thaís%20de%20Carvalho%20Rodrigues%20Lopes%20GT05.pdf).
- MARLOVA. E. F.V. A precarização das relações e condições de trabalho dos(as) assistentes sociais em tempos de “reforma trabalhista”. In O Social em Questão 47, RJ, 2020. http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_47_art_3.pdf
- MARX, K.; ENGELS, F. Obras escolhidas em três volumes. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. V.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de

produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, MATOS. Maurílio. A pandemia da COVID-19 e o trabalho de assistentes sociais na saúde Para Além Quarentena.pdf, RJ, 2020. Link de acesso ao texto: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/06/>.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho.. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 73).

NETO, Wanderlino Nogueira. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Revista Serviço Social e Sociedade. N.º 83, p.5-29. São Paulo: Cortez, 2005

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011

NEXO. Desigualdade de gênero e raça: o perfil da pobreza na crise. Disponível em:<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-o-perfil-da-pobreza-na-crise>. Acesso em: 27 jun. 2021.

NITERÓI, Prefeitura Municipal. Decreto nº 10661, de 15 de janeiro de 2015. Institui a Equipe Especializada de Acompanhamento de adolescentes que estão em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. . Niterói, RJ, p. 1-3.

Disponível em: http://pgm.niteroi.rj.gov.br/legislacao_pmn/2010/DECRETOS/10661_Equipe_Especializada_em_Acompahamento_de_Adolescente_Medidas_Socioeducativas_Criacao.pdf

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH). Nota Técnica de 10 de abril de 2020. Assistência Social e Covid-19 no município de Niterói. Niterói, 2020.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. No Brasil, mais de 220 mil pessoas estão em situação de rua. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/no-brasil-mais-de-220-mil-pessoas-esta-o-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

PENSSAN, Rede. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. insegurança alimentar e COVID-19 no Brasil, Brasil, v. 1, n. 1, p. 1-66, jan./2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

RAICHELIS, R. (2011). O trabalho e os trabalhadores do suas: o enfrentamento necessário na assistência social. In Gestão do trabalho no âmbito do Suas: Uma contribuição Necessária (pp. 39-64). Brasília, DF: MDS. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/gestao_dotrabalhosuas.pdf

REGUETE MONTEIRO DE SOUZA, A. Questão Social e Assistência na formação do Brasil: o papel da polícia. SER Social, [S. l.], v. 24, n. 50, p. 96–114, 2022. DOI: 10.26512/sersocial.v24i50.38763. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/38763. Acesso em: 15 jun. 2022.

RODRIGUES, André. Vidas adolescentes interrompidas: um estudo sobre mortes violentas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : UNICEF, 2021. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/media/12181/file/sumario-estudo-vidas-adolescentes-interrompidas.pdf>. Acesso em 28 de Março de 2022.

ROMAN, Marcelo Domingues. Psicologia e Adolescência Encarcerada: Embates de uma Atuação em Meio À Barbárie. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 318.

RUSCHE, George; KIRCHHEIMER Otto. Punição e estrutura social. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2004.

SARAIVA, Izabela de Castro Ferreira. Medidas socioeducativas em meio aberto: reflexões acerca do processo de municipalização. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/15255>

SCHULTZ, Elisa Stroberg. A concepção de juventude na agenda pública no Brasil nos anos de 2011 a 2013. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013. Disponível em:

<[http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/349/1/Elisa Stroberg Schultz.pdf](http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/349/1/Elisa%20Stroberg%20Schultz.pdf)>

SILVA, Brenda Barbosa da. SALVE! O Hip Hop no enfrentamento ao genocídio descaracterizado da juventude negra..2016. 122 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2016.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. Entre Proteção e Punição: O Controle Sociopenal dos Adolescentes. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. & OLIVEIRA, Raissa Menezes de. O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários. IPEA, nota técnica n.20, 2015. Disponível em: . Acesso em: 12 mai. 2021

UNICEF. Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentesibope-unicef-2020.pdf> f. Acesso em: 06.02.2021.

_____. Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes. Relatório de análise - 2ª Rodada. 21 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes-segunda-rodada>.

VOLPI, Mário (org). O Adolescente e o Ato infracional. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, M. C. Classes subalternas e assistência social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003. (1 ed. 1993).

WACQUANT, Loic. A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo. In: As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo 2008. P. 93 – 105.

_____. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

_____. Insegurança social e surgimento da preocupação com a segurança. Panótipa, s. 1, ano 3, n. 19, p. 198-213, jul./out. 2010

Mortes e casos de coronavírus nos municípios brasileiros no G1: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/2021/mapa-cidades-brasil-mortes-covid/>

CCI/ENSP. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. Disponível em: <<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51178>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

Souza, Rosimere de Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade / Rosimere de Souza [e] Vilnia Batista de Lira. Rio de Janeiro : IBAM/DES ; Brasília: (2008)

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei: levantamento nacional – 2011. Brasília: SDH, 2012. Disponível em: .

BRASIL. O Que É a Covid-19? Ministério Da Saúde, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100 p.

http://pgm.niteroi.rj.gov.br/legislacao_pmn/2007/DECRETOS/10109_Centro_de_Medidas_Socio_Educativas_em_Meio_Aberto_Criacao.pdf

http://pgm.niteroi.rj.gov.br/legislacao_pmn/2010/DECRETOS/10661_Equipe_Especializada_em_Acompahamento_de_Adolescente_Medidas_Socioeducativas_Criacao.pdf

RODRIGUES, Leandro Victor. CRÍTICA MARXISTA À TEORIA GERAL DO DIREITO BURGUEÊS À LUZ DA TEORIA PACHUKANIANA. Percurso Acadêmico, [S.L.], v. 8, n. 16, p. 158-177, 17 dez. 2018. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2236-0603.2018v8n16p158-177>.

FIOCRUZ. Estudo analisa registro de óbitos por Covid-19 em 2020. Disponível em:

<<https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-analisa-registro-de-obitos-por-covid-19-em-2020#:~:text=Compartilhar%3A>>. Acesso em: 5 abril 2023.

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). Denúncia de violações dos direitos à vida e à saúde no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil [recurso eletrônico] / Sociedade Maranhense de Direitos Humanos ... [et al.]. – Passo Fundo: Saluz, 2021. 100 p. ; 2,1 MB ; PDF ISBN: 978-85-69343-70-7 DOI: 10.5281/zenodo.5637637

SARTORI, Vitor Bartoletti. Lukács e a crítica ontológica ao direito. [livro eletrônico] 1. ed. –São Paulo: Cortez, 2013.

SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS; et al. Violações dos direitos humanos no Brasil: denúncias e análises no contexto da Covid-19 [recurso eletrônico]. Passo Fundo: Saluz, 2021. 227 p. DOI: 10.5281/zenodo.5643632

LABOISSIÈRE, Paula. A cada 60 minutos uma criança ou adolescente morre por arma de fogo, AGÊNCIA BRASIL, em 20 de março de 2019. Disponível em4

ELPÍDIO, Maria Helena. Em um mundo que nos asfixia, é hora de retirar a máscara do racismo para voltarmos a respirar. MEDIUM, em 02 de junho de 2020. Disponível em

<https://medium.com/@interfaces.ufes/em-um-mundo-que-nos-asfixia-%C3%A9-hora-de-retirar-a-m%C3%A1scara-do-racismo-para-voltarmos-a-respirar-c05841a48989>. Acesso em 03 jun. 2020

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) Denúncia de violações dos direitos à vida e à saúde no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil [recurso eletrônico] / Sociedade Maranhense de Direitos Humanos ... [et al.]. – Passo Fundo: Saluz, 2021. 100p.

OLIVEIRA, Isabella Gouveia. “A velha precarização intensificada”: O impacto da pandemia da Covid-19 sobre as assistentes sociais na condição de trabalhadoras do SUAS de Niterói. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

6 - Apêndices

Apêndice I - Roteiro de Entrevista

1- Identificação

Vínculo na assistência social de Niterói

☐ Estatutária (o) ☐ Celetista ☐ Terceirizada (o) ☐ Contratação Temporária
Emergencial ☐ Outro _____

Formação profissional?

Possui outro vínculo empregatício além desse? ☐ Sim ☐ Não Faixa Salarial:

☐ Mais de R\$ 1.000,00 ☐ Mais de R\$ 2.000,00 ☐ Mais de R\$ 3.000,00

☐ Mais de R\$ 4.000,00

2 – Questões:

- A) Como é realizado o trabalho técnico no acompanhamento de MSE em Niterói?
- B) Como os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e suas famílias foram afetados durante a pandemia?
- C) Quais foram as mudanças nos processos de trabalho do Serviço de MSE em Meio Aberto durante a pandemia?
- D) Quais foram os principais desafios e as estratégias utilizados para o acompanhamento da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) durante a pandemia?
- E) Quais os limites e os desafios para a explicitação do caráter sociopedagógico da MSE em tempos de pandemia?
- F) Como você avalia a construção e a efetivação dos objetivos e ações traçados no PIA durante a pandemia?
- G) Como ocorreu a articulação intersetorial entre as políticas sociais voltadas à promoção dos direitos do SGD durante a pandemia?
- H) Como a pandemia impactou o trabalho desenvolvido no CREAS?
- I) Durante a pandemia, quais foram as condições de trabalho e os equipamentos de proteção disponibilizados pela Secretaria de Assistência Social aos profissionais?
- J) Como você avalia a relação da medida socioeducativa em meio aberto com o sistema de justiça?
- K) Alguma questão não foi abordada e você gostaria de falar



Apêndice II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da Pesquisa: A Pandemia e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Niterói/RJ.

Pesquisadora: Thamires Silva de Jesus

Prof. orientadora: Ariane Paiva Rego

Departamento/Instituto: Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio: Rua Marquês de São Vicente, 225 – Edifício Kennedy, 2º andar. Gávea, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22453-900. Fone: (21) 3527-161.

Você está convidado/a a participar do projeto de pesquisa intitulado: A Pandemia e o Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Niterói/RJ, realizada por Thamires Silva de Jesus sob orientação da Professora Doutora Ariane Rego de Paiva, no Curso de Mestrado em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC – Rio.

O presente estudo visa compreender as consequências da conjuntura pandêmica no acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto do município de Niterói/RJ. Você foi escolhido(a) por ser um profissional inserido (a) em uma das equipes do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Niterói entre os anos de 2020-2022.

Os resultados deste trabalho visam contribuir com reflexões sobre o trabalho desenvolvidos nas medidas socioeducativas em meio aberto, podendo beneficiar trabalhadores SUAS, adolescentes aos quais se atribui autoria de ato infracional e suas respectivas famílias. Além disso, busca-se contribuir com o debate acadêmico acerca dos desafios encontrados na operacionalização do acompanhamento socioeducativo em tempos de pandemia, considerando os

desafios históricos e conjunturais da Política de Assistência Social na execução da medida socioeducativa em meio aberto.

A sua participação na pesquisa consiste em submeter-se a uma entrevista semiestruturada com questões de múltipla escolha e abertas que versam sobre o trabalho desenvolvido no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto durante a pandemia, o tempo médio previsto para realização da entrevista é de 40 minutos, a entrevista será realizada no formato presencial no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Niterói/RJ, em local reservado que garanta liberdade para responder às questões. Diante do contexto de pandemia serão adotados os devidos cuidados sanitários orientados pelas autoridades sanitárias na perspectiva de evitar transmissão do coronavírus, tais como, uso de máscara de proteção e disponibilização de álcool em gel.

A entrevista poderá ser gravada em áudio com o único propósito de auxiliar na transcrição das respostas que serão divulgadas na dissertação de mestrado. Cabe mencionar que não serão divulgadas informações que possibilitem a identificação do entrevistado, incluindo na eventualidade da apresentação dos resultados deste estudo em congressos e periódicos científicos.

A pesquisa é voluntária, você poderá rejeitar a participação na pesquisa sem que isto cause qualquer prejuízo. A participação no estudo não implicará em custos adicionais, não haverá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos e nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Cabe mencionar que a presente pesquisa não apresenta impacto financeiro etambém não possui fonte de financiamento. Uma vez aceitando participar desta pesquisa, você deverá se sentir livre para abandonar o estudo a qualquer momento, sem que isto lhe afete. A responsável por este estudo também poderá retirá-lo do estudo a qualquer momento se julgar que seja necessário para o seu bem estar.

Assinando este consentimento, você não desiste de nenhum de seus direitos. Além disso, a assinatura do documento não isenta os pesquisadores de suas responsabilidades legais e profissionais no caso de situação que lhe cause prejuízo.

Os dados e informações pessoais que permitam a identificação do participante não serão publicados ou divulgados, além disso, potenciais riscos

serão evitados visando que prevaleçam os benefícios esperados sobre os riscos ou desconforto. De acordo com a Resolução n. 466/2012, para essa pesquisa há dificuldade de fazer-se a gradação de risco, por isso explicita-se os possíveis riscos e como evitá-los, minimizá-los.

No caso da entrevista causar algum desconforto, a pesquisadora irá imediatamente interromper a mesma. Cabe afirmar que a pesquisa atende todas as especificações da Resolução 466/2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e da Resolução 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Portanto, cabe mencionar que, seguindo as orientações da resolução, os dados coletados na pesquisa serão mantidos em arquivo físico ou digital sob guarda e responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos.

A pesquisa foi submetida à Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, caso surja alguma dúvida quanto à ética do estudo, você deverá se reportar ao Câmara de Ética em Pesquisas pelo telefone: (21) 3527-161.

Em caso de dúvida sobre o estudo, você poderá me contatar através do e-mail: thamires.silva.social@gmail.com ou pelo telefone (21) 98141-8443. A professora orientadora Ariane Paiva Rego também poderá ser contatada pelo e-mail: arianepaiva@puc-rio.br.

Consentimento:

Eu, _____,
de maneira voluntária, livre e esclarecida, concordo em participar da pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, das garantias de sigilo e confidencialidade, dos riscos e suas formas de contorno, da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre eles. Fui informado/a de que se trata de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Eu fui completamente orientado/a pela pesquisadora Thamires Silva de Jesus que está realizando o estudo quanto a natureza, propósito e duração. Eu pude questioná-la sobre todos os aspectos do estudo. Está claro que minha participação é isenta de despesas e que minha imagem, meu nome e voz não serão publicados sem minha prévia autorização por escrito.

Estou ciente que sou livre para sair do estudo a qualquer momento, se assim desejar. Este Termo foi impresso e/ou enviado em duas vias, das quais uma me foi concedida e ficará em minha posse e a outra será arquivada pelo/a pesquisador/a responsável.

Data: _____, _____ de _____ de _____.

() Autorizo a gravação em áudio para auxiliar na transcrição

() Não autorizo a gravação em áudio.

Assinatura do Participante: _____

Assinatura do/a Pesquisador/a _____

Apêndice III - Formulário para Autorização de Pesquisa em Equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária de Niterói.



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Assistência Social e
Economia Solidária

(ANEXAR O PROJETO DE PESQUISA E DEMAIS DOCUMENTOS/FORMULÁRIOS PERTINENTES)

1. DADOS PESSOAIS	
Nome do titular da pesquisa:	
Instituição:	
Área de atuação:	
Endereço pessoal	
Rua/nº Fone: E-mail:	
2. DADOS DO COORDENADOR/ORIENTADOR	
Nome do coordenador/orientador da pesquisa:	
Instituição:	
Área de atuação:	
Endereço profissional	
Rua/nº Fone: E-mail:	

3. DADOS SOBRE A PESQUISA	
Título do projeto:	
Finalidade do projeto: () Monografia de Graduação () Mestrado () Doutorado () Outros – Especificar:	
Câmara de Ética em Pesquisa responsável. Caso o projeto já tenha sido aprovado, informar o CAAE:	
Equipamento em que a pesquisa será realizada:	
Palavras-chave:	
1 -	4 -
2 -	5 -
3 -	6 -
Resumo do projeto:	
Objetivos da pesquisa (geral e específicos):	
Metodologia:	

Justificativa:	
Duração provável da pesquisa:	
Início:	Término:

4. CRONOGRAMA

5. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO
Declaro a veracidade de todas as informações fornecidas.

Comprometo-me a enviar uma cópia da publicação científica originária desta pesquisa para esta secretaria, através da Coordenação de Educação Permanente, assim como realizar uma apresentação ao final da pesquisa nos equipamentos e serviços da SMASES.

Comprometo-me a executar as atividades previstas no projeto de pesquisa em anexo e a comunicar previamente qualquer alteração no mesmo.

Comprometo-me, durante a pesquisa de campo, a estar sempre de posse da autorização de pesquisa e exibi-la aos servidores da SMASES sempre que necessário.

Local e data: _____

Assinatura do titular da pesquisa: _____

Local e data: _____

Assinatura do coordenador/orientador da pesquisa: _____



Apêndice IV - Declaração de Anuência

Declaramos que esta Secretaria está de acordo com a condução da pesquisa de mestrado intitulada “A PANDEMIA E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO DE NITERÓI/RJ”, conduzida pela pesquisadora Thamires Silva de Jesus, sob supervisão da professora Ariane Rego Paiva. A pesquisa tem por objetivo analisar as consequências do contexto de pandemia da COVID- 19 para o acompanhamento social realizado no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no SUAS do município de Niterói entre os anos 2020-2022. A solicitação de autorização para realização de pesquisa foi submetida a esta secretaria através do Processo nº 09000125/2023, sendo aprovada em 02 de fevereiro de 2023, obtendo anuência da Coordenação de Educação Permanente.

Ressaltamos que a presente solicitação de pesquisa prevê a realização da coleta de dados nos serviços e equipamentos que compõem a rede da SMASES, e, portanto, deve zelar por “i) procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros; (Resolução nº466 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012), com o objetivo de assegurar o sigilo dos dados referentes às pessoas atendidas.

Por fim, como a pesquisa prevê a realização de entrevistas, se faz necessário a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade a que a pesquisadora é vinculada - requisito cumprido pesquisadora, visto que o parecer com a aprovação da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-RJ já foi emitido, sendo parte integrante do processo em tela.

Niterói, 02 de fevereiro de 2023.



Luana Reis Andrade
Assistente Social
AS26039 | CRESS 7ª Região

Luana Reis Andrade Assistente Social 12443430
Coordenadoria de Educação Permanente

Apêndice V - Parecer da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 80-2022 – Protocolo 100-2022
Proposta SGOC 444415

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "A pandemia e o Serviço Social de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto de Niterói/RJ" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Autora: Thamires Silva de Jesus (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Orientadora: Ariane Rego Paiva (Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa qualitativa apoiada em referencial teórico crítico abordado em estudos sobre: Estado e Violência; História das Medidas Socioeducativas em meio aberto; Pandemia da Covid-19 no Brasil; Juventude na Pandemia; Violência, Racismo e Desigualdades. Prevê usar como recursos metodológicos análise de documentos e entrevista estruturada presencial junto aos profissionais da equipe de referência (Psicologia e Serviço Social) que estiveram na linha de frente da Política de Assistência Social, incumbidos de acompanhar adolescentes e respectivas famílias no cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e transcritas, sendo realizadas no Centro de Referência Especializada de Assistência Social- CREAS de Niterói. Irá pedir autorização para execução da pesquisa à Coordenação de Educação Permanente da Secretaria Municipal e Economia Solidária de Niterói/RJ.

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Aprovado.

Prof. José Ricardo Bergmann

Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Ilda Lopes Rodrigues da Silva

Profª Ilda Lopes Rodrigues da Silva

Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 2022

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea – 22453-900
Rio de Janeiro – RJ – Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: vraca@puc-rio.br